

No Brasil: a REFORMA AGRÁRIA leva a miséria ao campo e à cidade – TFP: informa, analisa, alerta

Siglas utilizadas nesta obra

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

ET – Estatuto da Terra

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República

RA-QC – Livro *Reforma Agrária – Questão de Consciência*

* Os destaques em negrito nas citações são do autor desta obra.

Introdução

A esta altura da presente controvérsia agro-reformista, a TFP sente a necessidade de pôr ao alcance do grande público um quadro global de suas recentes realizações em tal matéria, consideradas no contexto dos 25 anos de atuação da entidade contra o agro-socialismo confiscatório.

É isto tanto mais imperioso quanto ela encontra habitualmente grande dificuldade em obter dos *mass media* a publicação de qualquer matéria que lhe diga respeito, ou a suas atividades (excetuadas, bem entendido, as matérias contrárias, para as quais freqüentemente se abrem largos espaços publicitários). Do que resulta ficar o público muito menos informado da atuação dela, do que das atividades, não só de entidades de merecida notoriedade, como até de corpúsculos urbanos de importância mínima.

Em conseqüência, só resta à TFP lançar mão de publicações como esta. O que ela tem feito com êxito durante décadas, e espera fazer todas as vezes que as circunstâncias o indiquem como oportuno, e seus recursos lhe facultem possibilidades para tal.

Os novos lances da TFP

A exposição do que a TFP tem a ventura de haver realizado – especialmente ao longo do atual tufão agro-reformista – em benefício da estrutura agrária do País, e da preservação de um relacionamento cordial entre as categorias rurais harmonicamente desiguais, comportaria também a exposição do que ela ainda pretende fazer em tal matéria.

Entretanto, como é óbvio, os melhores preceitos da estratégia recomendam uma reserva sistemática quanto aos planos para o futuro.

Assim, a entidade só descreve, na presente exposição, dois lances de grande alcance, que está começando a desenvolver.

O primeiro consiste na divulgação da edição em inglês, feita pela TFP norte-americana – a *American Society for Defense of Tradition, Family and Property* – do livro *Is Brazil Sliding Toward the Extreme Left? Notes on the Land Reform Program in South America's Largest and Most Populous Country* (O Brasil resvalando para a extrema esquerda? Notas sobre a Reforma Agrária na maior potência territorial e demográfica da América do Sul), do *Master of Science* em

Economia Agrária, Prof. Carlos Patrício del Campo. Obra inteiramente à altura do nobre fim a que se propõe, que é a refutação, em nível internacional, de quantas inverdades circulam pelo mundo sobre a pretendida necessidade de realizar reformas de estrutura, como a Reforma Agrária, para resolver problemas sócio-econômicos existentes. O estudo refuta também as descrições unilaterais e exageradas sobre as condições de vida das classes sociais menos afortunadas, e especialmente dos trabalhadores rurais em nosso País.

A específica utilidade da obra do Sr. Carlos Patrício del Campo será exposta a seguir.

Boatos difamatórios percorrem o Brasil e todo o Mundo Livre

Com o testemunho das 14 TFPs, suas coirmãs autônomas existentes nas três Américas, na Europa, na África meridional e na Austrália, e dos bureaux-TFP em funcionamento em doze países, está a TFP brasileira informada, há tempo, de que notícias difundidas mais ou menos em todo o Mundo Livre, apresentam o Brasil de modo tendencioso e injusto: nossas principais cidades seriam mares de favelas, dos quais emergiriam, como “ilhas” de um luxo acintoso, alguns bairros habitados por uma plutocracia riquíssima; e, analogamente, em nossos campos, dirigidos com incompetência e moleza por uns poucos monopolistas nababescos e faustosos, viveria uma população faminta e doentia. – Cultivo da terra? Escasso e pouco produtivo. – Salários? De fome. – Cuidados médicos, proteção securitária, instrução pública? Tudo carente em algumas zonas. E inexistente em outras.

A causa desta situação estaria no descaso das autoridades políticas e sócio-econômicas para com os pobres. Quanto às terras ociosas, estariam em mãos de latifundiários, que as manteriam improdutivas, com intuítos egoísticos de exploração imobiliária.

É notório que o Estado tem gasto seus recursos, mais em atividades que não lhe competem – atuando como empresário – do que em setores como saúde pública, instrução, etc. Isto, os detratores da atual ordem de coisas silenciam. E os problemas de fato existentes nessas áreas, aliás artificialmente exagerados por eles, os atribuem à atual estrutura sócio-econômica do País.

Analogamente no Brasil...

Tal quadro (silêncio feito, bem entendido, sobre os gastos da socialização...) apresenta sensível analogia com o que certa propaganda agro-reformista vem fazendo circular no Brasil, de modo ora mais, ora menos insistente, desde os anos 50.

Por ora, talvez, de hábeis “fábricas de boato” têm curso, em cada região do País, quadros análogos ao acima descrito, referentes, porém, não à própria região (onde a falsidade deles saltaria aos olhos), mas a outras regiões distantes, de nosso território-continente.

Assim, é mais ou menos esse o quadro que nos sertões tem curso acerca das megalópolis, e, reciprocamente, nas megalópolis acerca dos sertões.

Ambiente favorável à propaganda da Reforma Agrária, no Brasil

No Brasil, a difusão desse quadro cria ambiente para a propaganda da Reforma Agrária, a qual encontraria assim fundamento na função social da propriedade, posta em especial realce na famosa encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (15 de maio de 1931). E sobre a qual vêm insistindo, com crescente empenho, os Romanos Pontífices.

Aos olhos dos brasileiros que, desconhecendo a realidade global sobre seu País, dão ingenuamente crédito a esse quadro, quem defende a Reforma Agrária socialista e confiscatória merece o aplauso das almas cristãs, pois luta pela justiça social. E, ao contrário, quem luta contra a Reforma Agrária socialista e confiscatória, age sob o impulso de princípios obscurantistas e retrógrados, como de mesquinhos interesses pessoais.

Ora, essa deturpada visão da realidade sócio-econômica brasileira desvirtua os pressupostos mais essenciais da controvérsia agro-reformista. Pois as evidências indicam que tem

havido uma melhora substancial na situação de amplas camadas da população. A pobreza fica delimitada a bolsões remanescentes, especialmente em determinadas regiões do País. É provável que a recessão sofrida pelo Brasil nos primeiros anos desta década tenha agravado a situação sócio-econômica dessas parcelas. Esta recessão, porém, nada tem a ver com a estrutura agrária vigente. O crescimento econômico contínuo que o Brasil vem alcançando a partir de 1983 permite supor que essa situação se tenha aliviado desde então.

Mais ainda, a Reforma Agrária, de si, não representa uma solução para os problemas sociais do País. O fracasso das experiências de Reforma Agrária na América Latina, e dos assentamentos até agora realizados no Brasil, confirma essa conclusão. É o que mostra o novo livro do Prof. Carlos Patrício del Campo, que a TFP começa a difundir.

As detrações internacionais do agro-reformismo, a que servem?

E, no Exterior, qual o efeito de boatos tão difamatórios?

Neste derradeiro quartel do segundo milênio, a facilidade das viagens e dos contatos internacionais cresceu consideravelmente. E aumenta cada dia mais. Todo o Ocidente já se tornou intensamente intercomunicante. E a opinião – verdadeira ou falsa – formada no Exterior sobre a situação de um país, pode repercutir profundamente na escolha de rumos feita pela opinião pública deste último. É, pois, natural que os aludidos boatos internacionais facilitem, de vários modos, a implantação da Reforma Agrária no Brasil.

E, *the last but not the least*, essa difamação metódica abre campo para que, em mais de um país, pessoas generosas, mas também crédulas, se disponham a contribuir para a ação de órgãos de propulsão do agro-reformismo no Brasil.

Balela marxista: “ricos cada vez mais ricos, e pobres cada vez mais pobres”

De tudo isso, a propaganda comunista aufere vantagens.

Com efeito, tirando partido deste quadro, o PCB e o PC do B preparam os espíritos para dar crédito à balela marxista de que, no presente regime sócio-econômico, é fatal que “**os ricos fiquem cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres**”. O que leva a desejar a transformação social, por via de violência, de uma situação que seria tão odiosamente injusta.

Bem entendido, também os comunistas e socialistas de todo jaez – tanto sentimentais utópicos quanto “científicos” – opositores radicais e sistemáticos da sociedade cristã harmonicamente hierárquica pregada por Pio XII (cfr. [Alocuções anuais à nobreza e ao patriciado de Roma, de 1942, 1944, 1946 e 1947](#)), lucram com a difusão dessa falsa e negra imagem.

Os perigos a que o Brasil se expõe

E quem perde? Perde o Brasil.

O que perde ele? A visão sensata e cristã de uma realidade nacional que, sem ser ideal, por certo não se identifica com esse quadro de pesadelos. Com isso, o País corre o risco de perder, por sua vez, e desde logo, a identidade consigo mesmo, pois quando uma nação deixa de ter de si uma visão objetiva, ela se torna irreconhecível aos próprios olhos. E, mais, tal nação – ou seja, no caso concreto o Brasil – se arrisca a ser privada, amanhã, de sua própria independência. Pois quando uma nação se habitua a só se ver através da propaganda falsa do adversário, este último – no caso, a Rússia soviética – se torna senhor das escolhas de rumo que esse país tenha de efetuar nas grandes encruzilhadas da História.

E, inegavelmente, o Brasil de hoje está na maior e mais dramática encruzilhada de sua História.

Entra, pois, em boa hora, a obra do Sr. Carlos Patrício del Campo, que a TFP no momento oferece ao público brasileiro.

A TFP se dirige a João Paulo II antes da visita do Presidente Sarney

A atuação deste livro começou antes mesmo de seu brilhante lançamento em Washington no dia 6 de outubro do corrente ano (cfr. Apêndice I deste trabalho). Com efeito, foi ele ofertado a S.S. João Paulo II, em telex que a TFP enviou ao Sumo Pontífice, em junho p.p., pouco antes da visita do Presidente Sarney ao Vaticano. O referente a este importante assunto constitui o Apêndice II do presente trabalho.

Outro lance: recente estudo da TFP focaliza os graves prejuízos da Reforma Agrária para o trabalhador rural

Acaba de ser aberta pela TFP outra frente, no âmago de sua grande luta doutrinária contra a Reforma Agrária socialista e confiscatória. Consiste em **denunciar ao público as deploráveis condições de existência e de regime de trabalho em que a aplicação do Estatuto da Terra e do PNRA, tende *per se* a deixar os trabalhadores manuais** “beneficiados” por ambos os atos governamentais.

O alcance desta iniciativa da TFP é dos mais consideráveis.

Com efeito, até o momento, a Reforma Agrária tem sido focalizada com particular insistência – por admiradores como por opositores – enquanto medida restritiva do direito de propriedade. Ou seja, a aplicação do ET e a promulgação do PNRA seriam sobretudo lances desferidos num contexto de luta de classes: a luta dos trabalhadores rurais contra o capital, representado pela propriedade da terra.

Estudo recente da TFP lhe proporciona tratar com amplitude e insistência muito maiores do que até aqui, dos efeitos nocivos da Reforma Agrária para as condições de vida do trabalhador rural. O que é particularmente útil para a informação de nosso público, grande parte do qual imagina que, nociva embora para os proprietários rurais, a Reforma Agrária melhora, entretanto, de modo considerável, as condições de vida dos trabalhadores do campo.

O atual plano de Reforma Agrária visa fazer da estrutura rural brasileira uma imensa rede de unidades de “trabalho e produção”, os chamados **assentamentos**. Segundo mostra o estudo da TFP, estes se caracterizam por não tomar como base o indivíduo, sua pessoa, sua livre iniciativa. Em tal sistema, os titulares dos assentamentos, submetidos à ampla e coercitiva legislação agro-reformista herdada dos governos militares, **difícilmente chegarão a ser proprietários** no sentido preciso do termo.

O “assentado” será apenas um usuário da terra, pois receberá uma simples **concessão de uso** da mesma, a título precário, por um período experimental mínimo de cinco anos. Se conseguir satisfazer todas as condições exigidas pelo contrato de assentamento – o que parece difícil, como se deduz da sucessão de fracassos dos assentamentos feitos segundo essa sistemática – ele poderá receber, e ainda assim com sérias restrições, o domínio da parcela.

Aos assentados permite-se apenas o direito de “participação” na gestão dos assentamentos. Participação esta, entretanto, de nítido sabor autogestionário.

Ademais, superpostas aos assentamentos, e **coarctando gravemente a livre iniciativa dos assentados**, estarão as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária, de filiação obrigatória, emanadas e subordinadas ao Poder Público, que passará a ser, afinal, o grande senhor das terras brasileiras, e de todos os que nelas trabalham.

Mas não é só. O estudo deixa claro que o conceito de assentamento está inserido num processo, gradual e dinâmico, que é a Reforma Agrária. Segundo depoimentos de propulsores do movimento agro-reformista, esse dinamismo processivo ruma para a imposição de formas cada vez mais coletivistas de organização do trabalho, onde os assentados acabam sendo meros **usufrutuários perpétuos** da terra.

Assim, no dia em que os assentamentos autogestionários e cooperativizados estiverem estabelecidos em todo o território nacional, **terá cessado de existir no Brasil a propriedade individual**, bem como seu corolário, a livre iniciativa.

Qualifique-se isso em tese como se quiser, em tal caso se estaria em presença de uma gigantesca hipertrofia do poder do Estado, investido de amplos poderes, e capaz de intervir com redobrada meticulosidade, na vida e na produção de cada nesga do território nacional. E a História poderá registrar, então, que a implantação dessa rede de assentamentos terá sido poderoso meio para empurrar mais ou menos inadvertidamente nossa Pátria no caminho apontado pelas utopias marxistas.

Em consequência, a oposição à Reforma Agrária já não pode mais ser vista pelo grande público, tão-só como a justa defesa do direito do proprietário ao solo que é seu. Pois a Reforma Agrária é, ao mesmo tempo, uma agressão à classe dos proprietários e à dos trabalhadores rurais.

E é justo que uns e outros lutem, em nobre e leal **frente única**, contra a Reforma Agrária, a qual - intenções à parte - é objetivamente **um ataque global contra a agricultura brasileira**.

Neste sentido, a TFP cogita de publicar esse estudo, o qual mostra detalhadamente o impacto desfavorável da Reforma Agrária sobre as condições de existência do trabalhador que passar à situação de “assentado”.

Infeliz trabalhador rural, do qual tanto se gaba de cuidar a demagogia agro-reformista, mas do qual tanto esta se desinteressa na realidade...

Confia a TFP brasileira em que, com a graça de Deus, a exposição do que ela desta forma tem feito e está fazendo em prol do instituto da propriedade privada e da civilização cristã em nosso País, atrairá sempre mais simpatia de quantos - proprietários e trabalhadores do campo, correntes de opinião, grupos sociais e associações representativas das classes rurais - atuam para análogos fins.

I – A TFP: um quarto de século na controvérsia sobre a Reforma Agrária

PC, primeiro porta-bandeira da Reforma Agrária

A Reforma Agrária foi uma das metas proclamadas no Brasil pelo Partido Comunista desde seus primórdios, nos anos 20. Reivindicação de mero grupo de ideólogos, sem raízes na opinião pública, foi ela vivendo de modo latente e incubado, como aspiração do pequeno núcleo inicial, difundida a seguir nas exíguas fileiras de ativistas políticos que em torno deste grupo lentamente se constituíram, ou seja, o PCB, e, mais tarde ao lado deste, o grupo dissidente ainda menor, que é o PC do B.

Enquanto reivindicação de adversários da sociedade burguesa, extrínsecos a ela e rondando fora dos muros dela para a destruir, a Reforma Agrária carecia de garra para constituir perigo ponderável em um país cuja população boa, cordata e ordeira é infensa aos ódios, tensões e violências que caracterizam a luta de classes.

Focos de irradiação do agro-reformismo

Entretanto, pouco depois do fim da II Guerra Mundial, o agro-reformismo começou a penetrar em círculos ricos e influentes da sociedade burguesa, não a partir dos PCs nacionais, mas de focos de influência formados na sociedade burguesa da Europa, pela ação de causas várias, que de lá se irradiaram sobre as três Américas.

No Brasil, foram especialmente sensíveis a tal influência:

- antes de tudo, por sua facilidade de radicação em todas as classes sociais, a chamada esquerda católica, instalada nas fileiras do Episcopado, no Clero e no laicato;

- certos ambientes intelectuais, tanto universitários quanto de imprensa, rádio e TV;
- os círculos da alta plutocracia desejosos de se articularem com a força ideológica e política que assim nascia.

Revisão Agrária paulista, primeiro grande lance da batalha agro-reformista

Foi a conjugação destas três forças, as quais agitavam aos olhos do povo o “**perigo comunista**” constituído pelos magros grupos de partidários do PC, que deu origem ao primeiro lance agro-reformista ponderável.

Surgiu assim, em 1960, proposto pelo Governo Carvalho Pinto, do Estado de São Paulo, o projeto de Revisão Agrária, apoiado desde logo por parte da imprensa e rádio, e por quase todo o Episcopado paulista, bem como pela CNBB.

Ante a burguesia intimidada, essas correntes apontavam como norma de conduta para os agricultores o velho lema “**ceder para não perder**”.

Ou seja, aceitar uma forma atenuada de Reforma Agrária, para evitar a revolta dos camponeses inconformados com o estado de miséria quimérico em que viviam os “colonos”.

Na realidade, a fome dos colonos era irreal, como irreal sua indignação. A Revisão Agrária carecia, pois, de todo em todo, de qualquer fundamento.

No entanto, os esquerdistas de todos os matizes aderiram sofregamente a ela, bem conscientes de que a Revisão Agrária era, no dizer de seus próprios propugnadores, apenas o “**passo pioneiro**” em um caminho longo e resvaladio que conduziria forçosamente – pela demasia inerente às concessões ideológicas – ao comunismo.

A TFP entra imediatamente na liça

A TFP entrou imediatamente na liça, sustentando que o lema que a situação recomendava não era “**ceder para não perder**”. – estribilho de colorido dado à derrota, entoado pelos visionários – mas “**não ceder para não perder**”.

É assim que, desde 1960, vem a TFP enfrentando animosamente sucessivas investidas do agro-reformismo socialista e confiscatório, desfechadas em um quadro de luta no qual, por vezes, enfrenta a sós a refrega, enquanto outros fecham os olhos e cruzam os braços. Ou então conclamam a lavoura para deprimentes táticas de suicídio, consubstanciadas invariavelmente no **slogan “ceder para não perder”**.

Foi o que se deu, logo após a Revisão Agrária paulista, com a investida agro-reformista de Jango, apoiada pela palavra ou pelo mutismo de ponderável número de Prelados e de líderes rurais.

Essa investida encontrou em plena ação a TFP que, em uma campanha épica, difundiu por todo o Brasil o **best-seller Reforma Agrária – Questão de Consciência**, o qual, lançado em 1960 (4 edições, 30 mil exemplares), haveria de se constituir no verdadeiro “**livro-bandeira contra a Reforma Agrária**”, segundo o insuspeito depoimento de Márcio Moreira Alves (cfr. **O Cristo do Povo**, Ed. Sabiá, Rio de Janeiro, 1968, p. 271). Com o apoio de tantos brasileiros clarividentes, essa campanha renovou as energias abatidas da opinião pública, e concorreu acentuadamente para barrar o caminho à Reforma Agrária (1). Assim, a TFP contribuiu para dispor a opinião pública rumo à grande resistência regeneradora que desfechou no golpe vitorioso de 64.

Mas, enquanto tantos outros dividiam entre si os frutos da vitória – honras, mando, situações de influência e de ganho – a TFP se recolheu despretenciosamente à sua atividade quotidiana, de formação da juventude.

“Janguismo sem Jango”: brado de alerta contra o agro-reformismo renascente

Quem haveria de dizer? Esquecida, assim, pelos vitoriosos do dia (não porém pelos derrotados, os quais lhe votaram uma hostilidade inextinguível), pouco depois de deposto Jango, teve a TFP de erguer-se, também agora só, para levantar um brado de alerta contra o agro-reformismo renascente.

Emanava este – mais uma vez, quem haveria de dizê-lo! – da pena do personagem rútilo por excelência, da Revolução de 64, isto é, do militar que se ilustrou nos campos de batalha da Europa durante a II Guerra Mundial, o Marechal Castello Branco, o qual fora elevado à Presidência da República pelo próprio golpe anticomunista e antijanguista de 64.

Alerta com o “**Janguismo sem Jango**”, exclamara a TFP, pouco após a deposição de Goulart. Aproveitando a descompressão psicológica do momento, os agro-reformistas, em solerte manobra, tentaram fazer aprovar o projeto Aniz Badra-Ivã Luz, fortemente dirigista e atentatório do direito de propriedade. Depois de ter sido aprovado na Câmara, o projeto foi sustado no Senado. Um estudo dos autores de RA-QC, com o título acima referido, publicado pela imprensa e enviado aos membros do Congresso Nacional, tivera seu efeito.

O brado estava, aliás, longe de ser inútil. Por motivos que a História ainda não revelou, assinou o Marechal Castello Branco, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra (lei n.º 4504) que implantava no Brasil uma truculenta Reforma Agrária, no espírito e no estilo de que Jango ideara. E aprovado o Estatuto da Terra, publicou a TFP em 22 jornais de todo o País o [Manifesto ao povo brasileiro sobre a Reforma Agrária](#), no qual denunciava: “**Com o apoio das bancadas janguistas, os representantes das correntes que depuseram Jango fizeram, através da aprovação da emenda constitucional e do Estatuto da Terra, a “reforma” que Jango queria**”.

Durante o regime militar, Reforma Agrária a conta-gotas

O manifesto da TFP, alertando a Nação e especialmente a lavoura, presumivelmente concorreu para que o regime militar, marcadamente socialista em outros aspectos, em matéria agrária tenha aplicado o Estatuto da Terra, durante 20 anos, em um sistema de conta-gotas. Porém o resultado de 20 anos de conta-gotas está longe de ser igual a zero.

Constituiu-se assim, nas áreas paulatinamente desapropriadas, uma experiência agro-reformista, fruto direto do Estatuto da Terra. Seria normal que os modernos paladinos da Reforma Agrária se regozijassem em alegar os resultados de tal experiência como argumento decisivo em favor de seus planos. Porém não o fazem. Por quê? Obviamente porque tal não lhes convém...

Adormecimento progressivo da classe rural

Enquanto tão discretamente avançava a Reforma Agrária, o adormecimento da classe rural se veio tornando cada vez mais profundo. Demonstra-o a atitude, continuamente satisfeita e despreocupada no tocante à Reforma Agrária, mantida durante todo esse período pelas associações representativas da lavoura, inclusive as mais ilustres e beneméritas.

Um raio em céu sereno: o documento da CNBB, de 1980

Durante esse tempo – isto é, desde a promulgação do Estatuto da Terra em novembro de 1964, até a proposta do 1º PNRA da Nova República, em maio de 1985 – só perturbou a tranqüilidade da classe rural um raio em céu sereno. Foi o documento coletivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovado em Itaiçi (SP), em fevereiro de 1980. Explosão agro-reformista em nível ideológico, à qual não se pode recusar o mérito da franqueza, pois longe de ocultar, em torcidos circunlóquios, seu espírito e seus propósitos radicalmente igualitários, proclamava a determinação de promover, depois da Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a qual visa implantar no solo urbano o mesmo igualitarismo que a Reforma Agrária instituiu no solo rural.

Com o que tornará curto o caminho rumo à implantação de uma Reforma Empresarial (industrial e comercial) igualitária. Igualdade sócio-econômica completa, portanto.

TFP: os católicos enquanto católicos, podem se opor respeitosamente ao reformismo agrário e urbano da CNBB

Aqui também, logo de início, constituiu voz de alerta a ecoar por todo o País o brado da TFP, a qual divulgou o livro [Sou Católico: posso ser contra a Reforma Agrária?](#) (PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA – CARLOS PATRICIO DEL CAMPO, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1981, 360 pp.). Esta obra reivindicava para os católicos o direito de discordar respeitosamente do programa sócio-econômico de seus Pastores, e de se manterem contrários às Reformas Agrária e Urbana socialistas e confiscatórias.

A repercussão dessa obra foi considerável: quatro edições, num total de 29 mil exemplares, vendidos em 18 meses. Como **Reforma Agrária – Questão de Consciência, Sou católico...** não deparou em seu caminho com um só livro que conseguisse refutá-lo.

Não encontrando embora terreno propício, a investida da CNBB pouco a pouco prosperou.

Começam as invasões e ocupações

Com efeito, teve início de 1981 a interminável seqüela das invasões e ocupações de terra, a qual apresentou em fins do regime militar, isto é, a partir de abril de 1984, um surto de maior intensidade.

Desde logo a TFP teve seus olhos abertos para fenômeno de tão funda significação. E difundiu dois números do mensário de cultura “Catolicismo” (n.º 402, junho de 1984, e n.º 406-407, outubro-novembro de 1984), especialmente consagrados a alertar o espírito público, impregnado então do mais obstinado otimismo.

Assim, as caravanas da TFP percorreram em várias direções, vastidões inteiras do território nacional, pondo à venda aquelas edições de “Catolicismo”, que alcançaram a tiragem global de 115 mil exemplares.

Contudo, o otimismo geral que acolheu a “**Nova República**” abafou a voz de alerta da TFP, que não conseguiu sequer despertar para medidas imediatas e eficazes os clássicos órgãos representativos da lavoura.

Irrompe a tempestade agro-reformista

Caiu em 15 de março de 1985 o regime militar. A Abertura esteve prestes a levar ao poder o Presidente eleito, Tancredo Neves. A morte deste franqueou a suprema magistratura ao seu companheiro de chapa, o Vice-Presidente José Sarney.

Pouco depois, a tempestade agro-reformista irrompia e se estendia por todo o País.

Com efeito, no dia 26 de maio, o Presidente Sarney anunciava, na abertura do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília: “**Agora estou apresentando para debate a proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), inspirado no Estatuto da Terra**” (“Folha de S. Paulo”, 27-5-85).

E, realmente, no dia seguinte, o Ministro Nelson Ribeiro entregava à imprensa o texto do PNRA, de responsabilidade do Ministério a seu cargo, isto é, o da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad).

A divulgação desencadeou uma chuva de críticas dos líderes mais em evidência das associações de produtores rurais, críticas essas que se mantiveram acesas mais ou menos por uma quinzena. Porém se notou que, em seguida, elas amainavam, tendendo a pleitear que o Governo pusesse de lado o PNRA, ou pelo menos o mitigasse, **de forma a ajustá-lo ao Estatuto da Terra.**

Este, sim, deveria ser aplicado, pois se considerava que a **Reforma Agrária nele estabelecida era justa e boa**.

Se esta era a posição dos líderes das associações patronais, tal não era a dos proprietários em geral, conforme se manifestou no Congresso que reuniu em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho, cerca de 4 mil agricultores e pecuaristas. Uma oportuna intervenção do Eng.º Plínio Vidigal Xavier da Silveira, fazendeiro no Estado do Mato Grosso e diretor da TFP, mudou o rumo dos debates, e deu ocasião a que subisse à tona o descontentamento latente dos fazendeiros, **não apenas com o PNRA, mas em relação ao próprio Estatuto da Terra**.

TFP: mais um livro contra a tempestade agro-reformista

Mais uma vez, no desconcerto geral do País, e especialmente de tantos lavradores que não sabiam para onde voltar-se, a voz de alerta da TFP ecoou por toda a Nação. Publicou ela o livro [Propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista](#), (PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA – CARLOS PATRÍCIO DEL CAMPO, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1985, 174 pp.), que faz uma análise pormenorizada do PNRA, e aponta o seu caráter socialista e confiscatório, bem como do Estatuto da Terra.

Enquanto a propaganda agro-reformista chegava ao auge, heróicas “*duplas*” ou então caravanas (“*Êremos Itinerantes*”) da TFP difundiam largamente esse livro. Duas edições dele foram publicadas, sendo vendidos 16 mil exemplares, além de 34 mil da edição especial do mensário de cultura “Catolicismo” contendo excertos da obra.

Contra as hordas de invasores a TFP difunde Pareceres de eminentes juristas

Entretanto, todo este esforço não bastava. Agitadores agro-reformistas reunidos por impulso de numerosos vigários, religiosos, e muitos núcleos de CEBs, há tempos vinham constituindo hordas de invasores, com o manifesto intuito de tornar a Reforma Agrária um fato consumado à margem da lei.

Realizavam-se assim, em cerrada cadência, as invasões e as ocupações de terras, à vista de autoridades policiais obedientes a uma inércia comandada, e de autoridades judiciárias locais impotentes, na maioria dos casos, ante circunstâncias que independiam de seu competente zelo.

Tudo isto se desenrolou sob os acesos aplausos da CNBB, com o bafejo de quase todos os meios de comunicação social, e em presença dos sorrisos algum tanto embaraçados, mas visivelmente comprazidos, do Poder Executivo.

Nessa atmosfera difícil, mais uma vez entraram em ação as valorosas “*duplas*” e caravanas de TFP, e distribuíram até agora, a partir de janeiro do corrente ano, a 85 jornais esparsos em 21 unidades da Federação, desde Roraima até o Rio Grande do Sul, e desde Mato Grosso e Goiás até o litoral, os Pareceres límpidos de dois juristas de fama nacional e internacional, o Prof. Silvío Rodrigues, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e o Prof. Orlando Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esses Pareceres, difundidos pela TFP a pedido de um dos fazendeiros que solicitou aos juristas a competente elaboração, demonstram que, segundo o Código Civil (art. 502), o legítimo proprietário desassistido da autoridade policial tem o direito de defender-se, e às suas terras, contra o esbulho dos invasores e ocupantes agro-reformistas – o que pode fazer inclusive à mão armada quando necessário.

Em seguida à difusão dos Pareceres, decrescem as invasões

A difusão desses Pareceres, acompanhada de exposições ou reuniões para fazendeiros e também para trabalhadores rurais manuais, realizadas por sócios ou cooperadores da TFP em 181 localidades, vem repercutindo amplamente no País. E, com expressiva simultaneidade, **as invasões e ocupações foram caindo de número, a ponto de, em certo momento, parecerem cessadas!** (2).

Como sempre, também esta propaganda, de tão ampla envergadura (3), foi levada a cabo pela TFP na maior ordem e na mais estrita conformidade com as leis humanas e divinas. O que valeu à entidade atestados de delegados, prefeitos e outras autoridades municipais, comprobatórios da conduta modelar dos sócios, cooperadores e correspondentes da TFP. Atestados estes que vieram juntar-se a outros análogos, gloriosos triunfos de anteriores campanhas, atingindo o total de 4.317 certificados do gênero.

Produtores e trabalhadores rurais rejeitam a nova investida agro-reformista

Embora os meios de comunicação social não o realcem como deveriam, o fato é patente: **o *ager brasileiro* rejeita a nova investida agro-reformista. Rejeitam-na, em maioria compacta e notória, os proprietários grandes, médios e pequenos. Rejeitam-na também – e o fato é muito digno de nota – os trabalhadores rurais**, que em geral a ignoram, em razão dos habituais silêncios dos meios de comunicação social sobre as conseqüências danosas da aplicação do Estatuto da Terra e do PNRA também para os trabalhadores rurais. Prova-o o fracasso das Reformas Agrárias executadas em outros países, e as experiências já realizadas no Brasil.

As notícias veiculadas pelos *mass media* (4) tendem a criar no espírito destes a ilusão de que a Reforma Agrária acarretará para eles a implantação de condições de vida fartas, seguras e idealmente justas. Mas eles não se deixam embair pela miragem. E, quando objetivamente informados sobre o que seja a condição do “**assentado**” resultante da aplicação do Estatuto da Terra e do PNRA, a rejeitam categoricamente.

Esta última afirmação, demonstra-a, com irretorquível eloquência, a atitude dos trabalhadores rurais face à agitação agro-reformista:

1°) os *mass media* não noticiaram até aqui, que saibamos, um só caso de sublevação de trabalhadores de um imóvel rural, voltada a expulsar o proprietário deste, e a dividir o imóvel em áreas para assentamentos a ex-colonos sublevados. Os agitadores do campo são sempre “**invasores**” e não pessoas radicadas no solo onde a agitação tenta levantar seu pendão;

2°) igualmente, os *mass media* não mencionaram, que saibamos, um só caso de invasão e de ocupação de um imóvel rural por hordas de agitadores agro-reformistas procedentes de alhures, ao ensejo da qual os trabalhadores já radicados no imóvel assim invadido, hajam feito causa comum com os invasores, a fim de se associarem a estes na partilha geral.

Dado o cunho tão freqüentemente agro-reformista das notícias divulgadas sobre invasões e acampamentos, o caráter insuspeito dessas informações de imprensa é patente. É assim óbvio que, no Brasil, reinam relações de geral concórdia entre os trabalhadores manuais e os proprietários rurais.

A CNBB passa para o silêncio. Por quanto tempo?

É de se notar que, enquanto assim declinava a agitação nos campos, outra modificação substancial se operava no quadro geral da refrega concernente à Reforma Agrária.

À vista do fracionamento dos partidos políticos, e do notório declínio de sua influência sobre a opinião pública, a única força realmente propulsora da Reforma Agrária foi a CNBB.

Por isto, nossos órgãos de comunicação social se mostraram infatigáveis no colher e difundir declarações episcopais em favor da Reforma Agrária, bem como em noticiar “**façanhas**” destes ou daqueles Prelados no mesmo sentido.

Mas o declínio das invasões e das ocupações parece ter feito ver a nosso Episcopado – agro-reformista feroso, desconto feito de raras e nobres exceções – que o povo não o acompanhava.

O fato é que tem gradualmente diminuído, de tempos a esta parte, o número das declarações e “**façanhas**” agro-reformistas aparatosas, e que a CNBB parece calar-se quase por inteiro sobre o grande tema, até há pouco tão de sua predileção.

Dar-se-á isto porque a proximidade das eleições de 15 de novembro teria sugerido à CNBB concentrar-se na orientação do eleitorado acerca da Constituinte?

A hipótese parece sem sentido, pois a Reforma Agrária é naturalmente o maior pomo de discórdia da eleição. E, ou a CNBB mantém sua insistência em favor dela, ou vão perdendo votos os candidatos agro-reformistas. Isto é, o contrário do que a CNBB deseja.

O pronunciado fenecimento do movimento agro-reformista

O resultado desse pronunciado fenecimento do movimento agro-reformista parece ser o fato de que – pelo menos até o momento – o número de decretos expropriatórios do Presidente Sarney não retomou a *fougue* dos tempos em que o município de Londrina foi declarado área prioritária para efeito de Reforma Agrária (cfr. Cap. II, in fine).

E, fato talvez de maior monta, as verbas para a Reforma Agrária no orçamento de 87 diminuíram sensivelmente. Di-lo o muito circunspecto ex-membro do movimento terrorista MR-8, Dante de Oliveira, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, para o qual a pequena dotação prevista no orçamento da União para o ano próximo se deve ao fato de que o plano de desapropriação em massa, elaborado por seu antecessor, era “**irrealista**” (cfr. “Folha de S. Paulo”, 14-9-86, p. 4) (5).

Mas os impulsos agro-reformistas estão longe de se acharem amortecidos

Estará assim vitoriosa a luta contra o agro-reformismo socialista e confiscatório? Seria temerário afirmá-lo.

Depois de um período de indecisão, tornou-se claro que, nas mais altas esferas governamentais do País, a meta agro-reformista continua a ser almejada com impulsos contidos, é certo, mas que no ânimo dos líderes eclesiais e civis da Reforma Agrária estão longe de se acharem amortecidos (6).

A controvérsia agrária refluí do campo para as cidades!

A agitação agro-reformista declinou no campo. Porém continua a se fazer sentir nas cidades. Foi episódio típico disto, em Porto Alegre, a aparatosa ocupação do edifício da Assembléia Legislativa por hordas agro-reformistas (24 de junho de 1986). Teve ela como antecedente a teatral “**Romaria Conquistadora da Terra Prometida**”, iniciada na misteriosa cidadela de ocupantes na fazenda Annoni, a 330 km da capital gaúcha. Tal “Romaria” durou 28 dias e terminou diante da Catedral daquela cidade, no dia 23 de junho último. Foi então a romaria recebida pelo Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, D. Edmundo Kunz, e pelo secretário-geral da Regional-Sul 3 da CNBB, D. José Mario Stroehner, num ato público com a presença dos estranhos romeiros, mais tudo quanto há de católicos esquerdistas, e dos correlatos “**companheiros de viagem**” e “**inocentes úteis**” do comunismo. E para todos eles foi, no dia seguinte, celebrada Missa na Catedral, pelo mesmo D. Edmundo Kunz e mais seis Padres ligados à Comissão Pastoral da Terra e ao movimento dos “**sem-terra**” (7).

Atualmente, os pruridos agro-reformistas, concentrados nas cidades, parecem metamorfoseados nas greves urbanas mais ou menos generalizadas, de que o País inteiro é testemunha.

Que rumos tomará a ofensiva agro-reformista?

A trajetória da presente narração histórica se embrenha agora num terreno resvaladio e coberto de brumas. Estamos, em outros termos, no âmago de uma charada.

A suspensão das invasões e ocupações ocorreu mais ou menos ao mesmo tempo em todo o País, como se tivesse sido ordenada por uma imaginária vareta mágica.

Segundo o depoimento de credenciados entusiastas do agro-reformismo, tal suspensão não constituiu mero reflexo psicológico das supostas massas de agitadores rurais, mas resultou de motivos profundos. Pelo que, tiveram o consenso de líderes incontestes.

E nada tem sido noticiado pela imprensa, que autorize a hipótese de uma alteração nas causas que teriam determinado tal suspensão. Sem embargo, a partir do dia 24 de setembro, se têm levantado *in crescendo* novas vozes de pregoeiros de invasões (8).

No dia 26 de setembro, o Movimento dos Sem-Terra anunciou que dali a três dias iniciaria a invasão de imóveis desapropriados pelo Governo Sarney em seis Estados, mas cuja imissão de posse fora embargada pelo Poder Judiciário. Efetivamente, em princípios de outubro houve invasões isoladas em São Paulo e Santa Catarina.

No Rio Grande do Sul, porém, onde o Movimento dos Sem-Terra é mais atuante, os ocupantes da fazenda Annoni, que haviam anunciado seu intento de invadir outras dez áreas, foram impedidos de fazê-lo pela atitude enérgica da Brigada Militar gaúcha. 700 homens da corporação cercaram o acampamento dos “**sem-terra**” e têm conseguido, até o momento – não obstante uma tentativa malograda de considerável número de acampados para varar o cerco – impedir a partida das colunas invasoras.

Se coluna nenhuma partiu, contudo é real que certo número de acampados na fazenda Annoni saiu durante o dia, de dois a dois, com pretextos diversos. E, em lugar de retornar ao acampamento, reuniram-se mais adiante, de maneira a constituir um magote para efetivar as planejadas invasões.

Ao destacamento da Brigada Militar incumbido de impedir as invasões pareceu acertado seguir a alguma distância o magote, disposto a agir caso este tentasse qualquer invasão...

Sem embargo da linha geral destes acontecimentos, a decifração das enigmáticas causas deste vaivém da ofensiva agro-reformista promete apresentar especial interesse.

II – As forças em jogo na atual confrontação sobre a Reforma Agrária

Uma luta épica de 25 anos

Como acaba de ser narrado, desde inícios da década de 60 vem a TFP lutando arduamente contra a implantação do socialismo agrário em nosso País. A tal vem ela sendo movida pela dedicação desinteressada que vota à civilização cristã, da qual a **PROPRIEDADE** individual é, como a **TRADIÇÃO** e a **FAMÍLIA**, princípio básico. Luta esta particularmente desinteressada no que diz respeito à propriedade rural, pois a quase totalidade dos sócios ou cooperadores dela não tem investimento agrícola.

A atuação da TFP ao longo desses 25 anos de luta épica não se cifrou em promover a elaboração e a difusão, em nosso território-continente, de livros acautelatórios da opinião pública contra o agro-reformismo, ao contrário do que faria crer a narração já feita (cfr. Cap. I), de caráter mais bem sintético. Ao longo dessas campanhas para a difusão de livros, e também nos intervalos entre elas, várias polêmicas e lances congêneres, referentes ao agro-reformismo, marcaram a caminhada da TFP. Disto pode recordar-se o leitor eventualmente esquecido, lendo o histórico das atividades dela, publicado em obra editada sob os auspícios da entidade (cfr. **Meio século de epopéia anticomunista**, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1981, 4ª ed., pp. 68 a 132).

Passado de lutas pela propriedade agrária, mais longo e rico em esforços tão árduos quanto desinteressados, nenhuma entidade nacional classista, político-partidária, ideológica ou de outra índole, o pode apresentar. Ele situa a TFP em um plano ímpar na história desta pugna pró e contra a propriedade privada no século XX brasileiro. Luta esta que vem crescendo cada vez mais de intensidade e de importância, e que presumivelmente crescerá ainda mais à medida que nos acercarmos do fim deste século. O que atrás foi lembrado fornece largamente material para a

história de uma instituição – a TFP – ou de um setor básico da atividade nacional, a lavoura. Dia virá em que por tudo isso se interessarão também os pesquisadores que, no século vindouro, escreverão a História do Brasil.

Hoje em dia...

Tais antecedentes não podem ser vistos como meras reminiscências luminosas, pela TFP, por seus sócios, cooperadores e correspondentes, pelos numerosos amigos que ela tem entre os fazendeiros e os trabalhadores rurais, e também não pelo público em geral. E nem por eles assim são vistos. Pois, em continuidade com essas reminiscências se vai desenvolvendo todo um presente que borbulha de vitalidade.

Tão logo se delineou a atuação agro-reformista do presente Governo, os olhares de incontáveis brasileiros se voltaram para a TFP, esperando que, favorecida agora em sua liberdade de ação pelo clima da Abertura, haveria de se manter fiel a seu roteiro histórico, que lhe traça o dever de entrar quanto antes na liça em favor do princípio da propriedade privada integrante da trilogia **Tradição-Família-Propriedade**, que as pugnas aqui narradas e muitas outras ainda, haviam feito ecoar em todos os rincões do País, ao longo das décadas. O que tornara das mais conhecidas, a sigla TFP.

E, com efeito, hoje em dia a TFP está na estacada, desenvolvendo, como sempre, seu combate a um tempo altaneiro e respeitoso, escrupulosamente legal mas indomável, em favor de seus ideais.

Órgãos de classe vêm no ET uma ambigüidade que ele não tem

O primeiro lance público dessa luta no atual período presidencial foi a publicação do mencionado livro **A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista**.

Logo em seguida, deparou-se a TFP com um obstáculo difuso e generalizado, implícito mas potente, que ameaçava invalidar todos os esforços anti-agro-reformista. Era uma tendência freqüente, mesmo da parte de elementos dos mais representativos da classe dos fazendeiros, a elidir a pugna ideológica e publicitária, procurando apresentar ao patronato rural o problema agrário sob um aspecto ambíguo que de nenhum modo ele tem.

Se há algo a elogiar no ET, como no PNRA, é a franqueza com que anunciam – custe o que custar e doa a quem doer – o alcance inteiro (que não se pode hesitar em qualificar de brutal) de sua reforma. A análoga referência faz jus a maior força propulsora do agro-reformismo na atualidade brasileira, ou seja, a CNBB. Não há hoje brasileiro que não disponha das informações suficientes para aquilatar até onde vai o sentido esquerdista da ação dela.

Em contraste com isso, certo veio de figuras proeminentes da lavoura se manifestou propenso a ver no ET uma moderação que ele de nenhum modo tem, e a reservar suas increpações exclusivamente para o primeiro projeto de PNRA e, de outro lado, para a CNBB.

Desta atitude, inteiramente carente de objetividade no que diz respeito ao ET, que – cumpre repetir – é genuinamente socialista e confiscatório (cfr. **A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista**, pp. 33 a 39), decorria um esforço para que a classe dos proprietários rurais aplaudisse o Governo por estar aplicando o ET, e lhe pedisse simplesmente alterações no projeto de PNRA. Atitude que, conscientemente ou não – este pormenor não entra aqui em cogitação – teria por efeito levar a classe dos fazendeiros à autodemolição.

Aos que tenham exato conhecimento do ET causa espanto que a tendência “**ambigüista**” acima apontada chegasse ao extremo de propor aos 4 mil fazendeiros reunidos em Brasília, nos dia 27 e 28 de junho de 1985, que não só se abstivessem das críticas das quais é passível o diploma legal imposto pelo regime militar, mas até pedissem ao Presidente da República sua aplicação. Diploma legal esse, entretanto, tão nocivo à classe rural que foi necessário deixá-lo dormir

durante vinte anos nas gavetas da administração pública, à espera de uma boa oportunidade para o pôr em prática.

Tal oportunidade, como é óbvio, foi proporcionada ao agro-reformismo pelo surto esquerdista ocorrido ao longo dos últimos anos no Brasil. Não um surto de popularidade real e de pujança vital, com raízes na opinião pública. Mas de “agressividade” e de audacioso poder publicitário. Efeitos que não provêm necessariamente de raízes na opinião, mas podem resultar de astúcia e amplitude de meios de ação: o que a boa estratégia e o ouro podem proporcionar.

Engaja-se a controvérsia agro-reformista

Nas grandes confrontações referentes a temas que tocam até no mais fundo as raízes de uma nacionalidade – e incontestavelmente a Reforma Agrária é um destes, máxime se vista em seu indiscutível aspecto de passo pioneiro, rumo à abolição da propriedade privada e do patronato na agricultura, na indústria e no comércio, através das subseqüentes Reformas Urbana e Reforma Empresarial – a primeira etapa consiste na apresentação ao público, das teses que estão no limiar da controvérsia, e no desdobramento sumário das respectivas argumentações.

No Brasil, onde os debates públicos são muito mais elementares do que em países nos quais a vida político-partidária tem como fator capital de influência o descortino, as doutrinas e a cultura, esta etapa se desenvolveu muito rapidamente. Foi só o Sr. Presidente da República enunciar os seus até então insuspeitados propósitos agro-reformistas, que estes produziram confusos sintomas de desacordo e protesto em setores majoritários da opinião pública, e aplausos estrondejantes em setores minoritários. Os *mass media* se fizeram porta-vozes benévolos, quando não entusiásticos, destes últimos.

Foi precisamente nesta fase que começaram também a sair os pronunciamentos da TFP, dos quais o mais marcante foi o livro **A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista**, já mencionado.

De um lado e de outro, as posições estavam tomadas e a polêmica engajada.

Tratava-se então, para cada lado, de conquistar o maior número de aderentes. A certa influência da lógica, as correntes antagônicas começaram a acrescentar então a estratégia.

O ponto de partida da estratégia agro-reformista

Que se saiba, o ponto de partida de tal estratégia não foi até agora descrito de público com a calma e o método indispensáveis. Cabe tentar fazê-lo aqui, começando por apresentar um quadro da situação:

1^o) No pináculo do poder estatal, um Presidente da República ainda jovem para o cargo, simpático, e com foros de inteligência e cultura assegurados pelo próprio fato de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Mas portador do terrível **handicap** de suceder a Tancredo Neves, cuja popularidade, elevada aos astros pelo consenso unânime dos *mass media*, ainda mais se enriquecera com a nota emocional, tão inopinada e dramática, das circunstâncias que o impediram de tomar posse. Ademais, natural do Maranhão, Estado notável pela inteligência de seus filhos e pelo grande futuro que o aguarda, mas profundamente dividido (como o demonstraram posteriores acontecimentos) no tocante à pessoa do Sr. José Sarney.

Este último não contava, pois, nem no Maranhão, nem em qualquer dos grandes Estados, com aquele tipo especial de popularidade reservada exclusivamente ao Presidente da República que nele tivesse nascido.

2^o) A despeito dessas circunstâncias, o Chefe de Estado chamava a si, logo no início de seu governo, a tarefa terrivelmente audaciosa, de encaminhar o Brasil pela via cheia de terremotos e de borrascas, de um reformismo social completo, que conduzisse a Nação da economia liberal que temos (ou imaginamos ter) intacta, para uma ordem sócio-econômica que é impossível não chamar

de comunista ou comunistizante, uma vez que ela tende a eliminar, como se viu (cfr. Introdução), a propriedade privada, e conseqüentemente a livre iniciativa, como mais especificamente a propriedade individual e o patronato.

3) Segundo mito publicitário bastante difundido, esse programa, temerário mais do que audacioso, contaria com o apoio irrestrito e impetuoso das massas trabalhadoras famintas e oprimidas. Estas, protegidas em seu furor pelas liberdades da Abertura, investiriam – sempre segundo o mito – dia mais dia menos, contra a burguesia pequena, média e grande, em cujas fileiras os intelectuais e os técnicos oprimem os trabalhadores manuais, os burgueses médios e grandes sugam e roubam as camadas inferiores através da cobrança de preços exorbitantes pelos produtos do campo e da indústria, e de aluguéis não menos exorbitantes. No alto dessa pirâmide de malfeitores, os *snoobs* ultrajariam por seu luxo desmesurado, insolente e corrompido, a pobreza dos trabalhadores mal pagos ou desempregados.

Desde que contasse com o apoio de líderes adequados para estimular e guiar o descontentamento das imensas massas populares, um Presidente da República poderia encontrar nelas um apoio firme e compacto muito maior do que, segundo as conseqüências de nosso regime federativo, ele recebe ordinariamente dos políticos dominantes no Estado em que tenha nascido, e nos Estados que se lhe agregaram para obter para ele a suprema magistratura.

4) Onde encontra o Presidente Sarney esses líderes escolados, tão indispensáveis?

No PCB, no PC do B, em cujas fileiras refulgem, para efeitos internos, “astros” de primeira grandeza, e em grupos ideológicos ou partidários mais ou menos vizinhos, como o PT e outros menores – conjecturavam os ingênuos. Diante do programa radical desse conglomerado, estouraria o descontentamento dos oprimidos, dando início à luta de classes que acabaria forçosamente vencedora, segundo garantem os vaticínios de Marx.

5) Os mais cautos e subtis tinham discretas reservas a respeito dessas esperanças. Provavelmente estaria entre estes o Presidente Sarney. Mas eles depositavam toda a sua confiança em outra força, de cuja imensa influência os mais ingênuos não se haviam dado conta. Era a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Por razões profundas, que seria excessivamente longo elencar aqui, a Igreja dispôs sempre de imensa influência sobre nosso povo muito majoritariamente católico (9). Influência esta usada mais ou menos até meados do presente século, com comedimento e discrição maternais, e que por isso mesmo não se tornava patente aos olhos dos observadores superficiais. Mas influência que transparecia de quando em vez com clareza meridiana (10).

A infiltração esquerdista na Igreja

Essa imensa força, começou a miná-la, por volta dos primórdios dos anos 40, uma lenta e insidiosa campanha esquerdista (11).

Tal infiltração se foi acentuando inexoravelmente ao longo dos anos 40, 50 e 60, de sorte que, em 1968, a TFP organizou um abaixo-assinado pedindo a Paulo VI medidas contra a infiltração esquerdista na Igreja. Essa infiltração se tornara já tão notória, que esse abaixo-assinado alcançou o impressionante total de 1.600.368 assinaturas. Foi ele entregue em mãos no Vaticano. E não teve resposta (12).

De então para cá, segundo alardeou incessantemente a maior parte dos *mass media*, não têm feito senão crescer dois instrumentos de ação da CNBB junto às massas trabalhadoras: as Comissões Pastorais da Terra (CPTs), e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (13). As primeiras, órgãos diretivos recrutados preponderantemente no Clero e, portanto, destinados, não a recrutar as massas, mas a agir sobre elas. As segundas, destinadas a abranger as multidões.

A CNBB, o “V Poder”

Carlos de Laet, o brilhante polemista católico e monárquico das primeiras décadas deste século, escreveu certa vez que, no Brasil, há quatro Poderes. Destes, três são integrantes do aparelho do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. E o outro, extra-oficial, deveria ser entretanto mencionado ao lado destes, em razão de sua grande influência. Era portanto um quarto Poder: a Imprensa. Poder este tão acrescido em nossos dias, com o advento do rádio e da televisão.

O historiador que algum dia compulse as coleções dos jornais contemporâneos, não se eximirá de afirmar que um **quinto Poder** emergiu da sombra discreta e digna em que se envolvia outrora: é o Episcopado, hoje em dia rotulado como CNBB.

O I Poder lança a investida agro-reformista apoiado no IV e no V Poderes

Era natural que, nos seus primeiros passos, o novo titular do I Poder se apoiasse no IV, e sobretudo no V Poder. Foi o que aconteceu.

Apoiado nos *mass media* e na CNBB (muito mais do que nos partidos políticos, que ao longo deste tempo não fizeram senão desbotar e decair gradualmente de seu papel central no cenário político do País), o Presidente Sarney lançou a atual investida agro-reformista. Estratégia de amplísimos contornos, e de linhas tão claras, que basta descrevê-la para torná-la perceptível para qualquer observador.

... e então?

O pacto reformista entre o Governo e a CNBB, selou-o a nomeação para o recém-criado Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), de uma figura presumivelmente conhecida nos meios agro-reformistas, chegada às CPTs e às CEBs mas perfeitamente desconhecida do grande público, o Sr. Nelson Ribeiro.

A este não faltaram operosidade, agilidade e garra. Febrilmente desejoso de efetuar o quanto antes a aplicação integral do ET e do PNRA, o novo titular desenvolveu contra a estrutura agrária vigente, toda a força de impacto de que dispunha. E foi isto tão longe que, para coadjuvar os católicos esquerdistas em seu ímpeto, o Governo não hesitou em prodigalizar prestigiosas cortesias aos parlamentares do PCB e do PC do B, se bem que as manifestações públicas feitas por eles, com apoio de numerosos e influentes políticos burgueses, e recursos econômicos cuja origem se desconhece, só tivessem conseguido o comparecimento de pífio número de partidários (14).

Com base nessas forças, o agro-reformismo clérico-publicitário-político arrojou-se a uma série de empreendimentos que chocaram a tal ponto a classe rural e a opinião pública em geral que, quando sobreveio em 2 de julho de 1985 o decreto declarando prioritária, para fins de reforma agrária, toda a área do município de Londrina, capital agrícola próspera do Estado do Paraná, ocorreu um fato sem precedentes na História do Brasil. Isto é, o Presidente Sarney não só sentiu a necessidade política de revogar imediatamente o decreto delirante, como ainda se viu na contingência de voar a Londrina com um séquito luzidio, do qual faziam parte nada menos que quatro ministros – entre eles o Sr. Nelson Ribeiro – tudo para recitar o “*mea culpa*” do Governo ante os fazendeiros justamente agravados (15). E, nas pessoas destes, ante o mundo agrícola desnorteado e alarmado, habitualmente ordeiro e até bonachão, que já começara a se pôr em marcha rumo à confrontação ideológico-política.

Os dias do Sr. Nelson Ribeiro estavam contados; sua demissão era questão de tempo. Ele cometera o erro de correr demais, e revelara os desígnios do agro-reformismo.

A verdadeira solução: coleta, análise e divulgação de dados estatísticos

A verdadeira solução para a controvérsia agrária em curso no País já foi proposta pelo autor destas linhas mais de uma vez pela imprensa diária (16). Teria ela consistido em que o

Governo tivesse acompanhado de há muito nosso incontestável desenvolvimento econômico, mediante a coleta científica, imparcial – e largamente divulgada em todo o País, para controle dos interessados – de dados estatísticos inteiramente elucidativos de toda a nossa realidade rural contemporânea. De posse de tais dados, teria sido possível saber de há muito, e com certeza inteira, se uma Reforma Agrária (como também uma Reforma Urbana e uma Reforma Empresarial) é necessária, e em que medida o é. A partir desta realidade assim elucidada, seria possível às várias correntes de opinião discordantes, travar de modo objetivo, substancial e fraterno, uma polêmica ou um diálogo aberto e capaz de preservar a paz social, e operar na paz os progressos e quiçá as modificações que a justiça e a caridade eventualmente sugerissem.

Mais ainda, para contribuir quanto possível para que a Nação tomasse esse rumo, promoveu a TFP a publicação de três obras que, apesar de nossa penúria estatística, chegam a resultados científicos de uma incontestável seriedade (17). E, mais recentemente, a obra **Is Brazil Sliding Toward the Extreme Left? Notes on the Land Reform Program in South America's Largest and Most Populous Country**, do Prof. Carlos Patrício del Campo (**The American Society for the Defense of Tradition, Family and Property**, Pleasantville, Nova York, 1986, 163 pp.).

Essas várias obras conduzem à conclusão de que é ilegítimo, segundo a Moral católica, e gravemente improficuo, do ponto de vista econômico, que o País enverede também em matéria agrária no dirigismo estatal (o qual, no campo da indústria, já lhe vem custando catadupas de prejuízos e desastres). E que para isto golpeie ou suprima a propriedade individual e a livre iniciativa (18).

Mas os fatos demonstram que nossos meios de comunicação social (exceção feita, em certa medida, da “Folha de S. Paulo” e da “Última Hora” do Rio de Janeiro) são fechados – e quão radicalmente! – para toda publicação referente à TFP. Exceto, bem entendido, quando se trata de descompô-la, e de dar a público toda espécie de inverdades ou de análises infundadas a seu respeito. Ao que ela só consegue redargüir uma ou outra vez em espaços jornalísticos nos quais lhe é imposto o uso de letra tão diminuta, que só adolescentes ou jovens conseguem lê-la bem. Ou então a TFP se vê reduzida a responder pagando altas tarifas publicitárias, que suas exíguas finanças muitas vezes não lhe consentem dispendir.

Assim é que as três obras da TFP já referidas, se tiveram uma repercussão muito maior do que a que tantas obras do gênero conseguem obter em nosso País, deve-se ao fato da ação abnegada da pujante juventude de seus cooperadores, aos quais, nas vias públicas das grandes cidades, como ao longo dos mares e até os últimos rincões sertanejos de nossa Pátria, têm procedido com garbo e êxito à venda delas.

Sobretudo o que a TFP não pode deixar passar sem os protestos que sua consciência lhe impõe e a lei lhe faculta, é que, com base em dados que não conduzem a tal, se preconize para nosso País a efetivação de uma Reforma Agrária cuja aplicação em pequenas parcelas de seu território já conduziu a desastres. A análogos desastres em escala imensamente maior arrastou a Reforma Agrária outros países, nos quais foi imposta mediante a promessa de que saciaria a fome e aquietaria a indignação social (exageradas até o folhetinesco pela demagogia), e que os conduziu à escravidão miserabilista reinante na Rússia, ou quase tanto.

III – “Ceder para não perder”: velho “slogan” que serve de base para nova estratégia

Como há pouco se mostrou, a conduta do Governo em matéria agro-reformista trazia para este, como conseqüência, a necessidade de mudar de estratégia.

Tal necessidade, imposta pela atitude tanto dos proprietários como dos trabalhadores do campo, teria obviamente por meta a reconquista, pelo Governo, da popularidade que seu agro-reformismo lhe fizera perder em largos setores rurais, lhe abalara seriamente em outros, e lhe valera

a desconfiança generalizada em todos os setores do País, quer no tocante à eficácia da reforma planejada, quer no concernente aos pendores socialistas – na melhor das hipóteses – do ministro Nelson Ribeiro.

Para compreender as remodelações que a estratégia governamental iria receber dentro em breve, é necessário descrever rapidamente a transmutada situação da opinião pública.

1^o) Segundo a imagem do País até então apresentada pelo IV e V Poderes conjugados – imagem esta bastante gratuita, pois não se baseava em estatísticas de qualquer espécie (ou se baseava em estatísticas fragmentárias às vezes, inidôneas quase sempre) – as cidades e os campos de nosso território-continente estavam sempre mais imersos na miséria, “**os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres**”, segundo os princípios da crítica marxista. Em conseqüência, uma geral explosão de inconformidade estaria para estourar no País.

2^o) Essa explosão traria derramamentos de sangue generalizados, cujas principais vítimas seriam os proprietários, menos numerosos que os proletários, e portanto necessariamente inferiores à força bruta da imensa massa dos trabalhadores manuais.

3^o) Em conseqüência, quatro dos cinco Poderes (o Judiciário excluído, pois) apresentavam-se particularmente zelosos pelo resguardo da vida dos ricos e pela proteção dos pobres contra a miséria.

Todos recomendavam aos fazendeiros uma **política de concessões**: “**ceder para não perder**” fora o velho *slogan* agro-reformista da década de 60. *Slogans* têm vida efêmera. Este já não está em moda. Mas a essência dessa política concessiva e moderantista, ele a exprime por inteiro.

4^o) De outro lado, as massas famintas e furibundas, esses moderantistas esperavam conter por meio de um conselho paralelo, que bem poderia se exprimir pelo provérbio italiano “*piano, piano se va lontano e se va sano*” (“devagar se vai longe, e sem prejuízo da integridade física”).

Em outros termos, fossem os produtores rurais cedendo lentamente, e conservariam por mais algum tempo a posse – sempre mais reduzida – dos respectivos bens. Pois estariam matando, aos poucos, a fome da fera que seria o povo deste fim de século. De outro lado, fossem os trabalhadores manuais esperando, que acabariam por lhes vir, pacificamente às mãos, todas as riquezas que esperavam.

Com o insucesso da estratégia acelerada, o agroreformismo mais do que nunca tinha que deitar suas esperanças em que prevalecesse no espírito dos produtores agrícolas a estratégia do “**ceder para não perder**”. E na dos reformistas a de “**para obter, não correr nem impor**”.

“Ceder para não perder”: “*slogan*” da predileção dos comunistas, que conduz à destruição do patronato

Essa circunstância leva a que se passe, no momento, da **descrição** dos princípios essenciais da nova estratégia, para a **análise** desta. E, para que esta última seja sintética, cumpre considerar apenas seu ponto essencial.

Segundo os preconizadores do “**ceder para não perder**”, a que conduziria esse sistema simultâneo e gradual de reivindicações sempre maiores do proletariado, e de concessões incessantes do patronato?

Em tese, se o primeiro avança sempre, e o segundo cede sempre, chegará um dia em que o primeiro terá ganho tudo, e o segundo terá perdido tudo. Em outros termos, o proletariado terá destruído o patronato, e estará implantada no Brasil uma organização sócio-econômica sem classes: precisamente a meta comunista.

Isto posto, o “**ceder para não perder**” é um *slogan* típico da estratégia comunista.

Objeção: a estratégia do **“ceder para não perder”** conduz a um ponto de equilíbrio

Mas, dirá alguém, esta é uma interpretação unilateral do **slogan**. Pois ele também pode ser interpretado em sentido distinto. Ou seja, pode-se imaginar que, nesse caminho de avanços proletários e recuos patronais, se chegue a um ponto de equilíbrio ideal, no qual as massas terão todas as suas necessidades satisfeitas, e os proprietários ainda não tenham sido levados a ceder tudo.

O **“ceder para não perder”** seria então um **slogan** instaurador de um como que jogo de cordas. Num extremo da corda estaria o proletariado, aglutinado, estimulado e dirigido pelos sindicatos e grupos partidários ou ideológicos de esquerda. Do outro lado, estaria o patronato, analogamente aglutinado, estimulado e organizado por associações conservadoras (**“conversadoras”** diz um malicioso jogo de palavras popular).

Este jogo de cordas não poderia ser necessariamente comparado com uma luta fratricida, nem com um esbulho total dos que têm em favor dos que não têm.

Com efeito, se a fartura do País o permitir, e o proletariado sempre mais acentuadamente vencedor tiver bom senso, chegar-se-á a um ponto de equilíbrio.

Por que, então, entre duas interpretações desse **slogan**, ambas válidas, preferir a interpretação pessimista à otimista?

Antes de responder, importa fazer aqui uma ponderação. É que esse **slogan** (e portanto também a política de concessões que explícita ou implicitamente nele se inspira) é perfeitamente **ambíguo**. Pois admite duas interpretações igualmente válidas... rumando para pólos opostos.

Em outros termos, tais pólos, tal política, tal ambigüidade, conduzem de imediato para a confusão. E da confusão resulta que a parte enganada jamais é a comunista.

Outra objeção: a lógica cerrada desses argumentos conduz o País à luta entre dois radicalismos

Objetará quicá algum leitor que a lógica cerrada desses argumentos conduz a opinião pública, por via de conseqüência, a uma terrível opção. Pois se de um lado estão os que tudo querem conservar para si, e de outro lado estão os que tudo querem conquistar para si, a luta é inevitável e pode desdobrar-se em lances sinistros. Pois é a luta entre dois radicalismos, entre dois extremismos. Ora – continuaria o objetante – a verdade está sempre no meio termo. E, reduzido a optar entre um ou outro radicalismo, o povo brasileiro fica sujeito a cair em um dos despenhadeiros opostos.

Esta objeção não resolve o problema. Pois, se a opção inevitável entre dois exageros certamente não é aceitável, menos aceitável ainda é admitir que o caminho para evitar qualquer dos despenhadeiros é, para a opinião pública, embrenhar-se na ambigüidade, prenehe de sobressaltos, fraudes, decepções, vinganças e crimes.

Por outro lado, se o **“jogo da corda”** realiza-se tendo, de um lado os comunistas, e de outro os burgueses conservadores, há pouca esperança de que vençam estes. Pois o desiderato comunista não é o equilíbrio, mas a ruína total do opositor. O equilíbrio, só o desejam os burgueses que o risco tenha tornado compactamente **“moderados”**.

E a garra dos que **“querem tudo”**, vence normalmente os esforços timoratos dos que **“se contentam com pouco”**.

É o que demonstra a história do avanço inflexível do comunismo contra o moderantismo burguês, nas mais variadas situações.

No “jogo da corda”, de um lado a “longa manus” de Moscou; de outro lado, os fazendeiros do Brasil

Tudo isso, por mais concludente que seja, ainda não abarca a realidade inteira. Do lado agro-reformista não estão apenas pessoas de espírito utópico, propensas a sonhos sociais mais ou menos românticos, ou demagogos desejosos de carreira política, ou gananciosos de lucros publicitários. Estão ostensivamente, com o estandarte da foice e do martelo em punho, o PCB, o PC do B e os corpúsculos ideológicos conexos (terroristas, inclusive). Nos seus estandartes sopra o vento de certa Teologia da Libertação, a que devem o apoio de tão grande parcela da CNBB.

E, por detrás dos PCs, seus “**companheiros de viagem**” e seus “**inocentes úteis**”, é impossível não entrever a *longa manus* de Moscou, a qual vai estendendo por toda a terra a impostura, a demagogia, a violência e, por fim, o colonialismo comunista mais ou menos explícito.

Atitude da classe rural

No “**jogo da corda**”, de um lado está, pois, essa *longa manus* de aço, fazendo uso de todos os ardis, como de todas as brutalidades, para ganhar terreno e dominar. Do outro lado estão os fazendeiros do Brasil, alguns tão embrenhados em suas fainas que nem sequer se deram conta, até o momento, do que é o agro-reformismo. Outros que, abrindo estremunhadamente os olhos para o que se passa, e habituados ao trabalho produtivo, não porém à luta, são propensos a dar ouvidos aos que lhes propõem qualquer forma de concessão, e a dar crédito a qualquer *slogan* ou sofisma que nesse sentido se lhes ofereça. Outros enfim, inteligentes, ágeis, despertos, e prontos a qualquer sacrifício para a defesa do patrimônio que herdaram legitimamente ou acumularam arduamente para seus filhos, já vão dizendo **não** ao canto da sereia da demagogia reformista. É entre estes – diga-se de passagem – que a TFP encontra as compreensões mais profundas, os entusiasmos mais calorosos e patrióticos, as colaborações mais generosas.

No momento, o núcleo da batalha agro-reformista se trava entre os próprios produtores rurais. Serão estes sensíveis à voz de seus vanguardeiros de escol, amigos da lei, e da paz dentro da lei? Ou, pelo contrário, deixar-se-ão iludir pelos pregoeiros de concessões inúteis e suicidas, do “**ceder para não perder**”? No primeiro caso, ainda há para o Brasil salvação. Pois a classe dos proprietários é tão numerosa e influente que, mediante eleições sérias, ou por plebiscito probado, ninguém conseguirá vencê-la.

Se, pelo contrário, ela se entregar às moles solicitações de um imediatismo preguiçoso e cego, com isto mesmo ela dará ouvidos às vozes que lhe partem, em última análise (através de inocentes úteis, companheiros de viagem etc.), dos arraiais da esquerda, no extremo dos quais está... Moscou. Neste caso, e dando ouvidos a essas vozes, ela estará *ipso facto* vendendo ao comunismo a corda com que este a enforque. E com ela ao Brasil (19).

IV – As invasões, essas desconhecidas

Os “com-terra”: classe anônima que ignora o próprio poder

Vistas as coisas da perspectiva há pouco delineada, o futuro do Brasil se patenteia dependente, de modo capital, da classe dos que têm terras. O que, a muitos espíritos, parecerá uma afronta à realidade, já que estão habituados a aceitar sem tergiversação quanto lhes dizem os meios de comunicação social. Segundo estes, a grande força não é dos que **têm terra**, mas dos **sem-terra**.

Uma análise fria dos fatos mostra, entretanto, que o poder dos sem-terra não é senão um mito publicitário, baseado unicamente no fenômeno das invasões.

Ora, estas, como se passará a ver, nada provam. Ou provam o contrário do que esse mito visa inculcar. Sem embargo do que os **com-terra** são os primeiros a ignorar quanto podem (20).

O que se pode concluir do fato das invasões?

Para que as invasões servissem de apoio a uma conclusão tão grave quanto a de que, dadas as condições de existência do operariado rural, o País estaria necessitando de uma Reforma Agrária urgente e completa, que alterasse radicalmente a estrutura fundiária do setor agropecuário, seria preciso que se tivesse certeza – cientificamente fundada em estatísticas de probidade e de poder conclusivo incontestáveis – acerca de numerosos aspectos dessas invasões.

Para iniciar tal demonstração seriam necessários estudos ainda não feitos, ou só feitos superficialmente.

O “caso” da Annoni, um fato característico

Tomando como exemplo o “caso” característico da Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, invadida em outubro de 1985, e que permanece ocupada até o momento, caberiam as seguintes perguntas:

1. Quantos são precisamente os invasores hoje fixados no acampamento da Annoni?
2. Quais são – com a mesma precisão – as condições internas de vida, os liames de submissão, voluntária ou não, que vinculam os atuais habitantes da Annoni aos chefes do acampamento?
3. Como são escolhidos esses chefes? Por quanto tempo? Quais seus poderes? Como se distribuem entre eles tais poderes?
4. Que código de infrações e que sistema de punições aplicam os chefes a seus subordinados?
5. Qual é o grau de liberdade com que ali interferem os Poderes Públicos, quer para inspecionar, quer para mandar ou proibir, dentro do âmbito das respectivas esferas legais?
6. Se, no que talvez se possa chamar de campo de trabalhos forçados da Annoni, os que ali residem exercem alguma atividade para seu próprio sustento, o fruto dessa atividade vai diretamente para o trabalhador, segundo o regime da propriedade privada, ou vai para uma caixa comum que importe a vigência, no acampamento, de um regime socialista autogestionário?
7. Têm os habitantes da Annoni liberdade de optar (sem sofrer qualquer pressão moral ou de outra natureza) entre trabalhar fora do acampamento ou dentro dele?
8. Na Annoni, cada qual é livre de escolher o tipo de trabalho que prefere, ou está adstrito à execução do trabalho escolhido pelos chefes?
9. Caso a produção do acampamento esteja sendo insuficiente para o sustento dos habitantes, de onde e de quem, e em que porcentagem, procedem os recursos necessários para completar o orçamento dos acampados? (21)
10. Bem entendido, o aspecto ideológico das invasões, bafejadas por apoios episcopais importantes e que continuam presentemente, não pode ser passado em silêncio neste rol de questões. Quais, por exemplo, os eclesiásticos e as organizações de católicos constituídas por leigos, que ajudam o acampamento da Annoni, e o estimulam?

Quais as formas espirituais e materiais do apoio e do estímulo que dão?

Quais são as formas de ação que mais estimulam?

Cumpra saber se na Annoni existe ensino religioso para as crianças em idade escolar, quem o ministra, e qual seu conteúdo. E não se argumente que tal matéria não pode ser investigada sem

transgressão da liberdade de pensamento e de religião, tão fortemente enraizadas na Constituição Federal.

Com efeito, a partir do momento em que a CNBB, alegando justificação doutrinária, toma a dianteira na maior transformação sócio-econômica até hoje ocorrida no Brasil e, de outro lado, um documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé afirma taxativamente a existência de veios ideológicos marxistas no famigerado movimento da Teologia da Libertação (documento assinado pelo Cardeal Ratzinger em 6 de agosto de 1984), ao mesmo tempo que o PCB, o PC do B, e corpúsculos conexos apoiam francamente esta conduta da CNBB: nesse momento toca ao Poder Público tomar conhecimento também dos aspectos ideológico-religiosos de quanto na Annoni se passa. Entre outras razões, porque cabe ao Estado defender a soberania nacional, sempre ameaçada – como analogamente o estão as demais nações do continente sul-americano – pelo imperialismo ideológico-político de Moscou.

Como fica implicada a soberania nacional, na agitação agro-reformista

A soberania nacional? O que tem ela a ver com a Reforma Agrária?

Não faltará quem levante essa pergunta, inspirado em uma candura desconcertante, para não dizer suspeita.

Por certo, uma vez que, em virtude da abertura política e da democratização do País, se tornou permitida, nos termos da lei, a propaganda comunista, não há argumento que justifique uma inculpação da propaganda ideológica ou política do comunismo entre nós.

Mas tal não obsta a que continuem de pé, como inquestionáveis, os seguintes fatos, cuja generalização em todo o mundo é absolutamente notória:

1^o) Em conformidade com o próprio caráter expansionista do comunismo, onde quer que exista um partido, uma simples corrente ideológica, ou um mero corpúsculo comunista, seus correligionários do mundo inteiro devem voltar-se para lhe prestar toda a ajuda necessária para que cresça, se consolide e conquiste o poder, dele expulsando os burgueses.

Obviamente, qualquer partido, corrente ou corpúsculo comunista, não tem, em sua doutrina, senão motivos para aceitar tal ajuda.

2^o) O principal fornecedor dessa ajuda é o partido comunista russo, o qual dispõe como entende dos imensos recursos do Estado soviético (22).

E como, de outro lado, toca ao mesmo partido comunista russo a coordenação e direção de todos os partidos comunistas no mundo, todas as ajudas que o movimento comunista receba de qualquer parte são reguladas pelo Kremlin.

3^o) Isto conduz, por sua vez, a que todos os governos comunistas – declarada ou veladamente tais – pressionados pelos países do Mundo Livre, não tenham condições para subsistir se não tiverem o apoio do governo russo. Ou seja, é inautêntica a independência de todos os países sujeitos a governos comunistas.

Cair sob um governo comunista é, pois, perder a soberania nacional

4^o) Assim, o fato de que o Poder Público, em um país não comunista, assegure aos partidos e correntes marxistas toda liberdade de ação, não constitui impedimento a que o governo os vigie. Pelo contrário, quanto mais eles são livres, tanto mais devem ser vigiados, dentro dos limites da lei, para garantia da soberania nacional contra os desígnios de agitação, seguida de luta de classes e revolução social, que constituem um caminho forçoso para que o comunismo tome conta do poder, e a independência nacional soçobre.

Ocupações, invasões, acampamentos e revolução social

Todas as considerações acima foram feitas a propósito do acampamento da Annoni. Pois é inteiramente cabível perguntar o que se passa nas pequenas comunidades cuja formação as hordas de invasores têm levado a cabo aqui e acolá.

A comunidade da Annoni, como as demais, faz um só todo com o movimento das ocupações. As invasões são a causa das ocupações. As instalações de grupos contestatários em prédios como os da Assembléia legislativa e do Incra gaúchos, e outras tropelias praticadas em cidades como nos campos, são métodos de ação dessa luta de classes à marxista, que tocou às raias da revolução social.

As hordas de invasores agro-reformistas

Examinado, pois, o movimento das invasões agro-reformistas no que diz respeito aos acampamentos, cumpre ainda considerar o mesmo movimento em outro aspecto, que é o das hordas invasoras.

A tal respeito, caberia aos Poderes Públicos fazer estas e outras perguntas:

1. Quantas hordas de invasores chegou a haver no País, no auge da ação delas, isto é, de julho do ano passado a fevereiro do corrente ano?
2. Quantos são os componentes dessas hordas, ainda existentes? Onde estão concentrados? Em regime análogo ao da Annoni?
3. De que ponto ou pontos do território nacional procedem as hordas – eufemicamente chamadas colunas – de invasores que nele perambulam (e das quais se destacaram os componentes do acampamento da fazenda Annoni, e de outros locais ainda)?
4. São brasileiros, todos os que compõem tais hordas? Se não, quantos são os estrangeiros? Em que data entrou no País cada membro estrangeiro?
5. Estão identificados na Polícia?
6. Dos dados colhidos por ocasião dessas identificações, que quadros estatísticos foram elaborados no tocante à idade, estado civil, profissão, salário e bens de cada pessoa?
7. Acompanham-nos as respectivas famílias? Ou deixaram-nas no lugar de partida?
8. Nesta última hipótese, como se sustentam os familiares? Os invasores enviam alguma ajuda financeira aos familiares distantes? Com que periodicidade? Com base em salários? Em contribuições etc.?
9. Se não recebem salários, de quem lhes vêm os recursos para manter esses envios?
10. Os envios de recursos financeiros dos invasores aos respectivos familiares são feitos por via postal? Bancária? Outra via? São documentados?
11. Estes e outros gastos de uma coluna de invasores, são contabilizados?
12. Quem os contabiliza? Os dirigentes de cada coluna?
13. Onde costuma ficar essa contabilidade?
14. Obedece ela aos preceitos contábeis que são de rigor?
15. Qual a vida de cada “invasor”, antes de se entregar à sua presente ocupação?
16. Teve passagens por delegacias criminais, ou de ordem política e social? Foi processado? Condenado? Cumpriu integralmente a pena imposta?
17. Também antes de sua presente atividade, o invasor participou de movimentos ideológicos pacíficos?
18. De que índole, esses movimentos: política? Sócio-econômica? Religiosa? Filosófica?
19. Salientou-se o invasor em algum desses movimentos? A que título?

20. Participou de algum movimento de agitação? Tomou parte na organização de greves, em piquetes, em atos de violência?
21. Em seu presente perambular, usa ele armas? A quem pertencem? A ele? À coluna invasora?
22. Com que dinheiro, quando e onde, ele ou a coluna adquiriu cada arma?
23. Essas armas estão registradas na Polícia?
24. São de porte legal?
25. Praticam-se na coluna exercícios de tiro-ao-alvo, ou outros como **caratê**, **judô** ou **capoeira**? Há, na coluna, treinamento especial para isto?
26. Quais as técnicas usadas para invadir um imóvel rural, para acampar nele, e para defender os invasores ou o acampamento contra elementos enviados pelo proprietário? E pela Polícia?
27. Ao longo de seus deslocamentos, que forma de ajuda recebem as hordas de invasores? Seria preciso mencionar na resposta cada cidade ou fazenda em que foram ajudadas.
28. Essa ajuda comporta eventualmente o fornecimento de armas?
29. As várias respostas aos itens anteriores permitem apurar a existência de redes organizadas, de apoio logístico às diversas hordas? Que quadro de conjunto se pode montar com esses dados?
30. Que organização interna existe em cada coluna?
31. Que grau de poder exerce a autoridade nela existente?
32. Quais as punições que costuma impor?
33. Estas punições costumam ser recebidas de modo disciplinado, ou geram reclamações e insubordinações?
34. Quem faz, entre os participantes da coluna, a distribuição dos recursos logísticos que ela vai recebendo ao longo do seu trajeto?
35. Habitualmente, qual a porcentagem de elementos de uma coluna que a acompanham desde o ponto inicial, e a dos que a deixam no decurso da caminhada?
36. Em face das autoridades da coluna, é lícito a um componente deixá-la quando queira?
37. Em tal caso, tem ele a liberdade de levar o que lhe pertence?
38. Caso nada possua, recebe alguma ajuda para se transportar ao lugar em que o egresso deseja habitar? Se não, como arranja o membro de uma coluna o necessário para tal?
39. Há práticas ou prédicas religiosas ou cívicas quando a coluna marcha, ou quando se detém para repouso? Qual o conteúdo dessas práticas?
40. Existe uma direção geral eclesiástica, dos movimentos de conjunto dos invasores?

Tudo isto, seria indispensável que os poderes competentes o averiguassem e o dessem a conhecer largamente à opinião pública, para que, então, esta última pudesse, afinal, formar juízo exato sobre o que significam essas invasões, como expressão das condições de vida autênticas, e das verdadeiras disposições de ânimo dos que as compõem.

Antes de estar de posse desses dados, toda conclusão sobre as invasões – em si mesmas e enquanto sintomas de descontentamento popular – é vazia de sentido.

V – Os trabalhadores rurais não se solidarizam com os invasores: nada os une, tudo os separa – Concórdia com os produtores rurais

Ao contrário do que se procura inculcar, as invasões, em lugar de testemunharem o poder revolucionário sobre as massas trabalhadoras rurais, atestaram – e continuam a atestar –

precisamente o contrário. Isto é, que elas não têm nenhum espírito de revolta contra os proprietários, reconhecem-lhe placidamente a influência, e lhes acatam os direitos patrimoniais. É tão geral este ponto, que pode ser tido quase como um plebiscito.

Uma invasão característica

Para entender bem o alcance desta afirmação, imagine-se uma invasão característica:

1°) No conglomerado urbano próximo, o vigário vem fazendo, há meses, uma campanha agro-reformista, ao longo da qual começa por falar em termos dramáticos, da miséria reinante nos mais diversos pontos do território nacional (é mais vantajoso para a demagogia agrária referir-se assim às misérias que existiriam em pontos indeterminados e distantes, do que à miséria próxima, pois esta raras vezes existe, e as tiradas sentimentais sobre ela ficam carentes de base aos olhos da população, que conhece a realidade).

2°) Aos poucos, o vigário passa a justificar, em termos inflamados, as invasões que colunas de famintos vêm fazendo lá ou acolá. De quando em vez, aparecem referências à possibilidade de que essas colunas de famintos também enveredem pelas estradas da circunvizinhança da igreja. Essas referências se vão tornando sempre mais freqüentes.

3°) Ao longo dessa escalada de pregação agitadora, o vigário mobiliza (ou começa a aglutinar) um primeiro núcleo de CEBs, entre cujos primeiros integrantes estão, em geral, elementos de sacristia cegamente solidários com ele, ou indivíduos de feitio psicológico naturalmente agitado etc. A esse núcleo vai sendo inculcado o “dever” em que se encontram seus componentes de fazer proselitismo para engrossar a célula nascente. E esta vai sendo preparada para apoiar logisticamente qualquer coluna de invasores, que eventualmente venha de longe.

4°) Segundo a mecânica do movimento geral das invasões, ao longe se terá ao mesmo tempo constituído e vem caminhando por etapas uma coluna de invasores adestrados cujo itinerário passará pelo lugarejo.

Oh “**coincidência**”! Os jornais da capital vêm ao mesmo tempo dando notícias sobre a coluna, a qual cada vez mais se acerca do lugarejo. Em determinado momento, a coluna está tão próxima que a própria folha local a noticia. O que ela fará naturalmente (se for bem “**trabalhada**”) de modo sensacionalista.

5°) Chegada as coisas a este ponto, o vigário muda o alvo de suas investidas. Essas já não visam apenas os proprietários em geral, mas dois ou três fazendeiros em particular. Aponta-os como capitalistas implacáveis, sanguessugas dos pobres, tiranos etc. Estão implicitamente designadas assim as vítimas das invasões.

6°) Chega a coluna. No lugarejo, é festivamente recebida pelos elementos das CEBs e pelas demais pessoas que o vigário tenha conseguido aglutinar. Os componentes da coluna recebem diversos recursos logísticos: alimentação, cobertas, alguma roupa, sapatos etc. Quando for o caso, também assistência médica.

7°) Depois de acampada por alguns dias em praça pública, a coluna se põe em marcha rumo à fazenda já pré-determinada. E, se não encontra obstáculos, a invade, nela instalando seu acampamento, cercando uma área que lhe convenha ocupar, e ali começando a levantar tendas, e a dispor as coisas para uma permanência durável.

8°) O proprietário? Muitas vezes ausente, e dando por telefone diretrizes ao administrador... Trabalhador, este último, se bem que não trabalhador manual. Mas que sistematicamente se mantém fiel ao proprietário.

A Polícia? Na grande maioria dos casos não age. E até se mantém distante.

O juiz? Em geral atende o pedido de reintegração de posse, apresentado pelo advogado do proprietário. Mas esse atendimento, na maior parte dos casos é ineficaz, em razão da inércia das autoridades policiais.

9º) Se assim se desenrolam os fatos, o que acaba por acontecer? A esta altura da narração, todos os olhares se voltam para o proprietário. O que fará ele?

Não raras vezes, sua consciência de católico (e as de seus familiares) já terá sofrido tal ou qual abalo em conseqüência das pregações esquerdistas que de há muito vem fazendo o padre. Ademais, sente-se inseguro quanto aos limites e aos modos de reação que possa desenvolver – segundo a lei – para se opor à viva força aos invasores. Diante do desinteresse das autoridades na defesa dos direitos dele, não sabe se realmente a lei permite opor-se à bala à invasão. Se reagir assim, ou se utilizar homens armados, para evitar ou para fazer cessar a invasão, não acabará indo ele para o banco dos réus, e finalmente para o cárcere?

Ademais, teme ele por sua esposa, por suas filhas e filhos, com ele residentes na fazenda. E, para poupá-los, todos, se sente propenso a ceder.

Psicologicamente debilitado, abandonado por todos, o mais das vezes a vontade de lutar vai desaparecendo nele, pois, como observa Clausewitz, o maior teórico da guerra, para derrotar um adversário, nem sempre é necessário vencê-lo; basta tirar-lhe a vontade de lutar (cfr. CARL VON CLAUSEWITZ, *De la guerre*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1955, cap. II, pp. 70 a 83).

10º) O epílogo dessas tristes histórias costuma ser pouco conhecido.

Se sobrevêm um acordo, o fazendeiro cede suas terras, em parte ou no todo. Se de suas terras restarem alguns farrapos, talvez passe a morar e a trabalhar nestas. Mas o faz humilhado e apreensivo. Apreensivo, sim. E por vezes até agoniado pela insegurança. Pois que garantia tem ele de que a concessão feita hoje não é senão um resultado inglório e inútil, e estímulo de uma série de outras invasões, ante as quais terá de curvar a cabeça de cada vez, em virtude de novas imposições feitas “na marra e na lei” por esta ou outras hordas de invasores? O que o aguarda então, senão a derrota final, em que nada mais lhe reste da antiga fazenda?

Outras vezes, o fazendeiro prefere praticar uma espécie de “eutanásia”, e eclipsar-se quando menos o imaginam os ocupantes. Levando a família e uns poucos trastes, vai iniciar vida obscura e humilhada em qualquer recanto do Brasil, onde nenhuma reportagem o alcance para desvendar ao público seu triste fim. Pois este é triste demais!

Os trabalhadores rurais em face dos patrões: tudo os une, nada os separa

Pode-se supor que a narração desta triste história acabe aqui. Na realidade, todo um aspecto dela – aliás da maior importância – ficou faltando. E desse aspecto ninguém fala.

Além do proprietário e dos seus, de um lado; do vigário revolucionário, de seus agentes urbanos e da coluna dos invasores, de outro lado; das autoridades policiais inertes e das autoridades judiciárias reduzidas à impotência, de outro lado ainda, falta à descrição do quadro e à conseqüente narração do drama, o atinente a mais outro grupo de personagens. São os trabalhadores manuais - bóias-frias em geral, e mais raramente assalariados, parceiros ou meeiros – que trabalham na fazenda.

Se eles fossem, todos, os famintos e os revoltados cuja figura a campanha agro-reformista visa impingir ao público, seria justo, seria plausível, que eles tomassem uma atitude antipatronal desde o início da invasão. Que fossem ouvintes entusiasmados do vigário “**justiceiro**” e indignado. Que se antecipassem à horda dos invasores, declarando ocupada em próprio proveito a fazenda em que trabalham. Que, pelo menos, esperassem como libertadores, os companheiros de fome e de miséria aglutinados nas colunas de invasores que viriam se aproximando. Que, vendo se acamparem em frente à fazenda, a fim de negociar com o patrão, déspota sob cujo jugo avaro há tanto tempo gemiam, eles precipitassem o curso da invasão libertadora, indo de encontro aos invasores, para ajudá-los na derrubada de porteiras e cercas, atraí-los para dentro da fazenda, e aí procederem a uma partilha total das terras em que todos juntos, invasores, bóias-frias e outros assalariados, executassem pelas próprias mãos a Reforma Agrária socialista e confiscatória.

Quanto seria feliz o fazendeiro que conseguisse safar-se desse cataclismo, levando consigo apenas seus familiares, e alguns trastes!

Consulte o leitor as recordações que guarda na memória, do lido na imprensa ou ouvido nas rádios ou TVs, sobre invasões desse gênero, e diga se se recorda de vários casos de adesão revolucionária de bóias-frias e assalariados à horda de invasores. Não se lembrará de nada, ou se lembrará de pouco mais do que nada. Consulte as coleções dos jornais: não encontrará senão o mesmo resultado. O que quer isto dizer, senão que os bóias-frias e assalariados sentem como imaginárias, ou pouco mais do que isto, as descrições de miséria pungente e de revolta geral, que o agro-reformismo trombetaia por todos os lados? E que nenhum deles (bóias-frias e assalariados) experimenta na carne viva a aguilhoada feroz da fome, nem a ação dilacerante da miséria?

Em termos mais precisos, os bóias-frias e assalariados do Brasil inteiro – ou como que tanto – deveriam estar a esta hora efervescendo de indignação e de revolta, vindo de longe, de perto... – e em muito casos quão de perto! – chegar finalmente para eles o momento da libertação.

Pelo contrário, sua atitude diante das hordas libertárias que se aproximam, não é a de cúmplices, nem sequer a de colegas. Exatamente como os patrões, olham silenciosos, perplexos e abandonados pelas autoridades, essa prodigiosa capitulação do Poder Público ante as forças do caos. O que, tudo, significa que em face dos invasores nada os une e tudo os separa. Em face dos patrões tudo os une e nada os separa.

Enquanto continuar essa situação psicológica dos trabalhadores do campo (sobre os quais continua entretanto implacável a martelagem de tantos meios de comunicação social), só se poderá dizer que, exceção feita do fenômeno artificial das invasões (tão mal explicado e pouco conhecido em seu âmago), uma paz social profunda reinava no *ager* brasileiro antes de começar a presente agitação reformista. E que continuou a reinar nele em pleno desenrolar-se da ofensiva das invasões. A tal ponto que, se estas cessassem completamente hoje, a intranquilidade começaria a cicatrizar já amanhã...

Um brado necessário: “O rei está nu”

Estas considerações conduzem a uma reflexão feita logo no início da presente exposição. Previa esse resultado o Presidente Sarney? Previa-o a CNBB? Diante dele, um e outra abriram os olhos, se bem que nos meios de comunicação social esta imensa decepção do agro-reformismo não se comente?

Por fim, previam os promotores do agro-reformismo que, no silêncio geral sobre esse fato, uma voz tivesse coragem de gritar que “**o rei está nu**” (23), isto é, que o agro-reformismo não é o fruto natural de uma situação sócio-econômica flagrantemente injusta, contra a qual se levanta naturalmente a luta de classes dos oprimidos e famintos; mas que, ao contrário, ela é o efeito artificial de uma conjugação de intelectuais e homens de ação bem encastelados em dois Poderes do Estado, o Executivo e o Legislativo, e em dois Poderes da sociedade, os meios de comunicação social e a CNBB?

De qualquer forma, é patente que, se não houver quem brade “**o rei está nu**”, a consumação da Reforma Agrária, o avançar das Reformas Urbana e Empresarial, encontrará campo livre para ir empurrando o Brasil rumo ao comunismo.

Nesses termos, a TFP, ainda que só, levanta o seu brado de alerta. E denuncia que o adversário comunista já está dentro da cidadela, escondido no bojo, não de um, mas de muitos Cavalos de Tróia (24).

A obrigação dos fazendeiros de se defenderem: e de defenderem o Brasil

Este brado de alerta se dirige especialmente aos fazendeiros, porque estes constituem a parte mais atacada, e por isso mais em risco, no sistema brasileiro. A eles interessa, pois, mais

diretamente, defenderem-se do soçobro total. A eles também toca, de modo mais cogente, a obrigação de defenderem contra esse mal o Brasil.

Fazendo-o, exercerão de modo capital a função social da propriedade, pois, para uma ação destas, empregarão seu prestígio, sua influência, e tudo quanto representa para a alma e para a História desta nação cristã que é o Brasil, o instituto benfazejo e multimilenar do sagrado direito de propriedade.

Do **sagrado direito de propriedade**, sim. Sagrado, porque ele se funda em dois Mandamentos da Lei de Deus: “**Não furtarás**” e “**Não cobiçarás os bens do próximo**”. Sagrado porque, ao longo de quase dois mil anos de vida da Igreja, o ensinaram os Papas!

A TFP arrostará as vinditas, difamações e perseguições que sobrevenham

Erguendo em nome da TFP esse brado de alerta, bem sabem todos os desta associação a quantas vinditas, a quantas difamações e perseguições se expõem. Mas por Deus, por Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil, tudo estão dispostos a arrostar dentro da Lei. Eis aqui proclamado o alerta.

E seja de nós o que Maria Santíssima, nossa Mãe dispuser.

Nascido em 1908, já me acerco do limiar dos 80 anos. Se a mim cabe, em tal idade, dar, por meio deste trabalho, ainda mais um contributo para tão alto fim, só posso ser grato a Nossa Senhora, e Lhe dirigir a súplica, inspirada – com pequeno retoque – em uma prece litúrgica, que é prévia às reuniões plenárias da TFP: “*Dignare me pugnare pro te, Virgo sacrata: da mihi virtutem contra hostes tuos*” (Ofício parvo da Bem-aventurada Virgem Maria).

Ao tempo das lutas heróicas entre portugueses católicos e árabes maometanos, encontravam-se nossos maiores ante as muralhas intransponíveis de certa cidade defendida pelos sequazes de Mafoma. Vendo-a irreduzível, um guerreiro português, destro e cheio de Fé, se aproveitou de um instante de distração dos de Mafoma, e por um golpe de destreza e de coragem, abriu as portas da cidade de par em par. Ademais, para que não fechassem novamente os muros os batentes dela, deitou-se ao chão. Sobre ele passou a cavalaria portuguesa, ingressando vitoriosamente na cidade, aos brados de fé e de entusiasmo. Com isto morreu o valente. Mas a cidade estava ganha para Jesus Cristo.

Em vista da magnitude do presente tema e da situação histórica em que nos encontramos, o fato constitui modelo de heroísmo cristão.

VI – Diversidade da reação dos produtores rurais face à Reforma Agrária: raízes profundas

Várias vezes têm aparecido, nesta exposição, referências à atitude dos produtores rurais em face do perigo que o agro-reformismo cria para eles, para suas famílias, para o Brasil e para o princípio da propriedade privada, precioso resquício da civilização cristã entre nós.

Porém, numa descrição analítica da luta entre anti-agro-reformistas e agro-reformistas, cumpre que esse assunto não seja tratado apenas em referências fragmentárias insuficientes, mas em um quadro de conjunto. Tanto mais quanto se acaba de ver toda a importância da atitude que vai tomando a classe dos produtores rurais nessa importante controvérsia.

Um quadro objetivo dessa atitude exige muitas matizações. Pois essa classe numerosíssima (são mais de 5 milhões de produtores rurais no Brasil) comporta atividades agrícolas e pecuárias das mais diversas, desenvolvidas em condições também muito diferentes na vastidão de nosso território.

Acresce que o modo de uma classe se portar diante de algum problema que lhe seja vital, está forçosamente relacionado com o estilo de vida dessa classe, e com a psicologia do contexto social do qual ela é uma componente. Ora, os estilos de vida e as psicologias se diferenciam sensivelmente de um para outro Estado de nossa Federação. E não raras vezes comportam

submatizes dentro de um mesmo Estado. Seria um não mais acabar se se pretendesse descrever aqui todas essas miríades de variedades. Pois o assunto não caberia num livro. E exigiria as proporções de uma enciclopédia.

Revolução Industrial: transformações que rumam para o comunismo

Isto não obstante, um ponto de diversificação deve ser aqui assinalado. É o dos diversos relacionamentos dos fazendeiros com a vida urbana das grandes, médias e pequenas cidades. Ou seja, em outros termos, do relacionamento deles com a Revolução Industrial, a qual existe e avança consideravelmente mais nas cidades do que nos campos, nas cidades grandes mais do que nas médias, e nestas mais do que nas pequenas.

Por **Revolução Industrial** se entende aqui o conjunto de transformações sócio-econômicas operadas nos estilos e moldes de vida da sociedade, bem como no comportamento do capital e do trabalho, a partir de meados do século XVIII até nossos dias. Transformações essas decorrentes em muito grande parte de invenções como a máquina a vapor, o uso da eletricidade e outras. Tais invenções determinaram um surto industrial que se poderia chamar fabuloso, rico em conseqüências de fundamental importância, como a formação das imensas babéis contemporâneas, o desenvolvimento do sistema bancário etc., as quais por sua vez, marcaram a fundo a vida nas grandes cidades.

O tipo de sociedade assim plasmado apresenta um sentido marcadamente revolucionário, se confrontado com as cidades e a sociedade do passado (25). Paralelamente, as ideologias em ascensão, nestes dois últimos séculos, também têm caráter revolucionário, se comparadas com as dos anteriores.

Todo esse vasto conjunto de transformações se apresenta, pois, aos olhos do observador, como uma só e imensa revolução, denominada correntemente **Revolução Industrial**, a qual projetou seus efeitos até mesmo no âmago de entidades das mais antigas, e das mais zelosas da tradição. Tem ela, por exemplo, visível relação com a crise progressista que atravessa a Igreja, bem como com o surto de marxismo que percorre o mundo.

Este último ponto merece ser especialmente notado: as transformações industriais, nascidas de causas puramente técnicas, assim como condicionaram em boa medida a revolução sócio-econômica, também foram condicionadas por ela. E as ideologias libertárias e igualitárias, disseminadas em todo o mundo pela Revolução Francesa, entraram em íntima simbiose com a Revolução Industrial.

A tendência cada vez mais acentuada da sociedade capitalista e burguesa, para o relativismo filosófico e o permissivismo moral, conexos com a Revolução Francesa, foi marcada a fundo pela Revolução Industrial. E, por sua vez, serve largamente de veículo para esta. Para prová-lo, basta tomar em conta o possante apoio que o rádio e a TV têm dado à corrupção dos costumes.

Muitos fatos – à primeira vista inexplicáveis – da realidade contemporânea se decifram à vista das considerações aqui feitas. Um deles é a enigmática propensão de tantos ambientes capitalistas para o comunismo (26). Como explicar essa tendência, que não encontra aliás qualquer reciprocidade no campo comunista, dado que capitalismo e comunismo parecem constituir a grande antítese de nossos tempos?

Sem recorrer a fátuas explicações hegelianas do assunto, basta lembrar que os propulsores da Revolução Industrial são e sempre foram, ao mesmo tempo, os verdadeiros e grandes propulsores do capitalismo. E, marcados pelas ideologias atéias remotamente procedentes da pseudo-Reforma protestante (cfr. LEÃO XIII, Encíclica **Parvenu à la 25^{ème} Année**, de 19 de março de 1902, Vozes, Petrópolis, 1960, 3^a edição, pp. 8-9), bem como da Renascença e do Humanismo (cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, **Revolução e Contra-Revolução**, Boa Imprensa, Campos, 1959, Cap. III, 5, B, p. 19), estão em íntima simbiose ideológica com as transformações técnicas e sócio-econômicas que impulsionaram.

De onde o caráter compacto de sua obra. Bem como a tendência desta, a longo prazo, para o comunismo, mesmo quando muitas vezes o combata de imediato.

Os cordões carnavalescos em marcha, por vezes voltam as costas, cantando e saltando, para a meta rumo à qual caminham. Mas, mesmo assim, não deixam por um só instante, de caminhar para essa meta. Tal fato pode servir de analogia ilustrativa para a inconsistência e inocuidade de tantas reações burguesas “anticomunistas”. Como para a eficácia de muitas tomadas de posição pró-comunistas da mais rica burguesia.

Receptividade e oposição dos produtores rurais à Reforma Agrária

Os fenômenos sócio-psicológicos e sócio-econômicos são, por sua própria natureza, complexíssimos. Por isso era necessária toda a exposição anterior, a fim de que o leitor tivesse uma noção, sucinta embora, das causas e do significado das diversas tomadas de posição da classe dos produtores rurais face à Reforma Agrária.

As manifestações pró-comunistas e pró-socialistas são mais frequentes entre os fazendeiros de alto padrão econômico. Com efeito, a frequência das grandes cidades nacionais, e dos grandes centros urbanos de importância mundial, lhes é habitualmente mais acessível. Muitas vezes residem nelas, e é a partir delas que dirigem, através de um sistema de comunicações muito “evoluído”, os super-administradores que eles mantêm nas explorações agrícolas ou pecuárias. O avião particular que possuem – não raro são eles vários – e para o qual têm pista de vôo a dois passos de sua residência na fazenda, lhes põe ao alcance fácil, tanto os rincões longínquos de nossa fronteira rural, quanto as babéis nas quais gravitam seus negócios urbanos, ou as estâncias de lazer climático e as praias de nosso País.

A abundância de seus recursos lhes permite facilmente tomar avião internacional para passar férias na Europa ou na América do Norte, caçar feras na África, visitar as pirâmides do Egito, ou extasiar-se com as belezas naturais e artísticas da Índia. Quando não preferam conhecer o apogeu da Revolução Industrial no Japão.

Fazendeiros tais, estão naturalmente abertos a todos os ventos que sopram no mundo ocidental e capitalista, na medida em que esses ventos impelem clara ou veladamente para o permissivismo moral completo, bem como para a abolição de toda autoridade, de toda ordem, de toda lei, em suma, para a autogestão, a ecologia e o tribalismo.

Essas circunstâncias tendem a tornar tais fazendeiros receptivos para com a Reforma Agrária. Receptividade esta que, conforme o caso concreto, se manifesta radicalmente por uma aceitação benévola do confisco agrário (27).

Mais freqüentemente, porém, a receptividade se traduz em uma simpatia expressa ou tácita para com estes ou aqueles aspectos do agro-reformismo. E, mais freqüentemente ainda, por uma atitude indolente no combatê-lo.

Às vezes essa indolência toma aspectos não só de modorra, como ainda de desânimo ou, por fim, do medo de ser desapropriado em razão de qualquer atitude anti-agro-reformista.

O gráfico destas sucessivas atitudes, influenciadas, em graus diversos, pela Revolução Industrial e pelas ideologias com as quais ela é conexas, pode descrever-se em círculos concêntricos: quanto mais o fazendeiro se encontra próximo ao centro, tanto mais freqüentemente é ele adepto da Reforma Agrária. Pelo contrário, quanto mais distante, tanto mais propenso é a opor-se a ela.

Bem entendido, esse gráfico não tem rigidez mecânica. Não significa ele que não haja no próprio âmago do gráfico fazendeiros esclarecidos, e nobremente batalhadores contra a Reforma Agrária. Nem que nos pontos mais distantes do centro não haja produtores rurais pró-comunistas ou agro-reformistas. Quer ele dizer, simplesmente, que a minoria agro-reformista é tanto maior quanto mais os fazendeiros se acham próximos ao centro. E a minoria decididamente anti-agro-reformista é, por sua vez, tanto maior quanto mais os fazendeiros estão distantes do centro. De tal sorte que a

oposição à Reforma Agrária atinge seu auge entre os produtores rurais pequenos e médios (e raras vezes grandes) cujas propriedades gravitam em torno de pequenas cidades, e cuja residência principal se encontra nelas, ou nas próprias fazendas. Produtores rurais esses que (ainda mesmo quando grandes), nas zonas mais distantes se vestem de maneira quase igual à dos respectivos trabalhadores manuais, conversam “sentados” sobre os calcanhares, e se têm casa e mesa superiores às do trabalhador, é muito mais do ponto de vista quantitativo, do que do ponto de vista qualitativo.

Alheamento dos grandes temas, otimismo e indolência

Tudo leva a crer que se os produtores rurais contrários à Reforma Agrária, classificáveis em posições diversas do gráfico acima referido, estivessem decididos a enfrentar – dentro da lei embora – a Reforma Agrária socialista e confiscatória posta em execução pelo atual Governo, disporiam de influência suficiente para fazê-lo. Mas a maior parte deles se encontrava paralisada por dois fatores psicológicos muito atuantes.

De tais fatores, o primeiro era certa inércia política decorrente do infeliz alheamento de grande parte deles, dos assuntos públicos que extravasasse dos estritos limites dos respectivos municípios.

Contrariava esse seu hábito, a um tempo suave e tacanho, a necessidade de ajustarem as vistas à vastidão filosófica, religiosa e técnica da crise agropecuária de envergadura nacional.

Outro fator, já atuante no Brasil nas últimas décadas da existência colonial, é certo otimismo decorrente das condições altamente propícias do País, da suavidade natural do seu clima, como do temperamento de sua gente, que circunscrevem o mais das vezes a tiroteios quase se diria incruentos, a maior parte de nossas convulsões internas, ao mesmo tempo que nossa distância da Europa e da América do Norte nos tem preservado sempre da ação devastadora das guerras mundiais de nosso século.

Tudo isto, somado a certa indolência não rara entre os brasileiros, alimenta a convicção muito nossa, definida em termos jocosos mas lapidares pelo ditador Vargas, de que a melhor das soluções consiste, no Brasil, em “deixar como está, para ver como fica”. Certo tipo de brasileiros queria ver nisto tudo dons divinos, pelo que comentavam, comprazidos e aliviados: “Deus é brasileiro”.

Abrindo os olhos para o perigo comunista

Em cadência lenta, as crises e as revoluções deste século vieram abrindo os olhos de nosso povo para o contrário. Isto é, Deus sem dúvida ama o Brasil, mas o amor dEle aos homens não consiste sempre em cumulá-los com os dons da vida terrena, mas em fazê-los aceitar os castigos e as provações com que Ele nos prepara para o Céu.

A primeira crise a nos provar que algo de muito sério, de dramático até, começava a passar-se no Brasil, foi a Revolução de 1930. A respeito dela, disse em alocução radiofônica célebre, o inolvidável Arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, que “**a erva daninha do comunismo trouxe-a para S. Paulo a moxila de certos próceres de 1930**” (D. DUARTE LEOPOLDO, *Iluminuras*, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, São Paulo, 1937, p. 126).

Esta penetração vermelha incubada na revolução vitoriosa alertou os brasileiros mais penetrantes. Na reação paulista de 1932, não era difícil distinguir a participação, entre os combatentes por São Paulo, de brasileiros preocupados com o grave perigo que assim se mostrava no País.

Aparentemente consolidada a ordem, a maioria da população voltou à calma de outrora. Mas os golpes comunistas de 1935 em Natal, Recife e Porto Alegre, trazendo consigo múltiplas

manifestações de uma brutalidade insólita, revelaram que, sob as cinzas, o fogo da propaganda comunista continuava a arder. E cada vez mais quente.

Em 1937, o então presidente Getúlio Vargas, como que brincando em seu próprio proveito com o integralismo e o perigo comunista, impôs ao Brasil o Estado Novo, ao longo do qual a nota trabalhista, carregada de matizes socialistas, se acentuou mais e mais. Tal nota não fez senão crescer durante os períodos presidenciais Dutra e Kubitscheck, a ponto de que, com Jango na chefia do Estado, o comunismo passou a constituir um perigo iminente.

Divisão ideológica nos meios religiosos, culturais, políticos e sociais

Em face desta conjuntura é que a influência de setores novos da opinião católica começou a marcar na vida pública brasileira sua presença atuante.

O esquerdismo católico formou desde as primeiras horas com Jango e os comunistas. Em sentido oposto, um ponderável setor católico tradicionalista tomou forma jurídica de sociedade civil com denominação de Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, desde logo conhecida pela sigla TFP. Com o apoio de políticos burgueses e liberais, e escudado nas esquerdas, apareceu o movimento agro-reformista. A este perigo fez face o livro **Reforma Agrária – Questão de Consciência**, de autoria de dois Prelados que então davam à novel entidade seu prestigioso apoio, bem como do autor destas notas e do economista Luiz Mendonça de Freitas.

Tornou-se desde então patente aos olhos de todos a divisão ideológica dos meios católicos, ao mesmo tempo que todos os fatos anteriores desfechavam em análoga cisão, com amplitude jamais vista anteriormente, nos meios culturais, políticos e sociais.

Dos vários trunfos do esquerdismo na Nova República, o mais importante é a esquerda católica

O Golpe de 64 afastou de momento o perigo. Mas a reação anticomunista do regime militar, excessiva em mais de um lance de repressão policial, foi ao mesmo tempo de um liberalismo ideológico quase absoluto, que permitiu aos esquerdistas se infiltrarem largamente no ensino e no **mass media**. E implantou na economia o socialismo. Em suma, o perigo comunista entrou gravemente acrescido na Nova República.

Destes trunfos que o esquerdismo trazia na mão quando cessado o regime militar, nenhum tinha, de longe, importância igual à dos avanços alcançados no período de 64 a 85, pelo esquerdismo nos meios católicos (28).

Especialmente a partir de 1968 começaram a soprar no Brasil os ventos da Teologia da Libertação, que tantas esperanças e tantas preocupações vêm trazendo à Santa Sé (29). Na Hierarquia eclesiástica, como nos seminários e noviciados, esses ventos sopraram cada vez mais, a tal ponto que poucas têm sido, no Brasil, as vozes eclesiásticas a se erguerem contra a penetração crescente da esquerda (30). E, assim, para incontáveis brasileiros, desnorteados e alvoroçados, a figura que o Episcopado apresenta em seu conjunto é de uma potentíssima força de esquerda (cfr. Cap. II).

A TFP funda nos documentos tradicionais do Supremo Magistério eclesiástico toda a sua ação doutrinária. Mas a eficácia de sua ação tem limites, pois ela é uma organização de leigos, que ocupam na Igreja uma função discente, e não docente. E que, não fundada pela Hierarquia, nem dirigida por ela, não se insere entre as chamadas **associações religiosas**, as quais, pelo fato de serem dirigidas pela Hierarquia, lhe refletem as intenções e os programas. A posição dela é inteiramente conforme ao Direito Canônico, porque é uma associação da categoria que se denominava, até a entrada em vigor do novo Código de Direito Canônico em 27 de novembro de 1983, uma **associação laical** (em latim, **confraternitas laicalis**). Isto é, uma associação de leigos que se rege por seus próprios Estatutos, e que só está submetida à autoridade eclesiástica **in rebus fidei et morum**, ou seja, no que se refere à Fé e aos bons costumes (cfr. Resolução da Sagrada

Congregação do Concílio de 13 de novembro de 1920, “Acta Apostolicae Sedis”, 1921, vol. XIII, pp. 135 ss.) (31).

Como tal, a TFP, fundada e constituída por leigos, tem o direito de difundir e comentar sob a própria responsabilidade, os documentos do Magistério. À Hierarquia cabe corrigir qualquer erro que encontre nestes comentários, pois o laicato católico está sujeito a ela, como foi dito, em matéria de Fé e costumes. Mas, enquanto associação fundada por católicos e não assumida pela Hierarquia, tem a TFP o direito de se dirigir por si mesma (32).

VII – Condição de êxito da investida agro-reformista: irresolução dos fazendeiros face às invasões – Os Pareceres difundidos pela TFP desfazem a manobra

Balanço de forças

Como atrás foi dito (cfr. Cap. II), no primeiro lance da atual investida agro-reformista, que corresponde mais ou menos à duração da gestão ministerial Nelson Ribeiro, a CNBB se apresentou como a grande propulsora do Governo ainda novo, e politicamente pouco robusto do Presidente Sarney, nas vias ásperas do agro-reformismo. Não seria fácil dizer se o então ministro Nelson Ribeiro era, à testa do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, mais um porta-voz do Chefe de Estado, ou do Bispo D. Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB.

Em matéria de Reforma Agrária, quase todos os partidos mostravam uma indefinição ou uma moleza que os relegava para o segundo plano do debate.

Os meios de comunicação social transmitiam opiniões diversas, mas, pela abundância da matéria e pelo destaque na paginação, levava a melhor o agro-reformismo.

Associações de classe dos produtores rurais, quer oficiais (sindicatos), quer particulares (Confederação Nacional da Agricultura, Sociedade Rural Brasileira, Federações de Agricultura estaduais, e certas outras) tomavam uma atitude do gênero “**ceder para não perder**”. Ou então de tal modo silenciosa que seria difícil não a qualificar de omissa. E, **grosso modo**, os proprietários se sentiam desorientados e abandonados.

Tudo isto dava sobejo alento aos agro-reformistas de todo jaez. Parecia-lhes já tocar quase com as mãos os louros da vitória. Mas...

Mas... Os observadores mais atentos notavam que, em profundidade, a situação era bem outra. Não conhecemos um só jornal que o tenha dito. Porém, a despeito da situação privilegiada de tantas lideranças agressivas, do entreguismo ou da moleza de tantas outras mais ou menos “inocentes” e muito úteis (algumas inocentes, e todas muito úteis), e da omissão (talvez emergencial e provisória) de tantas outras ainda, a classe rural brasileira se mantinha imóvel, desconfiada, e insensível às pressões legais, governamentais e sociais. A própria CNBB, com tantas possibilidades de levar consigo a confiança e o coração de nossa gente, falava em vão.

Se o agro-reformismo semeava dúvidas, os livros e campanhas da TFP deitavam cada vez mais raízes.

Fato impressionante, os trabalhadores rurais tomavam atitude de todo em todo análoga à de seus patrões. E os incitamentos provenientes destes ou daqueles sindicatos de trabalhadores mal serviam para despertar aqui e acolá raros grupelhos de agitadores amalgamados desde logo com as CEBs.

Quadro de uma situação

Antes de passar ao segundo lance desta narração analítica do agro-reformismo desencadeado pelo Presidente Sarney, foi necessário descrever (cfr. Cap. VI) a evolução paralela das duas forças que hoje impulsionam a Reforma Agrária, isto é, o populismo nascido da Revolução

de 30, mais rico em seiva com o trabalhismo de Vargas, desaguando no reformismo de Jango (que hibernou e prosperou no regime militar), para desfechar por fim na atual ofensiva agro-reformista (como também urbano-reformista e empresarial-reformista do Presidente Sarney).

Foi necessário igualmente apontar (cfr. Cap. II) as origens profundas do esquerdismo católico, desde o fim dos anos 30 até às exasperações reformistas radicais dos anos 80 (com a reação concomitante da TFP). Foi ainda necessário nutrir ambas essas narrações com as referências cabíveis para tornar compreensível – como se passará a ver – que a única saída dessa situação para o agro-reformismo eram as invasões e ocupações.

Procedimento inviável do ponto de vista político

Com efeito, à primeira vista, a situação que acaba de ser descrita deixava ao Governo uma só via direta e legal para implantar a Reforma Agrária, dando cumprimento ao Estatuto da Terra e ao PNRA. Consistia ela em ir decretando sucessivamente as desapropriações que entendesse cabíveis segundo a lei. E, caso os fazendeiros desapropriados não entregassem os respectivos imóveis no prazo legal, poderia o Governo recorrer ao uso da força, para expulsar do imóvel o fazendeiro e os seus.

Tal procedimento, inteiramente viável nos termos da lei, revelava-se desde logo inviável do ponto de vista político. Pois:

1^o) O estado de ânimo manifestado pelos fazendeiros, em sua quase generalidade, deixava ver que não se levantariam contra o Governo, caso este não chegasse a lhes retirar efetivamente a posse das terras. Porém, no caso em que o Governo deliberasse chegar a esse extremo, eles só sairiam das respectivas fazendas coagidos pela força policial. Nessa hipótese, dar-se-iam certamente lances dramáticos que haveriam de traumatizar a fundo, não só a classe rural, como toda a população brasileira, naturalmente cordata e compassiva. Formar-se-iam, assim, focos de indignação em vários lugares. E, da indignação à resistência armada, o caminho por vezes não é longo.

O governo ver-se-ia, pois, na perspectiva de uma situação incontrolável.

2^o) Acresce que toda a Nação já está profundamente traumatizada com a inércia das autoridades locais face ao aumento vertiginoso da criminalidade: inércia, esta, visivelmente baseada em postulados humanitários naturalistas, unilaterais, e deformados.

Na hipótese dessa perseguição policial em massa contra os fazendeiros, o povo ver-se-ia diante de uma contradição incompreensível. De um lado, uma repressão dura e estrepitosa contra homens honrados, cuja única culpa consistia em viver com suas famílias, de seu trabalho, em suas terras. E, do outro lado, um regime verdadeiramente privilegiado, deixando à larga, com a inércia oficial, não só a criminalidade urbana, mas também essa nova forma de criminalidade rural, que é o esbulho agro-reformista.

Nenhum governo teria prestígio suficiente para suportar o impacto do descontentamento público em presença de situação tão anômala.

Outra tentativa fracassada: a sublevação dos trabalhadores “famintos”

O que o agro-reformismo não poderia obter por vias ordinárias, restava-lhe fazê-lo por mãos de terceiros.

Quais terceiros?

Estava largamente difundido no Brasil e no Exterior o mito do trabalhador manual habitualmente sub-remunerado e faminto. Bastava ativar mais algum tanto a difusão de tal mito, para que a muitos parecesse normal que, assim como nos anos que precederam imediatamente a libertação dos escravos de 1888, muitos dentre estes, levados pela indignação, fugissem das plantações (não sem praticar por vezes atos de violência contra as pessoas ou os bens dos senhores),

também agora os trabalhadores famintos, tangidos pela fome, e cientes de que o Governo desapropriaria em favor deles as terras em que vivessem dignamente, ocupassem por sua livre iniciativa essas terras. Ilhado em sua casa sem mais condições de sobreviver, o fazendeiro desapropriado não teria outra solução, senão abandonar a fazenda espontaneamente, procurando novas condições de vida em outros lugares.

Ficaria evitada, assim, a tragédia da expulsão do fazendeiro *manu militari* por decisão de um Governo omissivo e quase se diria indulgente para com os bandidos e implacável com homens de bem.

Como já foi visto (cfr. Cap. II), tudo se passou como se, na etapa Nelson Ribeiro, essa tivesse sido a grande esperança do Governo, da CNBB, e, bem entendido, do Ministro-hífen entre aquele e esta (ou seja, o próprio sr. Nelson Ribeiro).

Entretanto, falando de modo geral – como atrás se mostrou (cfr. Cap. V) – a atitude dos trabalhadores rurais frustrou de todo em todo essas esperanças.

O que fazer então?

Uma terceira via: a operação “pega-fazendeiro”

Abria-se uma terceira via.

Onde não existiam senão pequenos punhados de descontentes, haveria que aglutiná-los para formar com eles colunas que dessem a impressão de que constituíam multidões. Essas colunas de desconhecidos poderiam desempenhar-se da operação “**pega-fazendeiro**”, tão ingrata ao público se realizada *manu militari* por ordem do Governo. Operação “**pega-fazendeiro**” que corria o risco de transformar-se em operação “**mata-fazendeiro**”, se os proprietários desapropriados, lesados por esta forma, resistissem de modo violento.

Quem concebeu o plano? Quem o executou? Não se conhecem documentos que permitam responder peremptoriamente a tais perguntas. O fato é que, entretanto, antes mesmo de se manifestarem inteiramente evanescidas as esperanças de uma insurreição geral de trabalhadores manuais, começaram a aparecer em um ou outro ponto do território colunas dessas, sempre fortemente apoiadas pelo *mass media*.

O número de colunas de invasores foi crescendo.

E, mais ainda, foi crescendo o noticiário. De sorte que, nos meses de julho a dezembro de 1985, as invasões, e com elas as ocupações correlatas, dentre as quais a mais célebre foi a da fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul (cfr. Cap. I), encheram com seu rumor o território nacional.

Parecia afinal encontrada a via adequada...

Da reação ou não reação dos fazendeiros dependia o êxito da manobra

Porém, mais uma vez um desengano espreitava a Reforma Agrária.

O êxito das colunas de enigmática origem e composição (cfr. Cap. V), tinha como condição que a elas não resistissem os fazendeiros.

Com efeito, segundo o Código Penal (art. 161, parágrafo 1º, inciso II), a invasão de terras alheias, para delas se apossar, com violência a pessoa ou grave ameaça, constitui crime. E toca naturalmente ao proprietário o direito de pedir o apoio da Polícia contra os esbulhadores.

Fizeram-no vários deles, mas sempre ou quase sempre sem sucesso. O que lhes caberia então fazer?

Em condições normais, e mesmo sem consultar o Código Civil nem o Código Penal, mas simplesmente levados pelo natural senso de justiça e por um costume imemorial, sabiam eles que lhes assistia o direito de – não obtida a ação da Polícia – receber à bala os invasores, nas orlas mesmo de sua propriedade, impedindo-lhes que as transpusessem. E, caso a invasão esbulhadora

fosse mais forte, vencesse a barreira de fogo oposta pelo proprietário, e resultasse em que os criminosos se fixassem em um imóvel à maneira de posseiros, tinha desde logo o fazendeiro o direito de os expulsar com seus próprios meios, sempre que não obtivesse a imediata intervenção da Polícia.

E, repita-se, é o que fariam sem dúvida os fazendeiros esbulhados, em condições normais.

Em tal caso, as invasões haveriam de se transformar em uma guerrilha generalizada por todo o País. Estaria este último disposto a pagar tal preço para fazer uma Reforma Agrária desejada tão-só por uma minoria, potente e organizada embora?

Do reagir ou não reagir dos fazendeiros dependia, pois, todo o futuro.

Mas essa reação, tão certa há um ou dois anos atrás, já então se apresentava incerta. Alguns fazendeiros reagiam com ênfase. Outros sem ênfase. E outros deixavam ver claramente sua indecisão (33).

Tal indecisão se devia a que, como há pouco foi dito, eles se encontravam ante um quadro psicológico e moral totalmente alterado. O que os deixava inseguros sobre as conseqüências efetivas a que se exporiam caso, segundo a fórmula de costume, se opusessem à invasão, ou fizessem cessar a ocupação esbulhadora, tudo mediante recursos próprios deles, e não a ação policial.

Essa hesitação dos fazendeiros ia, pois, tornando viável a reforma inviável.

Outro grave tropeço se opôs no caminho dos agro-reformistas.

A TFP divulga por todo o País os Pareceres de dois eminentes juristas

Surgiu aí o caso dos **Pareceres**, já sumariamente referido, (cfr. Cap. I).

Certo número de fazendeiros dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso constituiu uma caixa a fim de obter de dois juristas célebres, uma resposta inteiramente esclarecedora acerca dos seus direitos enquanto proprietários rurais, em face das invasões e ocupações, pois que estas se lhes deparavam sempre mais prováveis, dado que se vêm multiplicando pelo Brasil afora. – Sempre que omissa a Polícia, seria lícito aos consultantes reagir à bala para evitar as invasões ou para fazer cessar as ocupações?

Aos juristas escolhidos sobravam saber e fama para responder com segurança às perguntas dos fazendeiros. Eram eles o Prof. Silvio Rodrigues, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e o Prof. Orlando Gomes, da Universidade Federal da Bahia.

Seus Pareceres, verdadeiras obras-primas pelo valor jurídico, pela clareza e pela força de sua argumentação, bem como pelo cunho firme e cristalino das conclusões a que chegaram, foram datados respectivamente de São Paulo e Salvador no dia 14 de outubro e novembro de 1985.

Um dos consultantes, o Dr. Osmar Peres Caldeira, advogado e fazendeiro residente em Montes Claros (MG), impressionado a justo título pelo alcance dessas peças jurídicas, entendeu que não deveriam elas ficar apenas no conhecimento deles, consultantes, mas deveriam ser do conhecimento público, para o bem do País. Assim, pediu ele à TFP que as divulgasse pela imprensa, bem como por meio de campanhas de rua.

Vivamente oposta ao agro-reformismo, a TFP atendeu ao justificado pedido, e se pôs desde logo em ação.

* * *

A campanha de difusão dos Pareceres dos ilustres catedráticos paulista e baiano teve início em janeiro deste ano, com a publicação integral deles respectivamente no “Diário de Montes Claros” (15-1-86 e 18-1-86), e nos jornais “O Diário” e “A Cidade” de Ribeirão Preto (12-1-86).

Em seguida, foram eles dados a lume em 85 jornais de cidades de importância variável dos seguintes Estados ou Territórios: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco,

Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás.

Tal publicidade dos extensos e importantes documentos só foi obtida mediante pagamento. E por essa razão foi feita em 17 capitais de Estado, entre as quais não se incluem São Paulo, Rio de Janeiro, e Belo Horizonte, pois isso importaria em despesa absolutamente acima das possibilidades econômicas da TFP.

Amplo efeito da publicação dos Pareceres

O efeito da publicação dos Pareceres foi o que naturalmente se podia esperar. Isto é, ela esclareceu os proprietários rurais sobre seus direitos, de maneira a não deixar dúvidas sobre o que lhes seria legítimo fazer por própria iniciativa, em caso de invasão ou ocupação de suas terras por hordas itinerantes de agitadores agro-reformistas.

Sem dúvida, a difusão dos Pareceres avivou nos proprietários a determinação de resistirem, dentro da lei.

Em princípio, essa determinação é de molde a proteger fortemente a ordem legal em vigor. Se não o fazem as autoridades omissas, estavam no direito de o fazerem pelo menos os proprietários que fossem vítimas de esbulho, ou de tentativa de esbulho. E assim se evita que hordas de agitadores dêem por sua própria deliberação como abolidos, dispositivos essenciais do Código Civil e do Código Penal. Pois se a estas hordas se reconhecesse esta exorbitante atribuição de revogar a lei, e de a substituir por outra estabelecendo precisamente o contrário, o Brasil teria soçobrado na pior das ditaduras, que é a do populacho criminoso, e dos enigmáticos revolucionários que o manipulam detrás dos bastidores, nas grandes convulsões políticas e sociais, das quais foram sinistros paradigmas a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução comunista de 1917.

A propósito dos referidos Pareceres, cumpre notar o comedimento dos consultores e dos juriconsultos: os primeiros querendo saber com precisão quais os limites do uso legítimo da força, pelo proprietário vítima do esbulho, ou tentativa de esbulho. Os últimos, demarcando com todo o cuidado esses limites, de forma a proteger a vida e a integridade física dos invasores, nos termos exatos da prudente legislação em vigor.

Violência é de quem ataca direitos legítimos, não de quem se defende

Era de esperar que a publicação desses Pareceres fosse acolhida com aplauso geral. Pois outra não deve ser a atitude dos bons brasileiros diante de proprietários rurais que, postos em situação sumamente aflitiva, timbram em defender seus direitos, mas só nos limites da lei.

Entretanto, larga parcela dos meios de comunicação social se esmerou em fazer o contrário. Focalizando com luz desfavorável os fazendeiros que agissem segundo os Pareceres, puseram-se a clamar que a campanha da TFP propagava a violência nas vastidões do **ager** brasileiro. Comentário absolutamente tão descabido como o de quem alegasse que os guardas de proteção postados nos edifícios bancários para a defesa das pessoas e bens ali presentes, constituem foco de violência nas cidades. O que, segundo consta, até agora pessoa nenhuma ousou fazer, de tão aberrante que é.

Violência! Obviamente há uma violência injusta: é a de quem ataca os direitos conferidos pela Lei de Deus e pelas dos homens. E há uma violência justa, a qual constitui um direito, e conforme o caso até um dever: é a dos que defendem seus próprios direitos, ou ajudam seu próximo a agir do mesmo modo quando atacado.

Vociferando indiscriminadamente contra qualquer violência, em notícias acerca de fazendeiros dispostos a defenderem seus direitos, tais órgãos de comunicação social apenas tinham palavras de simpatia e de encômio para os esbulhadores, mesmo quando usavam de ameaça ou de violência efetiva contra o proprietário rural.

Essa contradição só se explica em função da máxima do comunista francês Proudhon: “**A propriedade, eis o roubo**”. Máxima, esta, que ecoa a seu modo em toda a literatura comunista, de Marx até nossos dias.

Os mesmos setores do **mass media** acusaram os ditos Pareceres de propiciarem a formação de milícias particulares nos campos. No que viam ameaça gravíssima à ordem. Essa acusação ambígua omitia definir o que seja precisamente uma “milícia”, que contingente de homens, e que nível mínimo de armamento deve ter, para ser qualificada de tal. Pelo que a acusação caiu no vazio.

O movimento das invasões e ocupações decresce

Mas a opinião pública não se deixou arrastar por essas vozes enganosas. E não houve quem – fora dos ambientes da esquerda católica, do PCB e do PC do B – tomasse a sério essas acusações. E era fácil perceber que, uma vez difundidos os Pareceres, os fazendeiros que agissem segundo eles, teriam a compreensão decidida, do Brasil inteiro.

Sensibilidade política não tem faltado aos mentores das invasões e ocupações. E lhes é impossível não ter sentido que, por todos os lugares a que fossem chegando as suas hordas, iam tomando atualidade redobrada os Pareceres. E que estes, por sua vez, criavam condições fatais para o mito originário dos movimentos de invasão, que consistia em apanhar irresolutos e inertes os proprietários, e assim levá-los a consentir na implantação ilegal, embora incruenta, da Reforma Agrária, nos respectivos imóveis. Mito este que, a ser convertido em realidade, teria conduzido à implantação da Reforma Agrária no Brasil, por uma ação que o Governo, nem propiciara, nem combatera. O que pouparia a este último a impopularidade sem medida, decorrente da aplicação do Estatuto da Terra e do PNRA *manu militari*.

Mas o mito jazia em terra. E, presumivelmente por essas razões, o movimento das invasões e ocupações não fez senão decrescer de alguns meses para cá.

Este fato capital prejudicava naturalmente – e quanto! – o prestígio do agro-reformismo. Pois seu processo de fenecimento só podia espalhar o desânimo nas fileiras da esquerda. Tanto mais quanto um fato capital se passara anteriormente: o trêfego e ardido ministro Nelson Ribeiro pedira demissão (28 de maio de 1986), exatamente um ano e um dia depois do lançamento do primeiro projeto de PNRA.

Para substituir no Mirad o ministro que fora o líder bem-amado e ideal do agro-reformismo religioso e civil, precisava o Presidente Sarney de um novo ministro, ao mesmo tempo mais comedido, e contudo bem visto pelos extremistas de um e outro agro-reformismo.

A escolha do Chefe de Estado recaiu, certa, sobre um político que reúne em si essas qualidades contraditórias. Isto é, o atual titular do Mirad, Sr. Dante de Oliveira, a um tempo pessoa de confiança das esquerdas quanto à sua autenticidade marxista, por sua participação passada no movimento terrorista MR-8. E político afável, negociador flexível ao extremo, como ele mostrou ser quando da recente ocupação da sede do INCRA em Porto Alegre por uma coluna de ocupantes da fazenda Annoni (cfr. Cap. I).

Com o sensível decréscimo das invasões, a agitação agrária não poderia entretanto cessar. Pois tal importaria em ficar patente ao País a inviabilidade política atual dos desígnios agro-reformistas do Presidente Sarney. O que, por sua vez, teria um reflexo deprimente sobre as facções do eleitorado favoráveis à Reforma Agrária, as quais se aparelham de modo ativo para introduzir candidatos seus nas chapas dos vários partidos políticos impressionados pelo mito da suposta popularidade da Reforma Agrária, e esperançosos de conseguir assim mais cadeiras na Constituinte.

Era preciso, pois, que essa agitação parecesse subsistir em alguma medida no campo. E que ela se deslocasse por sua vez para as cidades. Foi o que ocorreu, conforme já se narrou (cfr. Cap. I).

VIII – Analisando o futuro: o moderantismo agro-reformista abre caminho para a implantação da Reforma Agrária total

A deflação da agitação agrária é provavelmente uma causa do fato de estar tal tema insuficientemente presente nos debates e programas concernentes à próxima eleição de 15 de novembro. Ele, entretanto, se vincula com um tema da maior atualidade que é a próxima Constituinte.

Constituinte sem plebiscito: inautenticidade

Na perspectiva democrático-representativa da Abertura em vigor, a Constituinte somente será autêntica se o povo brasileiro puder participar com inteira liberdade dos debates prévios às eleições, notadamente podendo pleitear, sem o temor de sanções governamentais, a abolição da Reforma Agrária. Sem isso, a própria autenticidade da futura Constituição poderá ficar questionada.

Em vista disso, e considerando a profundidade das alterações que a Reforma Agrária trará ao País, uma vez implantada, o autor destas notas, pronunciando-se como Presidente do Conselho Nacional da TFP, sugeriu ao Presidente Sarney, em ofício de junho deste ano, que suspendesse desde logo a aplicação do PNRA. Somente assim seria possível aos fazendeiros, como também aos trabalhadores rurais, um debate livre sobre o tema.

Esta suspensão deveria durar até a Constituinte deliberar sobre o assunto. E para maior garantia de autenticidade do que esta deliberasse sobre Reforma Agrária, logo depois que tal se desse, e enquanto outros temas sejam debatidos, é indispensável que o Governo convoque um plebiscito para consultar diretamente a Nação sobre se está de acordo com o decidido por seus representantes.

No dia 20 de junho, publiquei na “Folha de S. Paulo” o artigo [Constituinte sem plebiscito: inautenticidade](#), que contém substancialmente a mesma proposta (o artigo foi reproduzido em 20 jornais de 10 Estados).

Inspirados por essas ponderáveis razões, fazendeiros de todo o País têm enviado telex ao Presidente da República pedindo a suspensão da Reforma Agrária, até que a Constituinte se pronuncie sobre a mesma. É do conhecimento da TFP que 61 telex já foram enviados ao Chefe da Nação, representando um total de 5415 assinaturas de proprietários rurais de 18 Estados da Federação.

Em vista da Constituinte: o dever dos opositores da Reforma Agrária

Assim, nas atuais circunstâncias – e o fato nem de longe foi posto no devido realce – os dois pontos de maior importância para a atuação dos defensores do direito de propriedade e da livre iniciativa consiste em que:

1º) se alerte vivamente o eleitorado para que exija de seus candidatos o compromisso formal de votarem contra a Reforma Agrária na Constituinte;

2º) a tal propósito, os candidatos enunciem com toda a clareza o que entendem por Reforma Agrária.

Este último ponto merece ser considerado com a maior atenção.

Evolução semântica da expressão “Reforma Agrária”

Com efeito, o significado do que seja uma **reforma agrária** tem variado conforme os tempos. De si, tal expressão significa reforma do **ager**, palavra latina que quer dizer **campo**. Posto que a palavra **reforma** indica habitualmente uma mudança para melhor (reformular uma Ordem religiosa, um hospital, uma escola, significa retificar desvios, suprimir abusos etc.) **reforma agrária** designa uma melhoria nas condições do campo.

Mas, por uma evolução semântica, **Reforma Agrária** (já agora então com iniciais maiúsculas) não designa mais, genericamente, o restabelecimento de uma boa ordem no **ager**, mas especificamente o tipo de reforma agrária pleiteada desde as primeiras décadas deste século pelo Partido Comunista Brasileiro. Ou seja, o confisco puro e simples das terras pertencentes aos particulares, pelo Estado.

Nos anos 60, sob a presidência do Sr. João Goulart, essas palavras passaram a servir como lema de segmentos esquerdistas da burguesia nacional. Elas deixaram então de designar exclusivamente a supressão radical da propriedade rural, reivindicada pelo Partido Comunista, para abranger **também** a reforma gravemente mutiladora – se bem que não extintória – dessa propriedade, objetivada pela burguesia de esquerda. E, de 20 anos para cá, este tem sido ininterruptamente o sentido de Reforma Agrária.

O que é ser contra a Reforma Agrária?

Assim, o que significa presentemente ser contrário à Reforma Agrária? Não é difícil esclarecê-lo:

1^o) é opor-se a qualquer reforma fundiária que **suprima** ou **lese** o direito de propriedade, como ele é ensinado pelos documentos tradicionais do Supremo Magistério eclesiástico, e garantido pela legislação civil e criminal vigente;

2^o) não é, entretanto, opor-se a qualquer outro tipo de reforma, que **não suprima nem lese** tal direito.

O Estado brasileiro, o maior latifundiário do Mundo Livre

Um exemplo elucida o assunto. A estrutura fundiária brasileira se compõe de duas parcelas distintas. Uma é constituída pelas terras correntemente chamadas “devolutas”, pertencentes à União, às quais se deveria acrescentar as terras cadastradas de propriedade do Governo federal, bem como dos governos estaduais e municipais. Essas terras, consideradas em seu conjunto, constituem o maior latifúndio do Mundo Livre.

Outra parcela é constituída por propriedades **privadas**, grandes, médias ou pequenas.

Bem entendido, as terras pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, são naturalmente destinadas à ocupação progressiva da população brasileira. Fragmentar essas terras, para as ir distribuindo em lotes, a pessoas físicas ou jurídicas idôneas, em nada é lesivo da propriedade individual. Muito pelo contrário, favorece-a.

Tal distribuição deve até ser apoiada e promovida pelos Poderes públicos competentes, naturalmente interessados em que, de um lado, os brasileiros carentes lá encontrem no que trabalhar, e do que subsistir; e, de outro lado, em que essas terras, por ora improdutivas, passem a ser aproveitadas para o aumento da produção do País.

O que é a Reforma Agrária socialista e confiscatória

É radicalmente oposta à propriedade privada – em outros termos, é totalmente socialista e confiscatória – a Reforma Agrária de tipo comunista, que incorpore todas as terras particulares ao patrimônio do Estado, embora com indenização. E mais ainda se tal incorporação se faz sem qualquer indenização.

E, nas presentes condições do Brasil, também é socialista e confiscatória a Reforma Agrária que desnecessariamente incorpore ao patrimônio público, **com ou sem indenização**, terras de propriedade privada inaproveitadas (34).

Porque é socialista e confiscatória a desapropriação injustificada de terras ociosas

Por que tachar de socialista e confiscatória a desapropriação injustificada de terras privadas, que não sejam aproveitadas?

Em princípio, o direito de propriedade confere ao dono a opção entre aproveitar ou não aproveitar sua terra. Ainda que ele a tenha só para um aproveitamento futuro, cuja oportunidade ele mesmo escolherá, não perderá ele seu direito de propriedade por ela não ser produtiva. É o que manda o bom senso: por exemplo, o dono de uma biblioteca que guarde nesta muitos livros que não leu, e talvez nem lerá, mas pretende deixar para seus filhos, nem por isso perde o direito sobre essa biblioteca. Como o dono de uma adega que não pretenda beber todo o seu vinho, e se dará por feliz em deixar parte dele aos filhos, nem por isto perde a propriedade desse vinho.

Bem entendido, se a terra ociosa de que aqui se cuida fosse indispensável para a sobrevivência de pessoas carentes, poderia o Poder Público exigir que o proprietário lha vendesse (sempre que possível pelo valor comercial). Porém, ainda nestes caso, não teria o Poder Público o direito de a confiscar sem pagar ao proprietário previamente tudo quanto, dentro do justo preço, lhe fosse possível. Nisto consiste a **função social** que grava todos os direitos, inclusive o próprio direito à vida (assim, toca ao Poder Público chamar às armas os cidadãos válidos, em caso de guerra).

Dizer-se alguém favorável à desapropriação das terras ociosas privadas, independente de qualquer outra consideração, importa em mostrar-se contrário a um dos elementos essenciais do direito de propriedade. É deixar-se tocar, ainda que de leve, pela garra da dialética comunista. Isto consentido, o comunismo saberá fazer o resto...

Aliás, a hipótese de segmentos sociais carentes, os quais não podem subsistir senão mediante o confisco das terras particulares inaproveitadas, não ocorre no Brasil hodierno, onde a imensidade do latifúndio estatal oferece amplíssimas possibilidades de expansão.

Por este motivo, causa preocupação e dor ver que brasileiros dignos de simpatia por sua atividade e seu interesse pela coisa pública, se proclamem favoráveis a um tipo de Reforma Agrária que comporte a desapropriação das terras ditas ociosas. Eles parecem não entender que **com isto se proclamam simultaneamente em favor da Reforma Agrária socialista e confiscatória, em relação à qual se postam à maneira de inocentes úteis ou companheiros de viagem** (35).

Estatuto da Terra, ídolo sagrado cuja merecida revogação todos parecem conjurados em impedir

Surpreende, pois, que tenha tomado cada vez mais amplitude, nos últimos tempos, a ação de entidades de vulto, em favor de uma Reforma Agrária que implante no Brasil o princípio socialista e confiscatório – para o qual abriu caminho o Estatuto da Terra – de desapropriação das áreas rurais por preço arbitrado pelo próprio poder expropriante, isto é, o INCRA (decreto-lei no. 554/69, art. 3º), mediante títulos da dívida pública (decreto-lei no. 554/69, art. 4º, § único), de mutabilíssima variação em Bolsa, e que, ademais, serão pagos depois de o proprietário ter sido obrigado pelo INCRA a deixar sua terra.

Surpreende em particular a atitude de não poucos próceres de uma associação nova (aliás enfaticamente prestigiada, e a todo propósito, por influentes meios de comunicação social). É A União Democrática Ruralista (UDR). Associação cheia de vitalidade, parecia ela fadada a erguer alto o pendão da justa reação patronal e classista contra a Reforma Agrária. Em atitude de cordial desacordo, manda a objetividade que se registre o fato de que em suas fileiras se vai levantando, aqui, lá, ou acolá – pela voz de líderes e propagandistas de relevo – a proclamação de um faceiro apoio à legislação agro-reformista vigente. Ou seja, precisamente o Estatuto da Terra promulgado pelo Marechal Castello Branco, que o Presidente Sarney tem afirmado, com muita razão, estar pondo em vigor ao aplicar, em todo o solo do País, seu devastador PNRA (36).

A esse Estatuto da Terra, ídolo sagrado cuja merecida revogação todos parecem conjurados em impedir, bem como ao PNRA, querem vozes dentre as mais representativas das organizações da lavoura beneficiar com algumas “**mitigações**”, sem dúvida vistosas, mas de efeitos efêmeros.

Ou seja, querem elas restringir as áreas atingíveis pelas desapropriações só às terras ditas “**ociosas**”, e isto mesmo sob a condição de **parte** das desapropriações recaia sobre as terras “**devolutas**”.

“**Ceder para não perder**”: vantagens que o agro-reformismo auferir com essas eventuais “mitigações” do ET e do PNRA

Porém, quanta imprecisão em tudo isto! E quanta vantagem o processo agro-reformista pode tirar, ao longo dos tempos, desta como de outras eventuais “mitigações” do ET e do PNRA!

Tais mitigações transferem para matérias várias a atenção do público, desfocalizando-a das questões fundamentais que se põem a tal respeito. Ou seja:

1^o) Por que não fazer recair sobre o latifúndio **moloch** do Poder Público, a **totalidade** dessas desapropriações, e admitir pelo contrário que uma parte delas recaia sobre os latifúndios privados, tão diminutos em comparação com este **Moloch**?

2^o) Uma vez admitido que as terras “**ociosas**” pertencentes a particulares possam ser desapropriadas (confiscadas...) nos termos do ET e do PNRA, qual o número total de hectares que o Poder Público deveria expropriar? Em que proporção saciará as necessidades dos segmentos populacionais carentes, com suas próprias terras, e em que proporção com as de particulares?

3^o) Quais os critérios desta proporcionalidade? Serão eles uniformes para todas as áreas do País? Por que sim? Por que não?

4^o) Outro ponto gravemente impreciso desta temática diz respeito às terras consideradas improdutivas ou “**ociosas**”. É o caso de perguntar: “**ociosa**” é só a terra absolutamente não utilizada, em nenhuma de suas parcelas? Ou é a parte não utilizada de um imóvel rural entretanto já explorado em parte?

5^o) Neste último caso, será expropriável, em um imóvel de destinação agrícola ou pecuária, qualquer parcela “**ociosa**” em que se possa instalar uma pequena propriedade? Ou será desapropriável apenas uma área superior a certo limite?

6^o) Será imune de desapropriação o proprietário que reserve para plantio ou criação uma área provisoriamente ociosa, já que ele não dispõe atualmente de fundos para explorá-la, e se reserva para fazê-lo quando a parte já explorada lhe haja fornecido recursos para tal?

7^o) Considerada a questão do ponto de vista da economia geral, sabe-se que a produção agropecuária está em proporção às condições do mercado (preços de produtos e insumos, incentivos econômicos etc.). Paralelamente, a infra-estrutura de apoio à produção agropecuária (vias de acesso, transporte, rede de armazenamento etc.), em linhas gerais também está em proporção e se vai adaptando ao mercado.

Este quadro de equilíbrio é correlato com outro equilíbrio que se estabelece entre esses fatores e o grau de aproveitamento da terra atualmente existente.

Assim infligir a pena capital da perda da propriedade ao proprietário que não a explore numa proporção maior do que o mercado comporte é mera arbitrariedade. Então, qual o critério para catalogar como “ociosa” a terra atualmente não explorada no Brasil, fora do quadro de equilíbrio acima descrito? (37).

Quanto tudo isto é vago, confuso e ambíguo! E quanto fica à mercê de interpretações do Mirad e do INCRA (órgãos oficiais cujos cargos diretivos são promiscuamente lotados por funcionários agro-reformistas radicais, entre os quais comunistas, ou então “moderados”) ir dispondo sobre tais matérias em sentido mais agro-reformista, ou menos, conforme as resistências maiores ou menores que vão encontrando ao correr dos dias!

“A reforma agrária é um processo”...

A tal propósito, é importante lembrar que a Reforma Agrária, por sua própria natureza, não é algo de fixo que, uma vez implantada, não comporte mudanças. Ponderou o insuspeito deputado Roberto Freire (PCB-PE), a respeito da atual Reforma Agrária, que ela não é a **“que nós (comunistas) desejávamos, mas, dentro da correlação de forças existentes no País, é, talvez, a possível. E, como a reforma agrária é um processo, ela pode até mesmo adquirir, a partir deste início, um dinamismo que nós não sabemos onde vai terminar”** (cfr. “Correio Braziliense”, 6-7-86). Ou seja, a Reforma Agrária **“moderada”** é tão-só um passo para a implantação do comunismo!

Uma vez concedido o princípio de que ao atual Estado arquitatofundiário brasileiro é lícito confiscar, sem lesão do princípio de propriedade privada, as terras de particulares antes mesmo de ter esgotado suas próprias terras, torna-se claro que, **para esse Estado arquitatofundiário, a propriedade não é um direito natural intangível** (com reserva da função social inerente a todos os direitos), **mas que pode ser modelado ou podado livremente segundo o arbítrio do legislador**. E assim, a estratégia dos agro-reformistas **“moderados”** (tantos deles **“inocentes úteis”**) serve ao comunismo no contexto da estratégia global das esquerdas.

Comprimido no momento pelo declínio das invasões e ocupações, o agro-reformismo radical se encolhe, e pede tão-só que se lhe reconheça em princípio o direito de desapropriar uma parcela das terras privadas. Por pressões publicitárias posteriores, espera ele ir conseguindo gradualmente o direito de desapropriar parcelas cada vez maiores, sem que lei nenhuma o obrigue a utilizar, para o bem do País, as terras devolutas que a este pertencem.

Em suma, a meta fundamental, o ponto de chegada último, do agro-reformismo radical – e de certo agro-reformismo **“moderado”** – não consiste de todo, ou consiste muito menos, em distribuir terra a carentes, mas em **abrir caminho para a extinção completa da propriedade privada**.

Estas considerações bastam para justificar o presente **alerta contra certo moderantismo agro-reformista, o qual, arvorando o lema tendencioso “ceder para não perder”, não faz senão expor a novas investidas socialistas e confiscatórias o ager brasileiro**.

* * *

Ao encerrar estas considerações, a TFP volta seus olhos, com afeto filial, a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, declarada Rainha do Brasil pelo Papa Pio XI (decreto de 16 de julho de 1930), a quem implora proteja nossa Pátria em meio às mil dificuldades e ameaças deste torvo e conturbado fim de século e de milênio. E que nos conceda **“a paz de Cristo no reino de Cristo”** de que falava o mesmo Pontífice Pio XI (Encíclica *Ubi Arcano*, de 23 de dezembro de 1922), para assim transpormos a soleira do terceiro milênio, no qual tudo nos chama a sermos cada vez mais autenticamente a nação de maior população católica do mundo, e a nos constituirmos, por fim, como a nação paladina da Fé e da civilização cristã ao longo dos séculos vindouros.

Apêndice I – Livro editado pela TFP norte-americana desfaz campanha agro-reformista a gosto de Moscou

Obra de Carlos Patricio del Campo – Prefácio de Plínio Corrêa de Oliveira

No dia 6 de outubro p.p. realizou-se em Washington, em **Capitol Hill** (a Colina do Capitólio), na sede da **Free Congress Foundation**, influente organização da nova direita americana, uma entrevista coletiva de imprensa, em que o presidente dessa organização, sr. Paul Weyrich, fez o lançamento, diante de representantes da imprensa, rádio e televisão, do livro do Prof. Carlos Patricio del Campo, **Is Brazil Sliding Toward the Extreme Left? Notes on the Land Reform Program in South America's Largest and Most Populous Country** (**O Brasil resvalando para a extrema esquerda? Notas sobre a Reforma Agrária na maior potência territorial e demográfica da América do Sul**).

Foi utilizado, para tal evento, o conhecido **Kingston Room**, onde se encontram semanalmente representantes das dezenas de organizações reunidas na **Coalition for America**, para traçar a estratégia da nova direita.

Paul Weyrich que, na sua reconhecida qualidade de estrategista do movimento conservador norte-americano, é o coordenador geral da **Coalition for America**, deu início à entrevista de imprensa com uma breve e substanciosa declaração. Nela, elogiou a TFP norte-americana pela sua iniciativa de publicar a atualíssima monografia do sr. Carlos Patricio del Campo. Ressaltou o caráter nefasto do plano de Reforma Agrária no Brasil, e suas conseqüências para o futuro não só do país como das três Américas. **“A esquerda tem tido sucesso ao perpetuar mitos a respeito do Brasil, que tornam a reforma agrária nesse país aceitável aos olhos do mundo livre”**, disse o Sr. Weyrich. **“Este livro destrói esses mitos, e mostra o enorme progresso do Brasil”**.

O famoso líder conservador americano concluiu assim suas declarações: **“Como católico, quero ressaltar que um dos mais importantes aspectos do movimento a favor da reforma agrária no Brasil consiste na atuação da esquerda católica, a qual promove a Teologia da Libertação. Vários desses setores radicais têm criticado o PNRA do governo brasileiro como sendo moderado demais. Entre esses podem ser encontrados conhecidos bispos católicos, bem como sacerdotes e freiras, que incentivam, apoiam e lideram invasões de terras”**.

A seguir, usou da palavra o Sr. Morton Blackwell, que nos três primeiros anos do governo Reagan exerceu as funções de assistente especial do Presidente dos Estados Unidos, e é hoje presidente do **Leadership Institute**, importante organização dedicada à formação das novas lideranças conservadoras. **“Visitei o Brasil e fiquei fortemente impressionado pelo seu povo e pelas grandes possibilidades de prosperidade econômica e democracia estável”**, disse o Sr.

Blackwell. “O Brasil é um país-chave. Para onde for o Brasil, para lá irá a América Latina. Se esse simpático país se tornar marxista, a maior parte da América Latina poderia sentir-se inclinada a seguir o seu exemplo”, afirmou.

Falou, finalmente, o sr. John Spann, presidente da [American Society for the Defense of Tradition, Family and Property](#) – a TFP norte-americana – entidade que traduziu e publicou o livro do Sr. Carlos Patricio del Campo. O sr. Spann analisou as várias partes do livro, chamando de modo especial a atenção dos presentes para o prefácio do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira que “**resume brilhantemente os principais pontos do estudo, inserindo-os numa visão de conjunto da realidade contemporânea**”.

Em seguida, os três entrevistados responderam a todas as perguntas dos jornalistas presentes.

O natural interesse que a matéria encontrou junto ao público paulista, por notícias nos principais órgãos de imprensa desta cidade, leva o Serviço de Imprensa da TFP a divulgar o noticiário abaixo.

* * *

Enquanto tem suas cogitações voltadas para os aspectos internos da controvérsia agro-reformista no Brasil, as vistas da TFP também se dilatam para além de nossas fronteiras. Assim abarcam elas, na sua globalidade, a **possante ação difamatória, empenhada em todo o Ocidente acerca do problema da pobreza no Brasil, bem como da alegada ganância dos proprietários de imóveis rurais e urbanos, e dos empresários industriais e comerciais**. Essa ação difamatória, visando em última análise extirpar do panorama nacional todas as modalidades da classe dos proprietários, terá por desfecho inevitável – se não se lhe opuser obstáculo – à extinção do próprio instituto da propriedade privada entre nós. E, *ipso facto*, a **implantação do regime comunista**.

Para obviar as múltiplas pressões internacionais que assim vão defluindo sobre nosso território, deliberou a TFP promover a apresentação de alguns traços essenciais do que seja a realidade nacional, no que diz respeito à agricultura e à pecuária brasileiras, bem como à estrutura agrofundiária e ao problema da pobreza do País. Pois são estes os temas sobre os quais a investida esquerdista internacional exerce atualmente sua pressão mais forte e direta.

À medida que essa pressão se for estendendo a outros setores da economia nacional, espera a TFP ir publicando trabalhos análogos a este. Pois não duvida ela de que o pluri-reformismo, no qual lateja – advertida por seus propulsores, ou não – a ânsia comunista de avassalar tanto a Luso-América quanto a Hispano-América, não cessará de agitar nosso País enquanto não sinta que este se dispõe a lhe dar réplica pronta e irretorquível, em todos os campos em que ele introduza seus deformados quadros da realidade e seus argumentos sofisticados.

A TFP recorreu a um especialista erudito e penetrante.

Para que fosse realizada tão importante refutação, a TFP se voltou, confiante, para o especialista erudito e penetrante, ao mesmo tempo que douto e destemido, que é o Prof. Carlos Patricio del Campo, **Master of Science** em Economia Agrária pela Universidade da Califórnia, Berkeley (EUA).

O nome deste, já conhecido com respeito e alto apreço por todos os que acompanham as publicações da TFP em nosso território e fora dele, figura como brilhante autor da parte técnica e econômica de dois importantes livros, dos quais a primeira parte, filosófica e sociológica, foi escrita pelo ilustre pensador católico, Prof. Plinio Corrêa de Oliveira. Foram ambos os livros divulgados pela entidade e se intitulam respectivamente **Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?** (1981). E **A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista** (1985).

“O Brasil resvalando para a extrema esquerda? Notas sobre a Reforma Agrária na maior potência territorial e demográfica da América do Sul”

É o sr. Carlos Patrício del Campo o autor do novo livro desejado pela TFP brasileira, **Is Brazil Sliding Toward the Extreme Left? Notes on the Land Reform Program in South America's Largest and Most Populous Country**, impresso nas excelentes oficinas gráficas da TFP norte-americana, a **American Society for Defense of Tradition, Family and Property**, e que vai sendo divulgado em escala mundial pela mesma.

É prefaciador da obra o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, Presidente do CN da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, o conhecido pensador católico tradicionalista, cuja obra como intelectual e homem de ação, tem repercussão mundial.

O motivo por que tal edição é feita em inglês é óbvio. Este idioma é presentemente o mais conhecido e o mais utilizado em todos os países do Ocidente. O que sobretudo é verdade para as obras referentes a temas econômicos. Dada a finalidade internacional deste novo lance das TFPs, nenhum idioma é mais indicado.

Bem entendido, vai a TFP brasileira difundir também a obra do Sr. Carlos Patrício del Campo entre os plantadores e criadores do País, bem como entre os intelectuais especializados no estudo da agricultura e da pecuária e da estrutura fundiária nacionais.

Os mitos agro-reformistas refutados pelo livro

Enunciada sob a forma de **mitos** agro-reformistas com a respectiva refutação, é esta a exposição das conclusões a que o recente livro chega, ao cabo de vitoriosa argumentação, toda ela baseada em ampla e segura documentação (cfr. pp. 149 a 152).

Mito nº. 1: No Brasil, uma minoria de grandes proprietários possui toda a terra, deixando a maioria sem acesso a ela e em condições miseráveis.

Resposta: O trabalho demonstra que:

- **O Estado é o grande latifundiário do Brasil. Está em suas mãos uma imensa quantidade de áreas devolutas. Recentes estudos provam que nesta extensa área, em grande parte agricultável – na qual se encontram, naturalmente, terras de diferentes graus de fertilidade – uma ponderável parcela é apta para a pequena agricultura.**
- **As áreas sob domínio privado estão distribuídas desigualmente**, coexistindo grandes, médias e pequenas propriedades, de acordo com as características naturais e econômicas das diversas regiões do campo brasileiro. **Mas essa desigualdade não implica em que a propriedade e a posse da terra não estejam amplamente difundidas.** Aproximadamente 50% da população agrícola não dependente (com exclusão, portanto, de mulheres, e de homens menores de 24 anos) de fato é proprietária, e cerca de 75% das propriedades têm menos de 50 ha.
- **Nas últimas décadas, a situação social da grande maioria da população tem tido uma melhora substancial;** em particular, a população empregada no campo tem auferido aumentos reais significativamente altos em seus salários. Contudo, entre os anos 82 e 84, o salário real diminuiu, acompanhando a queda geral da renda no País, causada pela crise da dívida externa. Esta última, aliás, não teve nenhuma relação com o setor agropecuário. Sem falar, obviamente, do fardo que a economia nacional teve de suportar, em consequência da progressiva socialização da economia, fortemente impulsionada no Governo Geisel (1975-1979).

Mito nº. 2: Os grandes donos de terras não exploram adequadamente suas propriedades, prejudicando a produção agrícola, e contribuindo assim para que a grande massa da população viva na fome e na miséria.

Resposta: O trabalho deixa claro que:

- **Em linhas gerais, os grandes proprietários exploram adequadamente a terra.** Eles respondem aos incentivos econômicos e utilizam eficientemente seus recursos.
- Em princípio, não se pode afirmar que uma determinada extensão de propriedade seja mais eficiente que outra. Na prática, cada tamanho de exploração aplica as mais diversas tecnologias e combinações de recursos em função das características naturais e econômicas das diversas regiões.
- Onde se manifesta mais comumente o problema de produção e eficiência, é na pequena exploração. Não tanto por ser pequena, mas por falta de capacidade empresarial e de conhecimentos, mais frequentes no pequeno proprietário, e pela penalização que este tem sofrido.
- **Apesar da penalização sofrida pela agricultura e pela pecuária nacionais, a produção agropecuária em geral, e a de alimentos em particular, tiveram aumento proporcionalmente maior que o da população.**
- **O ager brasileiro, apesar de exportar só 20% da sua produção global, alcançou que o Brasil se constituísse em um dos maiores exportadores de produtos de origem rural, aportando cerca de 50% das nossas divisas.**
- Na atualidade, o Brasil é o primeiro produtor mundial de café e de laranjas, e o segundo produtor de soja. Está entre os maiores produtores de açúcar e milho, e possui o primeiro rebanho bovino do mundo (excluído o da Índia).
- **A agricultura tem transferido para as outras atividades entre 30 e 40% de sua renda, representando contribuição ponderável para o surgimento do setor industrial e comercial do Brasil.**
- Não se pode falar de miséria e fome generalizadas no Brasil (ver resposta ao Mito no. 4).
- **Portanto, constitui grave injustiça apresentar os proprietários rurais como uma classe parasita e maléfica para o País.**

Mito nº. 3: No Brasil existe uma grande concentração na distribuição da renda, fazendo com que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Resposta: O trabalho torna patente que:

- De fato houve um aumento na **concentração** da renda na década de 60; mas tal não se verificou na década de 70.
- Entretanto, em ambas as décadas houve uma significativa diminuição da pobreza. Objetava-se que esta tendência se alterou a partir do ano de 82, por causa da recessão econômica sofrida pelo País. Entretanto, as fontes de dados disponíveis para este período são precárias para determinar com um mínimo de segurança o grau de pobreza atualmente existente.
- Certos estudos de distribuição de renda não refletem toda a realidade sobre a situação social da população, pois não captam as mudanças havidas nas famílias e nos indivíduos considerados em particular. A posição destes na escala social tem tido uma melhora substancial, fruto da alta **mobilidade social vertical** que caracteriza a sociedade brasileira. Ou seja, uma porcentagem significativa das famílias e indivíduos sobe de nível econômico em um período relativamente curto.
- Esta significativa mobilidade social fez surgir uma numerosa e pujante classe média, diminuindo assim ponderavelmente a porcentagem de famílias de classes mais modestas.
- **O que realmente tem sucedido no Brasil, é que todas as categorias sociais melhoraram, ainda que – na década de 60 – os ricos se tenham beneficiado mais do que os outros.**

Mito nº. 4: 80% da população brasileira está desnutrida e é enorme a porcentagem de crianças que morrem na primeira infância, especialmente por desnutrição.

Resposta: Com base em sólidos estudos nacionais e estrangeiros, o trabalho prova que:

- Carece de qualquer fundamento sério a afirmação de que 80% da população está desnutrida.
- Tomando em consideração as necessidades recomendadas de alimentação e de acordo com a mais completa pesquisa sobre consumo familiar realizada no Brasil (FIBGE-FAO, **Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF, 1978**), **em média, existe superávit calórico no consumo alimentar da população.**
- Estudo realizado pelo Banco Mundial (**A World Bank Country Study – Brazil: Human Resources Special Report**, Washington, D.C., 1979) – feito com base na mesma pesquisa – para averiguar as deficiências no consumo de nutrientes, para o fim de atingir padrões de peso e altura análogos aos das faixas de renda mais altas do País, determinou que no máximo 17% da população estava com déficit em relação ao dito padrão de consumo.
- Por outro lado, os especialistas afirmam que esses dados avaliam **riscos de desnutrição**, e não a desnutrição propriamente dita (38).
- Não está de acordo com a realidade considerar a desnutrição **per se** – isto é, a que resulta da falta de alimentação – como a principal causa da mortalidade infantil. A desnutrição freqüentemente vem associada ou é causada por doenças infecciosas ou parasitárias. Por sua vez, a incidência de tais doenças pode prender-se a causas sanitárias e a problemas educacionais.
- A desnutrição infantil a merecer intervenção atinge só 2 a 3% das crianças, não havendo diferença significativa entre as diversas regiões do País.
- A causa da má alimentação de muitos se prende, não tanto a um problema de renda, mas a hábitos alimentares e a fatores educacionais e culturais.
- Apesar de os índices de mortalidade infantil ainda apresentarem valores relativamente altos, estes têm sofrido substancial diminuição nas últimas décadas, e a expectativa de vida do recém-nascido tem aumentado progressivamente.

Mito nº. 5: O Nordeste brasileiro é a Biafra latino-americana onde milhares de crianças morrem de fome. A causa básica dessa situação é a má distribuição fundiária.

Resposta: O trabalho prova que:

- Comparar o Nordeste brasileiro com a Biafra é um evidente exagero. É verdade que os índices de desnutrição são maiores no Nordeste do que nas demais regiões do País. Entretanto, o único índice que apresenta uma diferença ponderável é o déficit estatural. Ora, pela natureza das conseqüências orgânicas de tal déficit, não é correto considerá-lo como prova de que milhares de crianças morram de fome no Nordeste. Ainda mais, bastaria considerar as estatísticas de mortalidade infantil para provar o demagógico de tal afirmação.
- Os maiores índices de mortalidade no Nordeste se prendem mais a uma insuficiente assistência hospitalar e de saúde em geral.
- De fato, no Nordeste o nível de renda é menor, e existem bolsões de pobreza importantes. Este atraso relativo daquela região se prende substancialmente às graves secas que assolam grande parte dela, e à falta de conhecimentos técnicos que apresenta a população local.
- O verdadeiro meio para tirar o Nordeste desta situação não está na reforma fundiária, mas especialmente em aproveitar o gigantesco potencial de irrigação da região. Estima-

se que este chegue a 4,7 milhões de ha, o **equivalente em área a toda a superfície irrigada da Califórnia**. Vários projetos privados estão obtendo resultados excelentes, que revelam a viabilidade de tais iniciativas.

Mito nº. 6: A Reforma Agrária difundirá a propriedade privada e aumentará a produção, o emprego e a renda dos que vivem no campo.

Resposta: O trabalho demonstra que:

- A Reforma Agrária, como mostra a experiência dos países latino-americanos onde foi executada (El Salvador, Chile, Peru e México), muito provavelmente provocará uma queda na produção agrícola e na renda.
- Muito provavelmente, também não aumentará os empregos, especialmente dos trabalhadores temporários e trabalhadores por conta própria, onde se encontram os bolsões de pobreza na agricultura.
- Parece absurdo multiplicar artificialmente, por meio de uma Reforma Agrária, o número de pequenas explorações, quando os maiores problemas de renda na agricultura se encontram exatamente na categoria destas.
- Enganam-se, aliás, os que pensam que a Reforma Agrária em curso no Brasil pretenda difundir pequenas propriedades. Ela parece, pelo contrário, imbuída do espírito de criar conjuntos comunitários de produção, de natureza jurídica pouco clara, desincentivando, se não abolindo inteiramente, o domínio individual da terra.

Mito nº. 7: A Reforma Agrária no Brasil é uma pré-condição para o crescimento econômico. Ela não pretende coarctar o sistema capitalista; pelo contrário, ela permite seu pleno desenvolvimento.

Resposta: O trabalho demonstra que:

- **A Reforma Agrária é dirigista e socializante**, e intervém em um dos setores mais competitivos do País.
- Ela faz parte de um longo processo de estatização da economia brasileira, iniciado já a partir da II Guerra Mundial.
- A história econômica do Brasil de pós-guerra está marcada pela intervenção do Estado na economia. Até meados da década de 60, houve um dirigismo estatal exacerbado, com o intuito de obter a industrialização do País a qualquer custo.
- Na década de 70, a intervenção do Estado na economia se agravou por meio da estatização (especialmente via criação de empresas) de importantes atividades da economia nacional.
- **O Brasil precisa é de uma política econômica que liberte, quanto possível, a iniciativa particular do jugo estatal, permitindo-lhe assim aproveitar os gigantescos recursos naturais e humanos que possui.**
- Por isso, consumir vultuosos recursos em uma Reforma Agrária parece ir contra as necessidades sócio-econômicas da Nação.

Mito nº. 8: É indispensável fazer a Reforma Agrária e as outras reformas de estrutura, como a urbana e a empresarial, pois do contrário haverá uma revolta generalizada das massas pobres, levando o Brasil a uma revolução social de graves conseqüências políticas, sociais e econômicas.

Resposta: O trabalho torna claro que:

- **Carece de fundamento o quadro de miséria e desespero generalizado que pintam os agro-reformistas e os esquerdistas em geral, e certos órgãos de comunicação social propalam.**

- A ameaça de uma revolução social comunista em caso de não serem feitas as reformas de estrutura, não passa de mero recurso demagógico.
- O perigo comunista não provém das camadas populares do País. Ele existe, no Brasil, mas principalmente enquanto difundido com roupagens religiosas, por sequazes de certos filões da chamada **Teologia da Libertação**. Ou então em círculos da alta burguesia industrial e comercial, bem como dos meios universitários e publicitários.

Reforma Agrária, falsa solução para um problema artificialmente exagerado

O objetivo do trabalho do Prof. Carlos Patricio del Campo não é provar que não haja casos de privação material que requeiram solução urgente. Tampouco pretende ele negar as conveniências de uma melhoria das condições econômicas de algumas camadas populacionais.

O que o trabalho visa provar é que o quadro da situação sócio-econômica brasileira descrito por algumas correntes de opinião, não confere com a realidade. É um quadro desprovido de objetividade, unilateral e exagerado.

Também visa ele mostrar que a origem dos problemas sócio-econômicos existentes não reside na atual estrutura sócio-econômica vigente no País. Menos ainda na estrutura agrária. Tais problemas resultam da política – marcadamente dirigista e estatizante – que tem caracterizado o desenvolvimento econômico do Brasil desde a II Guerra Mundial.

Em linhas gerais, essa política favoreceu a indústria em detrimento da agropecuária. Ou seja, prejudicou justamente aquele setor que emprega os recursos mais abundantes do Brasil: terra e mão-de-obra não qualificada. Não é de surpreender, portanto, que tal política tenha provocado desequilíbrios econômico-sociais exagerados, desnecessários e evitáveis.

Portanto, propor uma Reforma Agrária é querer aplicar uma falsa solução para um problema artificialmente exagerado.

* * *

Apêndice II – TFP se dirige a João Paulo II antes da visita de Sarney

Livro cuja atuação começa antes mesmo de ser publicado

Tão logo se tornou pública a notícia da visita do Dr. José Sarney, Presidente da República, a S.S. João Paulo II, começaram a circular versões de que a razão principal – senão única – de tal lance histórico consistia em obter um pronunciamento do Sumo Pontífice em favor da Reforma Agrária que o Governo brasileiro vem executando. Ou seja, fundamentalmente em favor do Estatuto da Terra (lei no. 4504, de 30 de novembro de 1964) e do PNRA (aprovado em 10 de outubro de 1985), que dispõem sobre tal Reforma.

De início, não era intenção da TFP tomar atitude à vista de tais versões. Mas, tornando-se estas cada vez mais insistentes, o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional da entidade, enviou a S.S. o telex cujo texto abaixo se reproduz. Os subtítulos que aqui figuram não constam do documento original. São de autoria do Serviço de Imprensa da TFP, e se destinam a facilitar aos leitores a análise do importante texto.

Nesta substanciosa e reverente mensagem, fica traçada com precisão e distinção entre os aspectos morais (e portanto também religiosos) da controvérsia agro-reformista, e os aspectos de caráter temporal e técnico que ela apresenta no contexto sócio-econômico do Brasil contemporâneo. E se torna patente o direito da TFP de opinar sobre estes últimos, sem desatenção para com a CNBB, que se tem manifestado mais de uma vez em sentido diverso.

Segundo nos informou alta personalidade romana, não é de praxe da Santa Sé dar resposta a mensagens da natureza desta.

* * *

São Paulo, 28 de junho de 1986

A Sua Santidade

João Paulo II

Cidade do Vaticano

Apresentando a Vossa Santidade os protestos de nossa profunda veneração, pedimos vênua para levar a seu conhecimento quanto segue:

TFP, entidade cívica de inspiração católica, cuja posição em matéria de Reforma Agrária é diametralmente oposta à da esquerda católica

I . Esta Sociedade é constituída por católicos praticantes, alguns deles intelectuais, e outros homens de ação. Reúne-os o propósito de – complementarmente ao esforço construtivo exercido por tantas obras católicas no sentido de aliviar a situação dos pobres e resolver em espírito de justiça e de caridade a questão social – esclarecer a opinião pública, e especialmente os ambientes católicos, acerca dos erros e tramas do comunismo, o qual tem empenhado crescentes esforços, nas últimas décadas, a fim de se inculcar como doutrina aceitável e assimilável pelos católicos desta Nação. Para isto, e com intuito específico de preservar na sociedade temporal o que resta de civilização cristã, esses católicos leigos se constituíram por própria iniciativa, e sob a autoridade de uma diretoria eleita por eles, em uma entidade que se inspira nos ensinamentos do Supremo Magistério. Ela se professa submissa à Sagrada Hierarquia em tudo quanto diz respeito à Fé e aos costumes.

II . A esse título, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP vem participando ativamente do presente debate agro-reformista, no qual assume posição diversa da dos católicos a justo título ditos de esquerda. Pois a entidade impugna como injusta a desapropriação de imóveis rurais grandes, médios ou pequenos, feita pelo Poder Público a preço vil, e até quando tais imóveis sejam ocupados e plantados devidamente, de acordo com a função social do direito de propriedade.

III . Nesta importante questão, as divergências resultam muito mais da diversidade do modo de ver os termos concretos do problema rural no Brasil, do que de divergências propriamente doutrinárias. A TFP acrescenta de passagem estar persuadida de que, do ponto de vista doutrinário, seu pensamento é o da imensa maioria dos católicos brasileiros, tanto trabalhadores manuais quanto proprietários. E também de ponderável número de veneráveis Srs. Bispos.

IV . Parece muito conveniente destacar este ponto – a importância dessas divergências sobre o “status quaestionis” da controvérsia agrária – para o que pedimos vênia de acrescentar aqui um exemplo concreto.

Desapropriações de terras particulares não se justificam no Brasil: o Poder Público é o maior latifundiário improdutivo do Mundo Livre

Estimativas baseadas em dados fornecidos pelas próprias fontes oficiais indicam que cerca de 50% do território nacional está ainda constituído de terras – em geral agricultáveis – pertencentes aos Poderes Públicos federal, estaduais e municipais do País. O montante das terras assim disponíveis equivale a duas vezes as áreas territoriais somadas da Alemanha, França, Espanha, Itália, Grã-Bretanha e Irlanda! Desse modo, os trabalhadores manuais desejosos de adquirirem terras devem ser atendidos gratuitamente (e até com auxílio estatal) por meio de áreas de domínio do Poder Público. O que torna inescusável que este último mantenha incultas e inúteis as suas próprias terras, as quais formam o maior latifúndio inaproveitado do mundo atual, enquanto desapropria a preço vil e confiscatório as terras de particulares.

Os católicos de esquerda manipulam argumentos técnicos inconsistentes, ou de ordem meramente sentimental

Essa situação espantosa, cuja constatação pode pré-julgar a solução a ser dada a todo o problema agrário não é contestada pelos agro-reformistas, os quais não ousam afirmar o caráter prioritário do aproveitamento das terras particulares sobre as terras públicas, para efeito de reforma agrária. Para explicar de algum modo sua posição, recorrem eles a argumentos de caráter técnico concernente às dificuldades dessa exploração, ou então sentimentais, como a tristeza dos que migram para zonas distantes e inocupadas, separando-se dos troncos familiares originários. E,

assim, a questão agro-reformista se esvai em meandros concretos que pouco ou nada têm que ver com a doutrina do Supremo Magistério Eclesiástico.

Obra da TFP refuta a argumentação dos agro-reformistas

V . Até aqui, a TFP tem publicado obras nas quais trata, não só dos aspectos morais do problema agro-reformista, como ainda dos seus aspectos técnicos.

Mas, para o efeito de desentranhar do modo mais visível uns aspectos dos outros, tem ela no prelo – a sair nos próximos dias – importante trabalho intitulado **Is Brazil Sliding Toward the Extreme Left? Notes on the Land Reform Program in South America's Largest and Most Populous Country (O Brasil resvalando para a extrema esquerda? Notas sobre a Reforma Agrária na maior potência territorial e demográfica da América do Sul)**, de autoria do notável economista Carlos Patrício del Campo, **Master of Science** em Economia Agrária, pela Universidade de Berkeley (Califórnia, EUA).

[Seguem-se dados econômicos extraídos do livro do Prof. Carlos Patrício del Campo (cfr. Apêndice I – Livro editado pela TFP norte-americana desfaz campanha agro-reformista a gosto de Moscou).]

A fome e a miséria apregoadas pelas hordas de agro-agitadores, problemas exagerados postos a serviço da esquerdização do Brasil

VI . Mas, diria explicavelmente um observador colocado à distância, e contra-informado por tantas notícias difundidas pelos **mass media**: por mais dignas de nota que sejam as informações acima, não podem elas valer contra a evidência dos fatos. Ou seja, contra o bramido trágico dos trabalhadores rurais que se arrastam famintos ao longo das estradas, e invadem propriedades para extraírem da terra, com o trabalho de suas mãos, o nutrimento necessário ao sustento para a família e para si mesmos!

Quanto são tendenciosas essas – como outras – notícias difundidas no mundo pelo tufão das propagandas modernas!

Não podendo alongar ainda mais o presente telex, já demasiado extenso, não nos é dado provar ao Augusto Pontífice quanto há de exagerado, por vezes até ao delírio, nesse noticiário posto a serviço da esquerdização do Brasil.

Seja-nos entretanto lícito mencionar aqui uma circunstância que só por si deixa ver o exagero inconcebível dessas versões.

Na imprensa falada e escrita do Brasil, só há referências a trabalhadores manuais extrínsecos às fazendas, que penetram nelas ilegalmente. Nunca, ou como que nunca, há referências a apropriação de áreas ainda disponíveis na própria fazenda, feitas por trabalhadores manuais nela empregados, e necessitados de matar a fome por meio de seu próprio trabalho, apossando-se das mencionadas áreas disponíveis. Como igualmente não há referência a um só caso em que trabalhadores empregados numa terra confraternizem com os invasores no impor uma divisão ao proprietário. De onde se deduz que reina a inteira paz social nas incontáveis fazendas percorridas em suas andanças pelos invasores.

“... dado que Vossa Santidade receberá em breve a visita do Exmo. Sr. Dr. José Sarney, DD. Presidente da República brasileira...”

VII . Não tendo conseguido que a impressão da obra do Sr. Carlos Patrício del Campo ficasse concluída no prazo desejado, a TFP se permitirá de a oferecer a Vossa Santidade assim que ela venha a lume. Entretanto, dado que Vossa Santidade receberá em breve a visita do Exmo. Sr. Dr. José Sarney, DD. Presidente da República brasileira, o qual parece impossível que não aborde com Vossa Santidade a questão agrária, de cujos debates a Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil tem participado a fundo, a TFP ousa oferecer a Vossa Santidade, previamente a essa visita, o texto português datilografado da mesma obra, do qual todas as páginas vão rubricadas pelo **Ufficio** das TFPs em Roma, encarregado da respectiva entrega. E pede respeitosamente desculpas pela apresentação inerente às minutas, e portanto inadequada para subir à augusta presença de Vossa Santidade. Serve-nos de desculpa o fato de não ter ficado pronto a tempo o trabalho gráfico, ora em execução em Nova York.

VIII . Ao oferecer a Vossa Santidade o presente estudo, a TFP é movida pela esperança de que os subsídios técnicos nele contidos possam, nesta emergência, ser de algum proveito para Vossa Santidade, especialmente no que diz respeito à grande importância dos dados técnicos e temporais que servem de premissa para toda a controvérsia sobre a legitimidade moral da Reforma Agrária.

Nessa expectativa, a TFP apresenta a Vossa Santidade a filial homenagem de seu profundo respeito, e roga para seus dirigentes, seus sócios, cooperadores e correspondentes, as orações e preciosas bênçãos de Vossa Santidade.

Plínio Corrêa de Oliveira
Presidente do Conselho Nacional da
Sociedade Brasileira de Defesa
da Tradição, Família e Propriedade

Notas

1 . A importância da luta ideológica que a TFP moveu, nos anos 60, contra as investidas agro-reformistas é hoje geralmente reconhecida, até mesmo por adversários da entidade. É significativo o que registra, em seu livro **A Reforma Agrária no Brasil**, o sr. José Gomes da Silva, um dos autores do primeiro projeto de PNRA:

“Nem sempre, porém, o conservadorismo é passivo, indiferente, apático e acomodaticio. Às vezes sua ação é ativa e até pública. Estão nesse caso algumas instituições, como as entidades de fazendeiros e a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). (...) Esta última associação tem sido particularmente atuante nos debates agrários, seja através de publicações que patrocinou, seja por meio de uma persistente atuação junto às autoridades e outros círculos de influência. O livro Reforma Agrária – Questão de Consciência foi durante muito tempo o oráculo anti-reformista da TFP. Este trabalho foi posteriormente completado pelo Manifesto de [Declaração do] Morro Alto, nome da fazenda onde se reuniram os seus associados para articularem a oposição à Reforma Agrária que na época se anunciava”.

“Durante os debates sobre o Estatuto da Terra, a TFP andou também muito ativa, participando, através de seus dirigentes, de diversos encontros com as autoridades federais encarregadas da preparação do projeto de lei que deu origem à nossa primeira lei agrária” (op. cit., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971, p. 176).

Cumprir observar que, quanto a este último ponto, o sr. José Gomes da Silva está mal informado: a TFP jamais foi convidada para esses encontros, e sua atuação se restringiu a publicações, aliás de real influência sobre a opinião geral.

Não é possível considerar seriamente a história do Brasil nesse período, e ignorar o profundo efeito causado pelo livro **RA-QC**. Numerosos estudiosos tanto nacionais quanto estrangeiros – muitos dos quais de posições ideológicas contrárias às da TFP – têm feito referências a **RA-QC** em seus livros. Apenas a título de exemplo, e muito longe de esgotar a relação, podem-se mencionar: GALENO PARANHOS, **Reforma Agrária e Planejamento**, Ed. Alba, Rio de Janeiro, 1961, pp. 12-13; JOÃO HENRIQUE, **Organização agrária sem comunismo**, Rio de Janeiro, 1961, p. 15; Mons. FRANCISCO SALES BRASIL, **Em Defesa**, Salvador, 1961, pp. 237 a 257; Pe. RICARDO M. CACHO, **Un problema, una ley, un libro**, in “Religion y Cultura”, de Madrid, de julho/outubro 1961, pp. 505 a 545; F. NOVAES SODRÉ, **Quatro teses revolucionárias**, Redenção Nacional, São Paulo, 1962, pp. 97 a 103, 110 a 114 e 120; MICHEL SCHOONYANS, **O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil**, Herder, São Paulo, 1963, p. 77; MESSIAS JUNQUEIRA, **As Terras Devolutas na Reforma Agrária**, S. Paulo, 1964, p. 64; MARIA PACHECO E CHAVES, **Recordando – uma fase da vida brasileira – 1961-1965**, LIL Editora, São Paulo, 1965, pp. 42 a 44 e 49 a 56; Pe. PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU, C.S.C., **Cristianismo, Sociedade e Revolução**, Herder, São Paulo, 1965, pp. 524-525, 527, 532 e 540; Pe. ULISSE ALESSIO FLORIDI S.J., **Radicalismo Cattolico Brasileiro**, Istituto Editoriale del Mediterraneo, Roma, 1968, pp. 92-95; MARCIO MOREIRA ALVES, **O Cristo do Povo**, Ed. Sabiá, Rio

de Janeiro, 1968, p. 271; EMANUEL DE KADT, **Catholic Radicals in Brazil**, Oxford University Press, Londres/Nova York, 1970, pp. 99 a 105 e 215; JOSÉ GOMES DA SILVA, **A Reforma Agrária no Brasil**, Zahar, Rio de Janeiro, 1971, pp. 176 e 250; RONALD M. SCHNEIDER, **The Political System of Brazil – Emergence of a “Modernizing” Authoritarian Regime**, 1964-1970, Columbia University Press, Nova York, 1971, pp. 233-234; CHARLES ANTOINE, **L’Église et le pouvoir au Brésil – Naissance du militarisme**, Desclée de Brouwer, 1971, pp. 57 a 60; PHILIPPE C. SCHMITTER, **Interest conflict and political change in Brazil**, Stanford University Press, Stanford, California, 1971, pp. 219 e 447; MARCIO MOREIRA ALVES, **Un Grano de Mostaza – El despertar de la revolución brasileña**, Casa de las Américas, Havana, 1972, pp. 241-243; JOSÉ GONZÁLEZ, **Helder Câmara el “Arzobispo Rojo”**, Ediciones G.P., Barcelona, 1972, pp. 112 a 116; LUIS VIANA FILHO, **O Governo Castelo Branco**, Biblioteca do Exército/ José Olympio, Rio de Janeiro, 1975, vol. II, p. 302; ELDINO BRANCANTE, **Relatório do Estado Maior Civil de São Paulo**, in General OLYMPIO MOURÃO FILHO, **Memórias: a verdade de um revolucionário**, LPM Editores, Porto Alegre, 3ª ed., 1978, pp. 212-213; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, **Dicionário histórico-biográfico brasileiro – 1930-1983** (Coord. De Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu), Ed. Forense/Universitária/FINEP, Rio de Janeiro, 1984, 3ª vol., verbete PLINIO CORRÊA DE OLIVEIRA e 4ª vol., verbete SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE; Lizaneas de Souza Lima, **Plínio Corrêa de Oliveira – um cruzado do século XX**, dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984 (mimeogr.), pp. 124 a 135 e 205).

Esta relação poderia ser acrescida de pelo menos mais 30 outras referências bibliográficas.

2. Francisco Veríssimo candidato do PT a vice-governador de Santa Catarina, membro da Comissão Pastoral da Terra e assessor do Movimento dos Sem-Terra, declarou que embora este último movimento assuma a responsabilidade da invasão de 17 áreas naquele Estado, no momento não as está mais estimulando: **“A conjuntura hoje não é propícia a este tipo de ação”** (“Folha de S. Paulo”, 8-8-86).

Segundo o professor da Universidade Estadual de Campinas, sr. José Graziano da Silva, também diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e assessor econômico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), **“o movimento sindical rural está praticamente descartando as ocupações de terra como tática para a aceleração da reforma agrária, por considerá-las ineficazes e desgastantes”** (“Folha de S. Paulo”, 15-8-86).

3. Vários órgãos de imprensa vinham, até os primeiros meses deste ano, publicando notícias e fazendo referências, o mais das vezes contrárias à TFP, que deixam ver o papel relevante desta Sociedade no embate anti-agro-reformista.

Depois desse alarido inicial instalou-se, em rápida progressão, um silêncio geral e invariável dos propugnadores da Reforma Agrária acerca da atuação da TFP, se bem que esta tenha continuado cada vez mais intensa e ampla. Ao mesmo tempo em que era implantado tal silêncio, fundava-se a União Democrática Ruralista (UDR), para cujos noticiários os mais variados órgãos de imprensa franquearam de par em par as suas colunas.

Nem por isso a atuação da TFP deixou de ser notória, até a observadores de além de nossas fronteiras.

Assim, a revista “The Economist”, de Londres, em sua edição de 17 de maio p.p., depois de dizer que **“o Presidente do Brasil, sr. José Sarney, dá toda a impressão de arrepender-se da promessa de reforma agrária que fez em maio passado”**, aponta o **“grupo de extrema direita (sic) Tradição, Família e Propriedade”** como sendo uma das forças de oposição à Reforma Agrária no Brasil.

Cabe ainda destacar o depoimento, de todo em todo insuspeito, do sr. José Eli da Veiga, Superintendente regional do Incra em São Paulo, o qual, em discurso improvisado diante de manifestantes da Fetaesp, apontou a TFP como **“o principal elemento de articulação contra a reforma agrária”** (cfr. “O Estado de S. Paulo”, 21-5-86).

4. A referência aqui feita à atitude pró-Reforma Agrária dos **mass-media** brasileiros é naturalmente genérica. Ela não inclui, portanto, a totalidade dos meios de comunicação social, mas a generalidade deles. Nem podia ser de outra maneira, dado o número por assim dizer incontável de emissoras de televisão e de rádio, bem como de diários, revistas e outros órgãos menores que existem no Brasil.

Quem diz **“a generalidade”** não diz necessariamente **“cada um”**.

5. O impasse em que está o movimento agro-reformista já se vinha fazendo notar há vários meses.

O ex-presidente do Incra, sr. José Gomes da Silva – um dos autores do primeiro projeto de PNRA – chegou mesmo a considerar que a Nova República cometeu um grave erro ao colocar em discussão a Reforma Agrária, pois isto possibilitou a **“reaglutinação das forças conservadoras. Só falta substituir D. Luciano (Mendes de Almeida) por Plínio Corrêa de Oliveira”** comentou ele em tom de marga ironia, à vista dos sucessivos recuos que o Governo se viu obrigado a fazer nesta matéria (cfr. “Afinal”, 27-5-86).

Em 18 de junho de 1986, a revista “Veja” se refere à Reforma Agrária como **“uma questão na qual o governo Sarney entrou sem saber como e da qual agora quer sair sem saber por onde”**.

O mesmo número da revista informa que um Ministro de Estado confidenciou que **“a reforma do Sarney é inviável. (...) Houve uma precipitação do governo”**. E outro Ministro admite que **“a reforma, nos termos em que está colocada, não tem qualquer chance de sucesso. Não há dinheiro para assentar os lavradores, e, além disso, as organizações de esquerda e os membros da Pastoral da Terra carregaram a questão com um componente ideológico explosivo”**.

Por seu turno, o Ministro Dante de Oliveira reconheceu que **“a Reforma Agrária vive um momento delicado”** (O Estado de S. Paulo, 21-8-86) e que ela **“ainda não entrou nos trilhos”** (“Folha de S. Paulo”, 30-8-86).

Esta situação decepciona os comunistas... e a CNBB!

O ex-guerrilheiro do PC do B e atual deputado federal pelo PT, sr. José Genoíno, lamenta que **“a Reforma Agrária fracassou e dificilmente terá condições de se tornar viável”** (“O Estado de S. Paulo”, 2-9-86).

D. Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB, foi visitar o Presidente Sarney e reclamou da **“morosidade do Governo”** na execução da Reforma Agrária (cfr. “Folha de S. Paulo”, 30-8-86).

Na mesma ocasião, D. Ivo manifestou insólita preocupação com as liminares que vêm sendo concedidas pelo Poder Judiciário, sustentando os efeitos de decretos de desapropriação assinados pelo Presidente da República (cfr. “Folha de S. Paulo”, 30-8-86).

6. Causou geral estupefação no País a afirmação do Ministro Dante de Oliveira de que **“a reforma agrária é uma coisa que a gente tem que fazer rápido, como se rouba a mulher dos outros”** (“Jornal do Brasil”, 7-9-86).

O mesmo Ministro declarou, alguns dias depois, que quer **“ver a reforma agrária implantada efetivamente. A reforma é irreversível, e tentar barrá-la é querer segurar um transatlântico com cipó. Não vão segurar”** (“Jornal do Brasil”, 10-9-86).

Na mesma ocasião, o ministro assegurou que os trabalhadores rurais sentirão a execução da reforma com muito mais força nos próximos meses (cfr. “Jornal do Brasil”, 10-9-86).

7. Em 29 de outubro de 1985, no município gaúcho de Sarandi, a fazenda Annoni (em litígio com o Incra há 13 anos), foi rapidamente invadida, numa operação cuidadosamente planejada e executada, por cerca de 6.500 **“sem terra”** provenientes de 32 municípios.

Os invasores estabeleceram-se desde então no local com rígida disciplina, numa espécie de **“soviet”**, dirigidos por uma comissão coordenadora de que participam membros da CPT. Todo o contato com o exterior é realizado por meio de alguns líderes, e os demais acampados estão impedidos até de deixar o local sem que lá fiquem seus filhos como reféns. Há rumores da presença no local de armamentos, bem como de conselheiros cubanos e nicaraguenses.

Os acampados têm recebido farto apoio financeiro e logístico por parte de elementos progressistas da Igreja, de políticos de esquerda e de personalidades do próprio governo. Estiveram visitando o acampamento, entre outros, o Cardeal Arns, Frei Boff, e o presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva.

O noticiário da imprensa em torno do “caso Annoni” procura apresentá-lo como de um alcance simbólico que faz lembrar a queda da Bastilha em 1789.

Dentre os ocupantes da Annoni, umas poucas centenas foram selecionadas para irem “em romaria” até Porto Alegre, num evidente **show** publicitário destinado a pressionar o Governo federal a aplicar a Reforma Agrária. Sob ampla cobertura publicitária, e sendo festivamente recebida pelas esquerdas eclesiais ou civis das localidades visitadas, durante 28 dias a **“romaria”**, à maneira de uma nova Coluna Prestes, percorreu os 330 km que separam a fazenda Annoni de Porto Alegre.

Chegando à Capital em 23 de junho último, os manifestantes foram recebidos na entrada da cidade pelo Bispo Auxiliar D. Antônio do Carmo Cheuiche, que os comparou ao povo judeu em marcha rumo à Terra Prometida. E receberam, das mãos do Prefeito, as chaves da cidade.

A seguir, ocuparam parcialmente a sede da Assembléia Legislativa do Estado, lá permanecendo ininterruptamente por cerca de um mês, mantidos pela própria Assembléia. Ocuparam também as dependências da sede do Incra, onde exigiram a presença do ministro Dante de Oliveira e do presidente do órgão, Ruben Ilgenfritz, os quais prontamente acederam, viajando de Brasília expressamente a fim de parlamentar com os invasores.

Após o que voltaram para a fazenda Annoni.

8. No dia 25 de setembro, D. Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB, advertiu que **“se os latifundiários e os trabalhadores rurais sem terra caírem na tentação de fazer justiça pelas próprias mãos no meio rural brasileiro, o caos começará no país, que voltará à idade da pedra”** (“Folha de S. Paulo”, 26-9-86).

Como interpretar essa declaração, em face do problema das invasões?

Segundo o texto, o Presidente da CNBB desaconselha genericamente todo e qualquer ato de violência, quer dos invasores, quer dos proprietários agredidos.

Admita-se para efeito de argumentação, a tese tão discutível, mas obviamente aceita pelo Prelado, de que o invasor se presume um necessitado autêntico. Na divisa de uma propriedade estão, face a face, os invasores de um lado; do outro lado, o proprietário com seus familiares e seus defensores. De qual dos dois lados partirá a iniciativa de fazer rolar o Brasil para cerca de 500 anos atrás, isto é, para o período pré-histórico anterior a Cabral?

De qualquer forma, na perspectiva de D. Ivo, é lógico que os invasores terão para isso pelo menos uma atenuante digna de respeito: a fome. Enquanto os defensores, além de mais cultos e dotados de maior visão, não sentem em si a garra da fome. A conclusão seria de que a violência defensiva do proprietário seria muito mais culposa do que a violência agressiva do invasor.

9 . Cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA – GUSTAVO ANTÔNIO SOLIMEO – LUIZ SERGIO SOLIMEO, [As CEBs... das quais muito se fala, pouco se conhece – a TFP as descreve como são](#), Editora Vera Cruz, São Paulo, 1983, 6^a ed., pp. 52 e 62 a 67.

10 . Foi desta natureza um fato que, **per accidens**, concerne pessoalmente o autor deste trabalho, mas de tal modo significativo, que é indispensável trazê-lo à tona. Em 1933, realizaram-se em todo o Brasil as eleições para a Constituinte que o então Presidente Vargas havia estatuído que se reunisse. Tinha o autor então 24 anos. Formara-se em 1930, na Faculdade do Largo de São Francisco, e para o público não se destacara senão como líder do aliás pujante Movimento Mariano. A Liga Eleitoral Católica, fundada pelo Episcopado em 1932, indicou (pela secção de São Paulo) sua candidatura para a **Chapa Única por São Paulo Unido**. Essa simples credencial lhe valeu o total de 24.017 votos. Foi ao mesmo tempo o deputado mais jovem e mais votado do Brasil.

Em recente entrevista, o Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, afirmou que “a Liga Eleitoral Católica foi a organização extrapartidária que na História do Brasil exerceu a maior influência política eleitoral” (“Jornal de Minas”, Belo Horizonte, 3-7-86, p. 2).

11 . Cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, [Em defesa da Ação Católica](#), Ave Maria, São Paulo, 1943 – com carta de louvor escrita em nome do Papa Pio XII, pelo Substituto da Secretaria de Estado, Mons. J. B. Montini, futuro Paulo VI.

12 . Cfr. **Meio século de epopéia anticomunista**, pp. 175 a 184.

13 . Cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA – GUSTAVO ANTÔNIO SOLIMEO – LUIZ SERGIO SOLIMEO, [As CEBs... das quais muito se fala, pouco se conhece – a TFP as descreve como são](#), Editora Vera Cruz, São Paulo, 1983, 6^a ed., 256 pp.

14 . Nos dias 23 e 24 de março de 1985, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) realizaram em São Paulo e em outras capitais do País, em lugares distintos, festas comemorativas do 63^o aniversário de sua fundação em 1922.

No parque da Água Funda, cedido pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, a festa do PCB na capital paulista “**incluiu apresentações de artistas, exposições, debates e homenagens, tudo num clima de quermesse, onde compareceram cerca de cinco mil pessoas em dois dias**” (“Jornal do Brasil”, 25-3-85). As exposições – diga-se de passagem – eram de livros de propaganda da Rússia, Alemanha Oriental, Checoslováquia...

A festa do PC do B se realizou no Ginásio do Pacaembu, no domingo 24 de março, e contou com o comparecimento do vice-governador Orestes Quércia, dos secretários estaduais Almino Afonso, José Serra e Caio Pompeu de Toledo, e do prefeito Mario Covas. A assistência era composta sobretudo de favelados e pessoas de classe modesta arrebanhadas e transportadas ao local por 80 ônibus da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). A maior aglomeração registrou-se às 15 horas, com aproximadamente 2.500 pessoas, e foi diminuindo gradativamente durante as quatro horas e meia do **show** musical que antecedeu o comício. O público estava mais interessado na partida de futebol que se realizava no Estádio Municipal contíguo. No início do comício propriamente dito, ainda permaneciam no local 1.500 pessoas, que uma claqué de 300 adeptos do PC do B procurava sem êxito animar (cfr. “Catolicismo”, no. 412, abril p.p. 1985, pp. 10-11).

Mas, em matéria de democracia, não há como consultar diretamente o povo. E assim, chamou a atenção o fato de que, nas eleições municipais de 1985, em São Paulo, a vitória tocou ao candidato vagamente conservador, sr. Jânio Quadros, que obteve a maioria nos bairros operários, ou habitados pela pequena burguesia. E foi derrotado por seu competidor, isto é, o senador Fernando Henrique Cardoso, nos bairros de alta burguesia.

15 . No dia 3 de julho de 1985, o “Diário Oficial” da União publicou decreto, assinado no dia anterior pelo Presidente da República, declarando “**prioritária, para fins de reforma agrária, a área constituída pelo Município de Londrina**”. Segundo explicações posteriores dos técnicos do Inca e do Ministro Nelson Ribeiro, o objetivo de tal decreto era somente permitir a desapropriação de uma área de 1651 hectares, da fazenda Apucarantina, localizada naquele município, para ali assentar 130 famílias de posseiros que ocupavam terras numa reserva indígena próxima. Segundo a praxe em vigor nos organismos oficiais encarregados de executar a Reforma Agrária, a área declarada prioritária é sempre maior, às vezes exagerada e atribiliariamente maior (“**continente**”), do que a área efetivamente desapropriada (“**conteúdo**”).

O caráter draconiano e arbitrário desse mecanismo não passou despercebido aos fazendeiros de Londrina, que ficaram justamente alarmados não só com a medida governamental, mas com seus possíveis desdobramentos. Com efeito, o decreto estabelecia, em seu art. 2º, que toda a área declarada prioritária ficaria “**sob a jurisdição da Diretoria Regional do INCRA**”, e no art. 3º, que “**o prazo de intervenção governamental na área**” seria “**de cinco anos**”, “**podendo ser prorrogado**”. E o art. 4º ainda especificava que “**os trabalhos do INCRA objetivarão preferencialmente: a) reformulação da estrutura fundiária da região; b) criação de até 12.124 unidades familiares**”. Para que tudo isso, se o objetivo era apenas – conforme se alegou – resolver o problema circunstancial das 130 famílias de posseiros cuja remoção os índios exigiam?

A viva reação dos fazendeiros chegou desde logo ao Governador do Paraná, José Richa, cujo reduto eleitoral se encontra precisamente em Londrina, cidade da qual foi prefeito. E dele, diretamente ao Presidente Sarney: “**O senhor quer me matar do coração**” – desabafou o Governador. – “**Quem me mata do coração é meu ministro**” – respondeu-lhe o Presidente.

Tudo se resolveu com a revogação do decreto “**mal redigido**” – segundo comentários da imprensa – e a redação de novo decreto, circunscrivendo a área prioritária para efeito de reforma agrária estritamente aos 1651 hectares que deveriam ser desapropriados para o objetivo alegado.

Mas a preocupação com o decreto já revogado ainda persistia quando o Presidente Sarney visitou Londrina em 8 de agosto de 1985 (cfr. “Folha de S. Paulo”, 4-7-85, 9-8-85; “Jornal do Brasil”, 4-7-85; “O Estado de S. Paulo”, 5-7-85, 8-8-85, 9-8-85).

16 . Cfr. artigo intitulado [PDQNCP](#) (Partido Dos Que Não Conseguem Pensar), “Folha de S. Paulo, 8-5-80); [Abertura, uma charada?](#), “Folha de S. Paulo”, 25-5-83; e declaração à “Folha de S. Paulo”, de 29-8-80. Cfr. também [Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?](#) Editora Vera Cruz, São Paulo, 1982, 4ª ed., pp. 54-55.

17 . É legítimo ao autor do presente trabalho fazer essas elogiosas afirmações sobre três livros dos quais é co-autor. É que a parte estatística e econômica desses trabalhos não lhe pertencem, mas sucessivamente a outros autores, cujos nomes menciona com satisfação: Luiz Mendonça de Freitas e Carlos Patricio del Campo.

1 . Reforma Agrária – Questão de Consciência, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1960, 520 pp. – quatro edições, 30 mil exemplares.

2 . Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1981, 360 pp. – quatro edições, 29 mil exemplares.

3 . A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista, Editora Vera Cruz, São Paulo, 1985, 174 pp. – duas edições, 16 mil exemplares.

18 . Há nisto alguma expressão de fixismo, ou imobilismo de uma organização como a TFP, tachada pelas esquerdas e pelos “**companheiros de viagem**” destas de fanática e fechada a quaisquer mudanças? Fixismo e imobilismo cegos, e sem outro fundamento racional que não o apego supersticioso ao passado, e àquilo que no presente continua o passado?

A TFP não nega em princípio a possibilidade de mudanças para que a propriedade e a livre iniciativa cumpram cabalmente sua missão social. Pelo contrário, insiste ela em que se promovam largamente os estudos sociais e econômicos necessários para que se averigüe se eventuais mudanças são necessárias, quais são elas, e em que medida devem ser feitas para atingirem verdadeiramente seu fim.

Se a TFP chegou, ao cabo de seus estudos, à conclusão de que o atual plano de Reforma Agrária é nocivo tanto aos proprietários quanto aos trabalhadores rurais, não dá a essa conclusão o caráter de enunciado “**dogmático**”, no sentido injustamente pejorativo da nobre palavra “**dogma**”. Dá-lhe, pelo contrário, o cunho de um sereno convite ao diálogo.

19 . Dimitri Z. Manuilsky, delegado de Stalin para o Komintern (a Internacional Comunista), e que anos mais tarde foi membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, do qual, pelo sistema de rodízio, chegou a ser presidente em julho de 1949, declarou em 1930, em uma conferência na Escola Lênin de Guerra Política: “**A guerra total entre comunismo e capitalismo é inevitável. Hoje em dia, é claro, não somos suficientemente fortes para atacar. Nossa hora chegará daqui a 20 ou 30 anos. Para ganhar precisaremos do elemento surpresa. A burguesia deve ser adormecida. Assim, começaremos lançando o mais espetacular movimento pacifista de que se tenha notícia. Haverá aberturas eletrizantes e concessões inauditas. Os países capitalistas, estúpidos e decadentes, se rejubilarão em cooperar na própria destruição. Pularão em cima da nova oportunidade de se tornarem amigos. Enquanto baixem a guarda, os esmagaremos com nosso punho fechado**” (relatado em 1953 por Joseph Zach Kornfeder, ex-aluno de Manuilski na Escola Lênin, ao jornalista norte-americano Richard L. Stokes, de “Human Events”, de Washington, e publicado nessa revista em 12 de agosto de 1953).

Esta afirmação desenvolve e explicita a famosa frase atribuída a Lênin: “**A burguesia nos venderá a corda com que a enforcaremos**”.

20 . Adota-se aqui o binômio “**sem-terra**” – “**com-terra**” só para a facilidade de exposição da matéria, já que ele se tornou corrente.

Mas é necessário ressaltar quanto nele existe de unilateral.

Com efeito, o Brasil não se divide apenas nos “com-terra” e nos “sem-terra”. E nem a produtividade da lavoura é assunto que interessa só aos agricultores, mas ao País inteiro.

Ademais, o que é precisamente um “sem-terra”? No sentido literal, é quem trabalha uma terra da qual não é dono. Mas isto basta para identificar o “sem-terra” com um indigente?

A evidência dos fatos brame em sentido contrário. Pois alguém pode ser um assalariado, um parceiro ou um meeiro, e entretanto encontrar-se em situação muito mais folgada do que a de um pequeno proprietário.

O contrato de locação de serviço não é intrinsecamente injusto. Pelo contrário, é conforme à doutrina social da Igreja, desde que o salário corresponda às três condições exigidas por Pio XI: a) ser justo, quer dizer, proporcionado ao valor do trabalho do assalariado; b) ser mínimo, isto é, atender pelo menos às necessidades essenciais do trabalhador; c) ser familiar, isto é, que atenda também às necessidades da família do trabalhador.

É com estas ressalvas – que aliás não são as únicas – que se utilizará o referido binômio.

21 . A opinião pública nacional, paradoxalmente tão adormecida em meio ao tumulto em que vivemos, se apaixonou do modo mais vivo, com os discursos pronunciados no Senado Federal, em setembro de 1985, pelo senador Jorge Bornhausen, sobre as entradas de dinheiro do Exterior para subvencionar a agitação agrária em nosso País.

Mas o assunto se perdeu no tumulto das crises, das agitações e das apreensões da presente quadra histórica.

22 . O art. 6º da Constituição soviética diz expressamente: **“O Partido Comunista da União Soviética é a força dirigente e orientadora da sociedade soviética e o núcleo de seu sistema político, das organizações estatais e sociais. (...) Munido da doutrina marxista-leninista, o PC determina a perspectiva geral do desenvolvimento da sociedade e a linha da política interior e exterior da URSS, dirige a grande atividade criadora do povo soviético e imprime um caráter sistemático e cientificamente fundamentado à sua luta pelo triunfo do comunismo”** (Constitución – Ley Fundamental – de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas, Editorial Progreso, Moscou, 1980, p. 8).

23 . A frase é alusiva a um célebre conto do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen (1805-1875). Um rei extremamente ingênuo fora enganado por um trapaceiro, que lhe vendera por alto preço um traje que deslumbraria a todos, mas que, em virtude de um encantamento, não seria visível ao próprio monarca. Os cortesãos, aduladores, puseram-se logo a elogiar enfaticamente a nova roupa do rei. Animado, este saiu a passear, e a população toda também se pôs a manifestar ruidosamente seu entusiasmo pela indumentária real, pois ninguém tinha coragem de reconhecer que nada via. No auge da manifestação, porém, uma criança inocente gritou: **“o rei está nu”**. A partir daí, quebrado o unanimismo, todos passaram a bradar **“o rei está nu”**. E o monarca, confuso e envergonhado, retirou-se para seu palácio.

24 . Na **Iliada**, de Homero (aproximadamente 850 A.C.), é narrada em versos a história da guerra movida por gregos contra Tróia, uma poderosa cidade da Ásia Menor.

Depois de terem cercado a cidade por dez anos sem conseguir dominá-la, os gregos deliberaram lançar mão de um ardil. Para isso, construíram um imenso cavalo de madeira e, durante a noite, introduziram no interior dele alguns guerreiros e se retiraram.

Quando amanheceu, os troianos verificaram com assombro que o adversário se havia retirado, e que lhes deixaram como presente o cavalo. Encantados, levaram-no para dentro dos muros da cidade, a fim de festejar com esse símbolo a vitória arduamente conquistada.

Terminadas as celebrações, baixou o silêncio sobre a cidade. Os guerreiros gregos saíram então do bojo do cavalo e abriram as portas da cidade para seus companheiros que discretamente se haviam aproximado. Desta forma, sem grande esforço, os gregos esmagaram os troianos inadvertidos. A astúcia havia reduzido à derrota guerreiros heróicos mas imprevidentes que nenhum recurso da força conseguira dobrar anteriormente.

25 . Cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, [Revolução e Contra-Revolução](#), Boa Imprensa, Campos, 1959, Cap. VIII, pp. 35-36.

26 . É ampla a bibliografia disponível sobre o favorecimento de meios capitalistas aos comunistas, e sobre a dependência militar, tecnológica e econômica dos países comunistas em relação ao Mundo Livre. Cfr., por exemplo, ANTONY C. SUTTON **National Suicide – Military Aid to the Soviet Union**, the Australian League of Rights, Melbourne, 1973, 283 pp.; DERMOT HEALY, **The Grain Weapon**, Centre for Defense Studies, col. Centrepieces n. 1, Aberdeen, 1982, 50 pp.; CHRISTOPHER COKER, **The Soviet Union, Eastern Europe, and the new international economic order**, The Washington Papers, vol. XII, 111, The Center for Strategic and International Studies, Georgetown University, Washington, 1984, 124 pp. E ERIC LAURENTE, **La corde pour les prendre – Relations entre milieux d’affaires occidentaux et régimes communistes de 1917 à nos jours**, Fayard, Paris, 1985, 304 pp.

27 . **“Meu amigo, não me alarmam suas preocupações sobre a Reforma Agrária. No dia em que ela vier, estou disposto a entregar ao Governo, de imediato, minhas fazendas”**: tal é a resposta, não tão rara, dada por potentados da lavoura a propagandistas da TFP.

28 . Cfr. PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista – Apelo aos Bispos Silenciosos** (1976) e **Tribalismo indígena, ideal comuno-missionário para o Brasil no século XXI** (1977); PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA – CARLOS PATRÍCIO DEL CAMPO, **Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária?** (1981); PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA – GUSTAVO ANTÔNIO SOLIMEO – LUIZ SERGIO SOLIMEO, **As CEBs ... das quais muito se fala, pouco se conhece – a TFP as descreve como são** (1982).

29 . Destacam-se neste sentido: o discurso inaugural de João Paulo II à III Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, a 28-1-79, a **Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”**, da Congregação para a Doutrina da Fé, de 6-8-84, o discurso de João Paulo II aos Cardeais e Prelados da Cúria Romana (cfr. “L’Osservatore Romano”, 22-12-84, pp. 1, 4 e 5); o discurso de abertura do encontro com o Episcopado Brasileiro em Roma (cfr. “L’Osservatore Romano”, 14-3-86); e a **Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação**, também da Congregação para a Doutrina da Fé, 22-3-86.

João Paulo II confirmou essas advertências da mesma Congregação sobre erros da Teologia da Libertação em diversos pronunciamentos dirigidos a latino-americanos, a saber: homilia durante a Missa pela Evangelização dos Povos, em São Domingos, República Dominicana (cfr. “L’Osservatore Romano”, 13-10-84, p. 4); alocação aos Bispos do Equador em visita **ad limina** (cfr. “L’Osservatore Romano”, 24-10-84, p. 4); aos Bispos da Bolívia em visita **ad limina** (cfr. “L’Osservatore Romano”, 8-12-84, p. 5); aos Bispos, Sacerdotes, Religiosos, Religiosas e seminaristas, na catedral de Quito (cfr. “L’Osservatore Romano”, 28/29-1-85, Suplemento, p. XVI); ao Clero, Religiosos, Religiosas, seminaristas e leigos, em Lima (cfr. idem, p. XXXII); aos fiéis, em Ayacucho, Peru (cfr. idem, p. XXXIX); aos trabalhadores, em Trujillo, Peru (cfr. idem, p. XLIV); aos nativos, em Iquitos, Peru (cfr. idem, p. XLVII).

30 . Entre essas vozes, cumpre mencionar D. Antônio de Castro Mayer, Bispo emérito de Campos, D. Geraldo de Proença Sigaud, Arcebispo Emérito de Diamantina, D. José Pedro Costa, ex-Arcebispo Coadjutor e Administrador Apostólico **sede plena** de Uberaba, D. Orlando Chaves, Arcebispo de Cuiabá, D. Antônio de Almeida Moraes Júnior, Arcebispo de Niterói, e D. Antônio Mazzarotto, Bispo de Ponta Grossa (estes três últimos já falecidos).

Aliás, nenhum desses Prelados tem qualquer engajamento com a TFP.

31 . O novo Código de Direito Canônico parece ter introduzido facilidades ainda maiores para o funcionamento de associações privadas de leigos, usando, entretanto, terminologia nova. O assunto vai apenas sendo aprofundado pelos comentadores do novo Código, em rumo análogo ao do Código anterior.

32 . Em mais de uma matéria, tem a TFP tomado posições discrepantes da CNBB. Para tanto fundou-se sempre em abundante documentação doutrinária e histórica. E jamais recebeu, ao longo de tantas décadas, refutação.

Não foi, pois, sem surpresa, que a TFP tomou conhecimento de que a CNBB havia divulgado no dia 19 de abril de 1985, ao fim de sua 23ª Assembléia Geral, uma nota em que esse alto organismo eclesialístico, além de aludir a rumores infundados e sem provas que haviam sido propalados acerca da entidade, afirmava expressamente: **“É notória a falta de comunhão da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade) com a Hierarquia do Brasil e até com o Santo Padre. (...) Lamentamos os inconvenientes decorrentes de uma sociedade civil com finalidade religiosa católica sem ligação com os legítimos pastores”**. (“O São Paulo”, 26-4 a 2-5-85).

A esse documento surpreendente, respondeu de modo pronto a TFP, com uma nota de imprensa da qual se destaca o seguinte tópico:

“Afirma a TFP estar, como sempre esteve, disposta a acatar a vigilância da Sagrada Hierarquia no concernente à Fé e aos costumes”.

“Se a CNBB considera que a TFP emitiu algum conceito heterodoxo, ou praticou uma só ação que seja, na linha do comunicado de ontem, queira especificar qual: a TFP, sem dúvida, acatará o reparo desde que provada a autenticidade do erro ou a iliceidade da ação imputada”.

“Entretanto, por um imperativo de justiça, não pode ela aceitar como válidas acusações vagas e genérica como as – tão graves – do texto da CNBB. É indispensável especificar fatos e exibir provas” (“Catolicismo”, no. 412, abril de 1985, p. 4).

A CNBB nada respondeu, e o episódio caiu no olvido geral.

A tal propósito, um particular merece entretanto registro. Os autores da nota da CNBB sobre a TFP julgaram um dever censurar a TFP por sua atitude supostamente pouco submissa em relação à Santa Sé.

Poucos dias depois, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé impunha um período de **“obsequioso silêncio”** a Frei Leonardo Boff OFM, em vista de importantes desvios doutrinários em que incorrera em um de seus livros de divulgação da chamada Teologia da Libertação.

Fato sem precedentes na história eclesialística do Brasil, e talvez de toda a Latino-América: nada menos de 17 Bispos brasileiros publicaram (dez em documento conjunto, e os demais em pronunciamentos separados) sua **“inconformidade”** com a penalidade imposta pelo Vaticano. A expressão, que caracteriza bem essa atitude de uns e de outros, se encontra textualmente no documento conjunto divulgado em Goiânia em 10 de maio de 1985 (cfr. “Folha de S. Paulo”, 11-5-85).

Ainda que a TFP fosse responsável pela posição face à Santa Sé, que a nota da CNBB lhe atribua, incontestavelmente, a declarada **“inconformidade”** de nada menos que 17 Arcebispos e Bispos revestia gravidade muito maior. E isto, em razão do fato de que tal **“inconformidade”** se manifestava da parte de Bispos incumbidos mais do que os leigos, de dar um perfeito exemplo de união com a Santa Sé, quer a seus irmãos no Episcopado, quer aos fiéis.

Entretanto, desta vez a comissão autora da nota da CNBB, vazia de argumentos contra a TFP, tendo embora as melhores razões para censurar tão documentada inconformidade dos 17 Bispos... nada disse, nem escreveu!

33 . Muitos proprietários rurais têm recorrido das desapropriações agrárias efetuadas com base no Estatuto da Terra e no PNRA. E têm obtido ganho de causa nos Tribunais.

Esse fato, bem conhecido, era normal que induzisse muitos fazendeiros à resistência em caso de invasão esbulhadora, feita por hordas de agro-reformistas aglutinados e dirigidos por iniciativa particular.

Entretanto, era bem notório que a incerteza sobre o que fazer em caso de esbulho agro-reformista continuava a lavar largamente entre os fazendeiros.

34 . A impunidade propugnada assim para o latifúndio privado improdutivo, pode surpreender. Mas sem justo motivo.

Latifúndio privado: o que é? **Fundo** designa a terra. **Latus** é adjetivo latino que significa **grande**.

Latifúndio é, pois, uma propriedade de grandes dimensões.

Mas **grande** em relação ao quê? Bem entendido, às propriedades de dimensões menores: médias ou pequenas.

Os qualificativos de grande, médio ou pequeno se atribuem, pois, a uma propriedade considerada no contexto geral da distribuição do solo em um país.

Em conseqüência, no Brasil, dada a imensidade das áreas pertencentes ao Poder Público, a designação de **grande propriedade**, de **latifúndio**, só cabe ao gigantesco latifúndio estatal. Perto deste, nenhuma das propriedades privadas, mesmo das maiores, constitui latifúndio.

35 . A existência de proprietários favoráveis a algum tipo de Reforma Agrária não passou despercebida aos sr. José Graziano da Silva, diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Em seu livro **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária** (Brasiliense, São Paulo, 1985), ele discrimina os opositores do 1º PNRA entre **“1) aqueles que não aceitam por princípio qualquer reforma agrária; 2) os que não aceitam a proposta de reforma agrária do MIRAD/INCRA”** (Op. cit., p. 14).

O autor explica que os primeiros **“são contra o Estatuto da Terra (e) defendem o direito sagrado e inalienável da propriedade privada”**. O subgrupo formado por eles **“aproxima-se muito da pregação da TFP”** e **“tem um peso não desprezível entre os grandes proprietários (...) e na representação do patronato rural, a Confederação Nacional de Agricultura”** (p. 15).

O segundo subgrupo **“não é contra qualquer reforma agrária (...) Pelo menos ao nível do discurso são favoráveis à aplicação do Estatuto da Terra. (...) A Sociedade Rural Brasileira (...) através de seu presidente Flávio Teles de Menezes, é o representante maior desse subgrupo”** (pp. 15-16).

Entre as forças favoráveis ao 1º PNRA proposto pelo Ministro Nelson Ribeiro, o autor destaca **“a simpatia de certos segmentos da burguesia urbana”** e **“até mesmo setores progressistas da burguesia rural favoráveis a uma reforma agrária. O presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), por exemplo, (...) declarou-se não só favorável à proposta do MIRAD/INCRA, como a classificou de ‘insuficiente porque não contempla em suas metas os favelados, de modo a reverter o processo de inchamento das grandes cidades’ (Folha de S. Paulo, 1-6-85)”** (p. 23).

36 . A título de exemplo, mencione-se a seguinte declaração do sr. Ronaldo Ramos Caiado, principal líder da UDR: **“Quiseram nos crucificar como sendo contra a reforma agrária. Nunca fizemos isso, tanto que endossamos os planos regionais sancionados pelo presidente Sarney. O que não endossamos são as desapropriações que não estão seguindo a lei”** (“Jornal da Tarde”, São Paulo, 14-7-86). Esclarece ainda o sr. Ronaldo Caiado que **“a reforma que a UDR defende é a mesma aprovada pelo presidente Sarney, a mesma proposta pelo Plano Nacional”** (“Correio Braziliense”, 8-6-86).

Outro destacado líder da UDR, o sr. Salvador Sydnei Farina, declarou que **“a UDR não é contra a reforma agrária no país. Ela foi criada com o intuito de colaborar com o governo, principalmente para corrigir as distorções do 1º PNRA, que nós consideramos apenas um balão de ensaio. Felizmente o governo entendeu e o plano foi refeito para o bem do país. O antigo plano era simplesmente impraticável. Este, agora em fase de implantação, está perto do ideal”** (“Jornal do Brasil”, 13-5-86).

Vejam-se, ainda, no mesmo sentido, declarações do mesmo sr. Ronaldo Caiado, presidente da UDR nacional (cfr. “Última Hora”, Brasília, 13-6-86; “Correio Braziliense”, 20-6-86; “Folha de S. Paulo”, 21-6-86; “Jornal da Tarde”, São Paulo, 24-6-86; “Última Hora”, Brasília, 25-6-86; “Folha de S. Paulo”, de 1º-7-86; “Correio do Estado”, Campo

Grande – MS, 4-7-86; “Correio Braziliense”, 12-7-86; “O Liberal”, Belém, 13-7-86); “Diário de Minas”, Belo Horizonte, 5-8-86; “O Liberal”, Belém, 26-8-86); do sr. Salvador Farina, diretor de Ação Administrativa da UDR nacional (cfr. “O Estado de S. Paulo”, 13-7-86 e “Jornal de Brasília”, 8-8-86); do sr. Udelson Nunes Franco, 3.º vice-presidente da UDR nacional e presidente da UDR mineira (cfr. “Diário da Tarde”, Belo Horizonte, 16-6-86 e “Estado de Minas”, Belo Horizonte, 25-7-86 e 31-8-86); do sr. Douglas Fonseca, presidente provisório da UDR no Paraná (cfr. “O Estado do Paraná”, Curitiba, 20-8-86); do sr. Rubens Jorge Melo, 1.º vice-diretor da Ação Territorial e Produção da UDR nacional (cfr. “O Globo”, Rio de Janeiro, 22-6-86) e do sr. Carlos Carneiro da Cunha, coordenador da UDR no Piauí (cfr. “O Estado”, Teresina, 23-7-86).

Podem também ser mencionados o comunicado **A UDR do Paraná ao seu povo** (“Folha de Londrina”, 24-8-86) e a carta da UDR do Norte do Pará ao Arcebispo Dom Alberto Gaudêncio Ramos, publicada em “A Voz de Nazaré”, Belém, de 6-7-86.

37 . À míngua desse critério, a aplicação de disposições draconianas contra a “terra ociosa” parece caminhar em linha reta para a superprodução. Uma Canaã em perspectiva?

Bem ao contrário! Como é sabido, a legislação norte-americana, tendo em vista assegurar uma renda mínima para os produtores rurais, garantiu a todos os agricultores a compra – pelo governo – dos excedentes que ocorressem nas safras.

Esta política levou, ao longo das últimas décadas, à geração de opulentos superávits e à acumulação de estoques de alimentos.

Face a esta situação, que onera significativamente o orçamento do Estado – obrigado a arcar com a remuneração desses superávits – foram tentadas várias medidas para **diminuir** a produção agropecuária. Entre estas, criaram-se sistemas de pagamento para aqueles que deixassem sua terra... ociosa. Chegou-se, pois, a este extremo de o Governo pagar para que o agricultor não produza!

Algo de análogo vai-se passando também nos países europeus que enfrentam o mesmo problema.

Terão pensado nisso nossos fogosos propulsores do agro-reformismo socialista e confiscatório?

A experiência norte-americana e europeia não os faz descobrir a **função social** que, em determinadas circunstâncias, pode tocar às terras ociosas?

38 . É preciso esclarecer que o estudo do Banco Mundial aqui referido divide em três níveis os déficits calóricos encontrados: **leve** (até 200 calorias/dia), **moderado** (entre 200 e 400 calorias/dia) e **sério** (mais de 400 calorias/dia).

Devido a discrepâncias entre os especialistas acerca dos métodos para estimar as necessidades nutricionais, o estudo considera duvidoso afirmar como déficit aqueles definidos como leves e moderados; ainda que, neste último caso, o estudo do Banco Mundial afirme que o caráter duvidoso desse déficit é muito menos discutível. Quanto ao déficit superior a 400 calorias, correspondente a 17% da população, o mesmo estudo considera tal déficit com evidência inquestionável de sérios problemas nutricionais.

O livro do Prof. Carlos Patricio del Campo, baseado em considerações técnicas de conhecidos especialistas (Trémolières, Dupin), classifica o referido déficit superior a 400 calorias como sendo o índice de desnutrição significativo. A expressão “risco de desnutrição” é utilizada com base na recomendação de J. C. Waterlow, o qual nota que a ingestão de uma quantidade menor que o padrão recomendado não significa necessariamente deficiência, mas risco de deficiência.

Esta última expressão não é empregada no estudo do Banco Mundial.

*

RECEBE A TFP ALGUM FINANCIAMENTO DA UDR?

A TFP nega – Desfaz confusões – Apresenta provas irresponsáveis

Em 14 de abril p.p., o sr. Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista (UDR), concedeu entrevista à Rádio Conceição do Araguaia, no município paraense do mesmo nome. A entrevista está gravada na emissora. Segundo a “Folha de S. Paulo”, que dá essa notícia em sua edição de 18 de maio último, o Sr. R. Caiado afirmou, na ocasião, que a UDR patrocinou a publicação, nos principais jornais brasileiros, de uma página divulgada sob a responsabilidade da TFP, “*com pareceres de dois juristas paulistas [sic], defendendo ‘o direito de os proprietários rurais usarem armas para a defesa de suas propriedades’*”.

Solicitado pela reportagem da “Folha de S. Paulo” a se pronunciar sobre a mencionada declaração do sr. R. Caiado, o Prof. Plínio Corrêa de Oliveira prestou àquele matutino um esclarecimento que saiu estampado no mesmo dia 18 de maio.

O Presidente do Conselho Nacional da TFP diz, em sua nota, que “*na difusão através da imprensa dos pareceres de dois insignes jurisconsultos, esclarecendo proprietários rurais sobre seus direitos em face de invasões agro-reformistas, a TFP tem sempre tomado contato direto com os proprietários de terra, sem indagar da eventual filiação deles a qualquer corrente político-*

partidária, ideológica ou profissional. E é exclusivamente desses fazendeiros que a entidade tem recolhido as contribuições necessárias para os gastos das publicações nos jornais das respectivas localidades. (...) Não creio que o sr. Ronaldo Caiado tenha afirmado coisa diferente disso. Deve ter havido equívoco na transmissão da notícia”.

Convém acentuar que o título dessa matéria - *Plínio Corrêa confirma vínculo* – publicada ao lado da notícia sobre a entrevista do sr. R. Caiado – esta última sob o título *Entrevista aponta colaboração entre UDR e TFP* – é de molde a induzir o leitor na falsa idéia de que a TFP mantém vínculos com a UDR. Com efeito, quem lesse apenas os dois títulos, um abaixo do outro, seria levado àquela equivocada impressão.

Não obstante, a própria notícia da “Folha de São Paulo”, antes de transcrever na íntegra a nota do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira, ressalta que ela “*confirma os vínculos da TFP com proprietários rurais contrários à reforma agrária*”, mas observa que a nota “*entretanto não reconhece ligações com a União Democrática Ruralista (UDR)*”.

Para esclarecer o público a respeito desse noticiário, o Serviço de Imprensa da TFP publicou comunicado na edição de 23 de maio da “Folha de S. Paulo”, sob o título *Menti, menti...*, no qual reafirma:

“Alegou-se ser a UDR fornecedora dos subsídios para a larga publicação dos aludidos pareceres.

“Não há pessoas físicas ou jurídicas que tenham concorrido muito relevantemente para o montante dos gastos efetuados pela TFP para a publicação de tais pareceres. Com efeito, cada contribuinte tem dado quanto pode ou quer. E sua contribuição vai sempre para a publicação em seu município ou área de influência.

“Sendo tão numerosos tais municípios e áreas, em nosso território continente, é fácil avaliar quanto os vários donativos são de pouca monta em função dos gastos da campanha. E assim concluir que nenhum contribuinte por si só constituiu fator determinante no desenvolvimento da campanha. Entre estes contribuintes – crescente-se – não está o nome da UDR”.

* * *

Tudo isto posto, o assunto parecia encerrado, pelo menos no que diz respeito à TFP, quando ele reviveu de modo bastante estranho.

Por ocasião do programa *Roda Viva*, levado ao ar pela TV Cultura no dia 6 de outubro e reproduzido na edição de 12 do mesmo mês por “O Estado de S. Paulo”, o jornalista Dermi Azevedo, da “Folha de S. Paulo” – fazendo *tabula rasa* em sua memória de quanto se passara anteriormente – perguntou ao sr. R. Caiado: “*Existe alguma coisa em comum entre a UDR e a Tradição, Família e Propriedade? A UDR pagou alguma matéria da TFP na grande imprensa brasileira com pareceres de juristas sobre a ocupação de terras, segundo admitiu, em entrevista à Folha, a própria TFP?*”

Por sua vez, o sr. R. Caiado, também esquecido do que ele próprio, segundo a “Folha de S. Paulo”, declarara à Rádio Conceição do Araguaia, respondeu: “*Isto é uma inverdade, isto é uma calúnia. A União Democrática Ruralista é (...) a única entidade independente neste país, não existe nenhuma ligação, e muito menos financiamos parecer de outras entidades. É uma inverdade. É uma maneira de querer denegrir, é uma maneira de querer assacar [sic] contra a nossa entidade*”.

Sobre tal pergunta e tal resposta, a TFP tem a ponderar o seguinte:

1 . O jornalista se enganou gravemente. Em entrevista nenhuma, nem em qualquer outra forma de declaração, a TFP asseverou o que ele lhe atribuiu. E isto pela simples razão de não ser verdade, conforme os categóricos desmentidos citados acima, que a TFP tenha recebido qualquer donativo da caixa da UDR.

2 . As frases “*isto é uma calúnia (...) é uma maneira de querer denegrir, é uma maneira de querer assacar [sic] contra a nossa entidade*”, proferidas pelo sr. R. Caiado em sua resposta, parecem não se referir ao jornalista. Tanto é que este último não se julgou obrigado a fazer qualquer protesto no que lhe tocasse. Por isto mesmo não se vê nelas outro sentido senão uma implícita e oblíqua invectiva contra a TFP.

3 . Protesta a TFP?

Conforme ficou provado, ela jamais declarou receber tais donativos. Nem jamais os recebeu.

Quanto à invectiva pesada do sr. R. Caiado, ela faz mais do que protestar: a TFP a sobrevoa.

Com efeito, todo o seu passado de dignidade e de lisura, a coloca absolutamente acima de ofensivas do gênero.

Se, mais circunspecto, o sr. R. Caiado tivesse procurado informar-se bem sobre publicações de imprensa da TFP antes de pronunciar-se a respeito delas, teria encontrado os mencionados desmentidos da entidade a essa versão, que a ele como a nós indigna.

Basta, portanto, a simples rememoração dos fatos como eles realmente ocorreram, para deixar a posição da TFP acima de qualquer suspeita.